

Caiuby Alves da Costa

NOVOS *mitos e*
velhas REALIDADES



E D U F B A

NOVOS *mitos e*
velhas REALIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Caiuby Alves da Costa

Novos mitos e velhas realidades

Salvador
EDUFBA
2020

Caiuby Alves da Costa, 2020.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico

Lúcia Valeska Sokolowicz

Revisão

Mariana Rios

Normalização

Sandra Batista

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Costa, Caiuby Alves da.

Novos mitos e velhas realidades / Caiuby Alves da Costa. -

Salvador : EDUFBA, 2020.

263 p.

ISBN 978-65-5630-025-2

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822.
3. Brasil - História - Império, 1822-1889. 4. Republicanismo - Brasil. 5.
Negros – Brasil. 6. Brasil - Política e governo. I.Título.

CDD – 981

Elaborada por Jamilli Quaresma CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



EDITORA DA UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

*O engenheiro pensa um mundo justo,
mundo que nenhum véu encobre.*
(João Cabral de Melo Neto)

Novos mitos e velhas realidades, para ver a luz do dia, necessitou não tão somente do esforço do autor, mas de diferentes apoios, leituras críticas e incentivos. A todos, meus agradecimentos.

Mister se faz ressaltar as colaborações mais efetivas, como as de Asthon José Alcântara, Vanete Rios e Carlos Alberto de Gusmão, que leram e apresentaram correções e sugestões.

Agradecimentos pelos incentivos recebidos de Flávia Garcia Rosa, Jayme Sarmiento, Paulo Maciel Magalhães e Jurandyr Santos Nogueira.

Ao amigo Jurandyr, devo muito mais que agradecimentos, pois ele, com o seu constante incentivo e infindável boa vontade em nossas discussões, deu-me o ânimo que ajudou a conduzir este navio a bom porto.

Dedico a todos este trabalho, abraçando-os, ao tempo em que abraço meus filhos e netos pelo amor e paciência e a memória de minha mulher Maria Dalva.

A todos que participaram ao longo da composição do texto, amigos, professores, alunos e colegas, das minhas repetidas conversas e discussões, deixo, além dos agradecimentos, a certeza de que busquei, embora reconhecendo minhas limitações, criar um livro que instigue o leitor a aprofundar o conhecimento sobre a nação em que vive.

Salvador, agosto de 2019

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
CONSIDERAÇÕES E FATOS DO BRASIL COLÔNIA	25
A ESTADA DE D. JOÃO VI NO BRASIL	35
BRASIL IMPÉRIO	37
O INÍCIO	37
A CONSOLIDAÇÃO	39
O ENSINO	40
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	43
ARTES	44
Literatura	45
Música	45
ECONOMIA	46
EXEMPLOS DO BRASIL IMPÉRIO: José Bonifácio de Andrada e Silva, André Rebouças e Irineu Evangelista de Souza	51
JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA	51
ANDRÉ REBOUÇAS	55
Abastecimento d'água	57
IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA	64
Evolução do Estabelecimento de Fundação e Estaleiro da Ponta d'Areia	67
A decretação da falência	69
O NEGRO NA SOCIEDADE IMPERIAL	73
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPÉRIO	78
BRASIL REPÚBLICA – PRIMEIRA REPÚBLICA	81

PRIMEIRA REPÚBLICA	81
A GUERRA DE CANUDOS	84
CRONOLOGIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA	86
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	89
ARTES	91
ECONOMIA	93
O NEGRO NA SOCIEDADE DA PRIMEIRA REPÚBLICA	94
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA	98
A ERA VARGAS	100
Cronologia da Era Vargas	102
Ciência e tecnologia	103
Eis os ministérios, institutos e códigos	104
Alguns destaques em ciência e tecnologia na Era Vargas	105
As artes	106
O negro na sociedade da Era Vargas	114
Considerações sobre a Era Vargas	118
A SEGUNDA REPÚBLICA	119
CRONOLOGIA DA SEGUNDA REPÚBLICA	123
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	125
AS ARTES	125
Literatura	126
Música	127
Pintura	129
Escultura	129
Teatro	129
Fotografia	130
Cinema	131
ECONOMIA	132
O plano de metas	136
O NEGRO NA SOCIEDADE DA SEGUNDA REPÚBLICA	141
Personalidades negras notáveis	143
CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGUNDA REPÚBLICA	151
O REGIME MILITAR	152
CRONOLOGIA DO REGIME MILITAR	153
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	156
AS ARTES	157
Teatro	157
Música	158
Cinema	158
Literatura	159

Escultura e pintura	159
ECONOMIA	159
O NEGRO NO REGIME MILITAR	161
CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIME MILITAR	164
A TERCEIRA REPÚBLICA	167
CRONOLOGIA: FATOS PRINCIPAIS	169
ECONOMIA	171
O NEGRO NA TERCEIRA REPÚBLICA	173
PERSONALIDADES NEGRAS DA TERCEIRA REPÚBLICA	174
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TERCEIRA REPÚBLICA	178
SÍNTESE: A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA	179
AS AMEAÇAS À NAÇÃO BRASILEIRA	184
AMEAÇAS PROVENIENTES DA ESTRUTURA DO PODER	186
A MISTIFICAÇÃO DA TECNOLOGIA	188
AMEAÇAS INTERNAS	188
AMEAÇAS EXTERNAS	192
FRAGILIDADES NACIONAIS	192
EVOLUÇÃO DA ENGENHARIA BRASILEIRA A PARTIR DE 1950	195
UM OLHAR SOBRE A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E A INOVAÇÃO	201
A VISÃO GOVERNAMENTAL QUANTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO	205
SISTEMAS SETORIAIS DE INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE PESQUISA NO BRASIL	206
O QUE FAZER?	215
CINQUENTA ANOS EM CINCO JÁ: AÇÕES PARA A RETOMADA DA ENGENHARIA BRASILEIRA	215
Um pouco de história	215
UM CAMINHO PARA A RETOMADA	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS	227
APÊNDICE A – Revoltas e insurreições no Brasil	237
APÊNDICE B – Evolução do salário mínimo da sua criação até 2018	247
APÊNDICE C – Evolução da dívida pública brasileira	250

APÊNDICE D – Exportações brasileiras e produtos	251
APÊNDICE E – O plano de cargos e salários do governo Thomé de Souza	252
APÊNDICE F – Índice de Gini	253
ANEXO A – Há o que se comemorar no dia da consciência negra?	255
ANEXO B – Como a ditadura perseguiu militantes negros	259

PRÓLOGO

Quando o povo é fraco ruge, despreza e detesta;
quando é forte, estabelece equilíbrio, e confia-se
a vitória.¹ (José Bonifácio de Andrada e Silva)

Quando, em abril de 2001, escrevi *A necessidade de reestruturação da Escola Politécnica da UFBA*, lembrei-me do livro *Velhos mitos e novas realidades*,² do senador estadunidense James William Fulbright (1945-1975) pelo estado do Arkansas – no qual assinalava as modificações em marcha nos anos 1960. Naquela época, disse:

Hoje, ao analisarmos a situação brasileira em face de situação planetária, deparamo-nos com um intenso bombardeio de informações oficiais ou não, que tenta nos impor uma versão irreal das condições da nação brasileira, ou melhor, do conjunto país Brasil/ população brasileira, já que somos, ainda, uma nação em construção.³

As próprias elites intelectuais muitas vezes se deixam levar pelo “canto da sereia” e reagem às informações ora as aceitando, ora promovendo ações que terminam por reforçar o *status quo*.

Em seguida, comentava que o objetivo era muitíssimo mais restrito e modesto, ou seja, o de fornecer elementos ao debate do

.....
1 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 229.

2 FULBRIGHT, William. *Velhos mitos e novas realidades*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

3 COSTA, Caiuby Alves de. *A necessidade de reestruturação da Escola Politécnica da UFBA*. Salvador: EDUFBA, 2001, p. 5.

ensino universitário na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e suas repercussões na sociedade, dizendo que: “se o objetivo fosse mais amplo teríamos, a exemplo de Fulbright, de escrever um livro que retratasse nossa atual situação”.⁴ Seu título seria sem dúvida *Novos mitos e velhas realidades*; mitos que nos são impingidos diariamente como os efeitos benéficos da globalização, livre comércio, condições iguais de mercado, estado mínimo, entre outros.

Entretanto, realidades tais como exclusão social, exclusão racial, concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste, principalmente nas áreas de educação e P&D, concentração de rendas e outros fatores não são devidamente abordados. Passados quase 17 anos, involuímos de uma posição de nação em construção para a de nação em desmonte, ao menos pelo que o bombardeio de informações midiáticas deixa antever. Em 17 anos, a internet, a informática e os meios de comunicação digital evoluíram, surgiram as chamadas redes sociais, cristalizaram-se oligopólios nas áreas de comunicação, mormente na área televisiva, e intensificou-se o crescimento das religiões evangélicas e das bancadas evangélica e rural no Congresso Nacional. A crise mundial, cuja expressão mais visível foi a bolha financeira de 2008, solapou a economia de diversos países e levou milhões à miséria.

Internamente, sob a égide do combate à corrupção, algo necessário e indispensável, desestrutura-se a nação e prega-se abertamente a volta ao Estado de exceção – isso feito pelas mesmas parcelas da elite brasileira que outrora se abrigaram sob o lema da antiga União Democrática Nacional (UDN): “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.

.....
4 COSTA, 2001, p. 5.

O Índice de Gini,⁵ uma medida de desigualdade social, em 1964, era de 0,535 no Brasil. Em 2017, foi registrado como sendo equivalente a 0,561, comprovando que tal desigualdade aumentou nesse período.

A elite brasileira tem uma notável capacidade de se reestruturar, algo que é visível ao longo de toda a história do Brasil. Ninguém melhor do que ela sabe aplicar o lema invocado por Tomaso di Lampedusa em *O leopardo*: “A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão a República. Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”.⁶ Um exemplo claro disso é que a aceitação de D. Pedro II (na fala do trono de 3 de maio de 1889) quanto ao projeto de colonização agrária, o qual André Rebouças defendia desde 1874, levou à sua deposição em 15 de novembro de 1889, demonstrando o peso da elite agrária.⁷

Arno Mayer, no livro *A força da tradição: a persistência do Ancien Regime*,⁸ mostra que a aristocracia não cai com a Revolução Francesa, e sim com o fim da Primeira Guerra Mundial, destacando no texto a cooptação dos burgueses de destaque pela aristocracia, a conservação da estrutura agrária e a rejeição da Academia ao ingresso da área tecnológica em seu meio.

No Brasil, isso fica evidenciado não só pela manutenção da estrutura agrária, mas também pela estrutura salarial do aparelho de Estado, que mantém uma relação maior/menor salário de 100:1, privilegiando sempre as carreiras-sustentáculo do Estado,

.....
5 O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem).

6 TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. *O Leopardo*. Lisboa: Bertrand, [19--]. p. 21.

7 CALMON P. Prefácio. In: BRASIL. Secretaria da Câmara dos Deputados. *Falas do trono*: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

8 MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Ancien Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

conforme mostra o Plano de Cargos e Salários de Thomé de Souza de 1549.⁹ Em geral, o brasileiro desconhece a história da sua pátria. Quantos brasileiros têm conhecimento do que representa o Dois de Julho, comemorado na Bahia? Quem conhece as lutas de Canudos e do Contestado? Quem tem conhecimento dos desterros na Primeira República? Quem sabe quem foram os chimangos e os maragatos? Tudo é sepultado sob uma enxurrada das informações tendenciosas ou inúteis – não existe a vontade de que a informação leve à reflexão.

No seu livro, ao abordar as inadequações na condução da política externa estadunidense, face às ideias arraigadas e ao fechar de olhos para as realidades que surgiam, afirmou Fulbright:¹⁰

‘Há uma divergência inevitável que deve ser atribuída à imperfeição do espírito humano, entre o mundo tal como é, e o mundo o mundo tal qual os homens o percebem’. Enquanto nossa percepção se mantém razoavelmente próxima da realidade objetiva, temos a possibilidade de agir sobre os nossos problemas de maneira racional e adequada.

Mas quando elas deixam de acompanhar o ritmo dos acontecimentos, quando nos negamos a acreditar em alguma coisa que nos desagrade ou nos amedronte, ou que seja apenas marcadamente estranha, então a distância entre os fatos e as percepções se torna um abismo e a ação passa a ser inadequada e irracional.

O Brasil, através dos 500 anos da sua história, evoluiu de Colônia para Reino Unido, em seguida para Império, do Império para o Regime Republicano, intercalado de golpes travestidos de revoluções. A história brasileira foi marcada pela violência: violência do colonizador sobre os indígenas; a implantação da escravidão negra, que durou quase quatro séculos; luta entre o colonizador

9 COSTA, Caiuby Alves de. *As técnicas, a engenharia e a tecnologia no Brasil através da sua história: aspectos fundamentais*. Salvador, 2013a. v. 1. Não publicado.

10 FULBRIGHT, 1965, p. 11.

português e outros colonizadores; lutas entre as tribos indígenas; revoltas dos afro-brasileiros escravizados, seguidas de revoltas regionais, algumas de uma crueldade sem par, a exemplo de Canudos.

Sobre Canudos, diz Euclides da Cunha no prefácio de *Os sertões*, publicado originalmente em 1901:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o têrmo-la realizado nos filhos do mesmo solo, porque etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, *deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo.*

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo!¹¹

No início do século XX, havia a separação entre a elite parasita que vivia no litoral ou nas casas grandes, com padrões socioculturais europeus, e o Brasil como todo vivendo nos cortiços metropolitanos e nas choças do Brasil interiorano em condições de sobrevivência. Era o tempo, sob o ponto de vista das condições sociais e das informações, a coordenada histórica da separação. No início do século XXI, considerando a separação entre a elite parasitária que vivia nos litorais e metrópoles interioranas com padrões socioculturais estadunidenses e o Brasil como um todo, englobado nas favelas das cidades e no interior de população refeita, o tempo permanece somente como coordenada histórica

.....
11 CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1968. p. XI-XII.

de separação das condições sociais, já que, quanto às informações, elas são quase instantâneas *urbe et orbi*.¹²

Apesar dos mitos jurídicos, tais como Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Nacional de Trânsito, leis de proteção à mulher etc., percebem-se ainda altas taxas de mortalidade. No Brasil, em 2017, foram registrados 59.080 homicídios, sendo 78,9% destes pretos e pardos e 47,85% de jovens com idade entre 14 e 29 anos.¹³ Já em 2015, na Guerra da Síria, foram contabilizados 55.219 mortos – dentre estes, 13.249 civis.¹⁴

Figura 1 – Dados do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores em Vias Terrestres (DPVAT) de 2015

2015				
Natureza do Sinistro	Quantidade	Indenizações Pagas	Despesas com Indenizações	Indenizações + Despesas com Indenizações
Morte	42.501	R\$584.512.053,22	R\$44.599.178,06	R\$629.111.231,28
Invalidez Permanente	515.751	R\$1.848.945.991,07	R\$805.162.016,48	R\$2.654.108.007,55
DAMS	94.097	R\$64.030.326,38	R\$34.107.967,75	R\$98.138.294,13
MID	652.349	R\$2.497.488.370,67	R\$883.869.162,28	R\$3.381.357.532,95

Fonte: adaptada do *Boletim Estatístico* (2015, p. 1).

Hoje, muito mais do que na época da Revolta de Canudos, está a se cometer um crime, e não mais existe, no que tange às informações, a separação histórica da coordenada tempo. Assiste-se passivamente a um verdadeiro genocídio, enquanto a mídia se ocupa

12 A cidade e o mundo.

13 IPEA. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro, 2017.

14 SÍRIA teve 60 mil mortes em 2016, segundo ONG: o Observatório Sírio dos Direitos Humanos condena o silêncio da comunidade internacional e pede que as potências mundiais atuem de maneira mais séria. *Exame*, [São Paulo], 31 dez. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/siria-teve-60-mil-mortes-em-2016-segundo-ong/>-. Acesso em: 16 mar. 2019.

de futricas políticas, de firulas jurídicas, da violência do dia a dia, do futebol, de celebridades, das vantagens de Miami e questões outras irrelevantes. Por muito mais razões do que teve Euclides da Cunha, temos que agir. Os fatos que atualmente ocorrem têm uma significação, “a significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo!”.

Não basta apenas denunciar: é necessário revisitar a história do Brasil e refletir sobre ela, de modo a conhecer a nação em que vivemos. Somente assim a ação efetuada será adequada e racional, quebrando um paradigma de 500 anos.

Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!¹⁵

.....
15 BÍBLIA, João 8:32.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um povo que não conhece a sua história
está condenado a repeti-la.¹
(Edmund Burke)

A história oficial mascara a realidade, suprime alguns fatos fulcrais, distorce alguns fatos importantes e cria um conjunto de ilusões através dos tempos que leva todos ou quase todos à crença de que, apesar da escravidão, evoluímos ao longo do tempo, socialmente, sem grandes conflitos. Criam-se heróis como os do automobilismo e do futebol e mitos como o do brasileiro cordial e da inexistência de violência, a preguiça do baiano, a inferioridade do negro – todos facilmente contestáveis numa análise primária, mas, como disse Goebbels,² “uma mentira repetida mil vezes se torna verdade”. “O Brasil não é um país sério”³ – popularmente atribuído a Charles de Gaulle e repetido à exaustão pelos meios de comunicação, é, na realidade, de autoria do diplomata brasileiro Carlos Alves de Souza Filho, embaixador do Brasil na França entre 1956 e 1964, genro do presidente Artur Bernardes. A realidade é

.....

1 Filósofo inglês do século XVII.

2 Joseph Goebbels, ministro da Propaganda nazista durante o governo de Adolf Hitler.

3 Original: “Le Brésil n’est pas un pays sérieux”.

inteiramente diferente dos mitos que nos são impostos. Em seu livro *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro observa:⁴

Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. Não é impensável que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país, em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte do seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis.

Mais adiante, diz Darcy Ribeiro:

Com efeito, a grande herança histórica brasileira é a façanha de sua própria constituição como um povo étnico, nacional e culturalmente unificado. É também, o malogro dos nossos esforços de nos estruturarmos solidariamente, no plano socioeconômico como um povo que exista para si mesmo. Na raiz desse fracasso das maiorias está o êxito das minorias, que ainda estão por aí mandantes. Em seus desígnios de resguardar velhos privilégios por meio da perpetuação do monopólio da terra, do primado do lucro sobre as necessidades e da imposição de formas arcaicas e renovadas de contingenciamento da população de força de trabalho superexplorada.⁵

.....
4 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 23.

5 *Ibid.*, p. 226.

Além das inverdades da historiografia social, há a enxurrada de meias-verdades de abordagens falsas quanto à realidade tecnológica, quanto à capacidade intelectual e produtiva de nossos intelectuais e profissionais e, acima de tudo, a busca da pasteurização da cultura brasileira por imposição de padrões comportamentais artísticos e visuais forâneos, de modo a forçar a pasteurização da nossa cultura e inibir a nossa criatividade. Essas são indubitavelmente as ameaças maiores não somente à nossa arte, à nossa ciência, à nossa cultura, à nossa tecnologia, mas, e principalmente, à nossa existência enquanto nação.

CONSIDERAÇÕES E FATOS DO BRASIL COLÔNIA

Os fidalgos e eclesiásticos tem a arte de chamar Jacobino ou incrédulo a quem deseja que o mundo seja melhor do que está.¹ (José Bonifácio de Andrada e Silva)

No momento em que encontrou terras brasileiras, Portugal era o centro do conhecimento mundial. David S. Landes diz, no seu livro *A riqueza e a pobreza das nações*: “A descoberta de Colombo de um mundo novo chocou os portugueses. Tal como o Sputnik para os americanos”.²

Não existe colonizador bom. O interesse do colonizador foi, é e será sempre o interesse da metrópole. Basta olhar a África e o Sudeste Asiático, onde as colonizações holandesa e belga deixaram, respectivamente, a Indonésia e o Zaire em situação de miséria e conflito.

Um mito bastante difundido é quanto às teóricas vantagens dos diferentes colonizadores. Diz-se que o Brasil seria muito melhor se colonizado por ingleses (a exemplo dos Estados Unidos), por holandeses ou franceses, indicando a existência das universidades nas colônias inglesas como Harvard, em 1636, contrariamente ao

.....
1 SILVA, 1998, p. 196.

2 LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 96.

Brasil, que só foi ter cursos de nível superior após a chegada da Família Real e universidades só na primeira metade do século XX.

A assertiva, tão utilizada, de que não nos desenvolvemos rapidamente pela inexistência de universidades não é sustentável. As colônias espanholas já possuíam universidades de há muito, na República Dominicana e no Peru, e não conseguiram atingir desenvolvimento na área das técnicas, da engenharia e tecnologia e nem uma evolução da condição colonial de exportadores de matérias-primas.

Muito mais importante para o não desenvolvimento foi a estrutura social escravista e a dissociação entre o conhecimento teórico-científico e o conhecimento artesanal, enfoque herdado da civilização grega.

Esses dois fatores são tão prevalentes que, nas áreas onde se constituem conjunto dominante, há baixo desenvolvimento tecnológico e fortes desigualdades sociais. No caso brasileiro, a exclusão e a não valorização das atividades técnicas, de engenharia e de tecnologia permanecem – salvo poucas exceções – até hoje. Os trabalhos cuja ação final exige o emprego das mãos, exceção feita à arte guerreira e à arte de curar, não são socialmente nem financeiramente valorizados nas sociedades herdeiras da antiga visão grega e de estruturas escravistas. Essa postura é refletida na estrutura de poder e na administração pública. No Brasil, os dados do orçamento de Thomé de Souza mostram que a relação entre o maior salário e o menor salário em 1549, na estrutura de Estado, era de 100 para 1 – entre governador e o trabalhador manual não qualificado. Os técnicos qualificados não chegavam a auferir 40% dos salários que auferiam as “carreiras-sustentáculos” do poder.³

A estrutura social dos estados do sul estadunidense era e é similar à do Nordeste brasileiro, pois foram regiões de *plantations*,

.....
3 COSTA, 2013a.

ou seja, cultura da cana-de-açúcar e do algodão. A situação desses estados após o Furacão Katrina é bem uma confirmação disso. Houvesse Lincoln perdido a guerra e não haveria grandes diferenças entre os Estados Unidos e o restante das Américas.

O período do Brasil Colônia está compreendido entre 1500 e 1815, embora a chegada da Família Real em 1808 já alterasse substancialmente as relações com a metrópole. Durante esse período, o Brasil teve como capitais: Salvador (1549-1624), Olinda (1624-1625), Salvador (1625-1763) e Rio de Janeiro (1763-1815), que continuou a ser a sua capital até a mudança para Brasília, em 1960.

Durante o período colonial, houve os ciclos econômicos de exploração do pau-brasil, da produção de cana-de-açúcar, da mineração e, paralelamente, alguns subciclos, como o da pecuária, do fumo e do algodão.

O ciclo do pau-brasil, meramente extrativo, trouxe devastação à Mata Atlântica e pouco retorno à metrópole. O ciclo da cana-de-açúcar deu à economia da colônia e à sua metrópole um surto de prosperidade. Sobre o fabrico do açúcar, é relatado: “os equipamentos envolvidos e a manutenção dos mesmos, para uma correta operação, requer habilidade da pessoa envolvida”.⁴

Exacerba a sua complexidade a gestão das atividades, desde o plantio e/ou compra da cana e seu transporte para o engenho, como também a embalagem, estocagem, armazenamento e transporte – conjunto de operações a que hoje chamaríamos de logística. Diz Antonil:

[...] servem ao senhor de engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que tem nas fazendas e nas moendas e fora os mulatos e mulatas, negros e negras da casa, ou ocupados em outras partes: barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e

.....
4 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro, contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças um feitor-mor no engenho e para o espiritual um sacerdote, seu capelão.⁵

Havia dois tipos de instalações para o fabrico do açúcar: o trapiche, que era movido por força animal, e o engenho, que era movido por força hidráulica.

Paralelamente ao ciclo do açúcar, ocorreram o subciclo da pecuária e a construção naval, além do cultivo agrícola, principalmente a mandioca, cuja farinha passa a ser a base alimentar da colônia, assim como o açúcar e a carne seca. O açúcar da cana, por sua vez, trouxe como subproduto a cachaça.

A necessidade do uso de animais nos engenhos de açúcar provocou a introdução, já nas capitanias hereditárias, de rebanhos, que foram reforçados por Thomé de Souza para suprir as necessidades de transporte e tração dos engenhos. Como a proximidade dos rebanhos causava danos às plantações de cana-de-açúcar, houve a necessidade de interiorização dos currais e, posteriormente, do deslocamento cada vez maior dos rebanhos, além da utilização da carne salgada e seca ao sol e do uso do couro.

A construção naval foi um marco na colonização brasileira. Na Bahia, houve duas ribeiras, como então eram denominados os estaleiros – dali saindo várias embarcações, inclusive de grande porte. A localização privilegiada de Salvador, a meio caminho entre a metrópole e as Índias, a necessidade de efetuar reparos nas embarcações, a existência de madeiras de qualidade e sua diversidade, a disponibilidade de água doce e o abrigo proporcionado pela Baía de Todos os Santos foram as razões que levaram à construção naval na Bahia.

.....
5 ANTONIL, 1976, p. 23.

Assim, quando, em 1549, Thomé de Souza aportou na Bahia, trazia com ele:

[...] colonos e seis jesuítas, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, os primeiros mandados ao Brasil e munidos de um Regimento mandatário às ações a serem desenvolvidas. Tomé de Souza trouxe um grupo de artífices especializados que incluía um mestre de construção, carpinteiros, calafates e um ferreiro.⁶

Gabriel Soares de Souza, no seu *Tratado descritivo do Brasil*,⁷ menciona a existência de 40 carpinteiros na Bahia, portugueses e mestiços, que se ocupavam de fazer navios. Cumprindo as determinações do regimento, Thomé de Souza fundou a povoação, deu início à construção de fortificações e implantou o primeiro estaleiro estabelecido, que foi o da Ribeira das Naus. Houve a paulatina substituição das madeiras utilizadas em Portugal por madeiras brasileiras; houve o que hoje chamaríamos de substituição de importações.

Quanto ao ciclo da mineração, embora haja menções ao encontro de minérios desde a chegada dos portugueses, não houve nenhuma descoberta notável até o século XVII. No final do século XVII e início do século XVIII, foram descobertas lavras de ouro no interior de São Paulo, nas Minas Gerais e, em seguida, em Jacobina e no Rio das Contas, na Bahia. Também encontra-se ouro no Mato Grosso e em Goiás. Essas descobertas provocaram um violento impacto na economia e na sociedade do Brasil, ocasionando, entre outras coisas, fluxos migratórios para essas áreas de dentro do Brasil e de Portugal: “Foi tamanho o fluxo que o rei D. João V

6 ALBUQUERQUE, L. *Alguns documentos sobre a colonização do Brasil: (século XVI)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p. 124.

7 SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987.

resolveu, por lei de 1720, controlar a saída dos seus súditos, com medo do despovoamento das aldeias e dos campos portugueses”.⁸

Na colônia, houve maior contato das populações, na maioria das vezes isoladas, a abertura de caminhos terrestres, a fundação de cidades, o aumento do comércio e o desenvolvimento de atividades artesanais. Na metrópole, financiou a Coroa Portuguesa o pagamento das importações de bens de consumo, principalmente da Inglaterra, que foi a grande beneficiária. Sob o ponto de vista político, há que se destacar o período da submissão de Portugal à Coroa Espanhola (1581-1640); as invasões holandesas, principalmente sua presença em Pernambuco de 1630 a 1654; as invasões francesas, que foram várias em diferentes pontos do Brasil, destacando-se as da França Antártica (1555-1570), no Rio de Janeiro, e da França Equinocial (1595-1615), no Maranhão; e os acordos firmados por Portugal com a Inglaterra, Westminster (1654) e Methuen (1703), que implicaram grandes concessões portuguesas. Assinalam-se, ainda, o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), que expulsou os jesuítas (1759) e transferiu a capital do Brasil para o Rio de Janeiro (1763); e o alvará de D. Maria I (1795), que proibiu a existência de fábricas no Brasil e a abertura dos portos (1808).

A submissão de Portugal à Coroa Espanhola resultou numa maior facilidade de penetração nos territórios ditos espanhóis pelo Tratado de Tordesilhas. Isso também provocou as invasões holandesas, pois a Holanda havia sido colonizada pela Espanha, tornando-se independente em 1581 e, com o domínio espanhol, o acordo existente entre a Holanda e Portugal na área açucareira foi suprimido.

A Holanda, até então, beneficiava o açúcar produzido no Brasil. Assim, em 1630, os holandeses ocuparam Pernambuco, lá

.....
8 ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. p. 12. (Biblioteca Breve, v. 79).

permanecendo até 1654. Assinala-se que, entre 1637 e 1644, a dominação da Companhia das Índias Ocidentais determinou a Maurício de Nassau governar Pernambuco. Foi um período de prosperidade e com forte participação de profissionais e artistas, entre os quais judeus holandeses e portugueses – os cristãos novos.

A retomada de Pernambuco pelos portugueses causou a volta dos processos inquisitoriais, sendo que a maior parte da comunidade judaica retornou para a Holanda, parte se deslocou para o Sudeste do Brasil e uma boa parte que dominava as técnicas do açúcar foi para as Antilhas e o Caribe. As invasões francesas não deixaram legado maior do que a cidade maranhense de São Luís. Os acordos de Portugal com a Inglaterra não só drenaram as riquezas para esta última, como levaram, posteriormente, o Brasil independente a firmar novos tratados.

O governo de Pombal, com o objetivo de estruturar um Estado laico, algo louvável, decidiu expulsar os jesuítas do Brasil. Ao fazê-lo, destruiu um sistema de ensino estruturado, nada colocando em seu lugar. Continuaram a funcionar o Seminário Episcopal, no Pará, e os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia; e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

No livro *As técnicas, a engenharia e a tecnologia no Brasil através da sua história: aspectos fundamentais*, é dito que: “A expulsão da Companhia de Jesus representou a saída do Brasil de 124 jesuítas da Bahia, 53 de Pernambuco, 199 do Rio de Janeiro e 133 do Pará”. Pouca coisa restou de prática educativa no Brasil.⁹

O Marquês de Pombal, ao empreender suas reformas inspirado nos iluministas franceses, buscou fortalecer o poder do rei e a implantação de um sistema educacional laico. Desejando construir tal Estado, retirou o ensino do controle dos jesuítas, mas o novo

.....
9 COSTA, 2013a.

tipo de ensino adotado continuou, basicamente, o mesmo do período jesuítico.

Não havia currículo, no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizados, nem a duração prefixada se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria. O aluno se matriculava em tantas aulas quantas fossem as disciplinas que desejasse. Para agravar este quadro, os professores eram geralmente de baixo nível, porque improvisados e mal pagos, em contraste com o magistério dos jesuítas, cujo preparo chegava ao requinte.¹⁰

A implantação do sistema educacional pombalino fracassou, não criou na prática uma nova estrutura, mas evidenciou fatos limitantes ao sistema, tais como a “sua fragmentação e a deficiência insanável na formação de mestres, e representou a presença”¹¹ do Estado no setor.

O alvará de D. Maria I (1785) foi estabelecido para evitar que fossem afetadas as ofertas de mão de obra destinadas à agricultura e à extração de minérios, como ouro e diamantes. Só era permitida a fabricação de sacos para empacotamento e tecido grosseiro para as roupas de escravizados.

A abertura dos portos às nações amigas – leia-se: a Inglaterra – trouxe consigo as ideias do Visconde de Cayrú, seguidor de Adam Smith. Cayrú propugnava pelas vantagens econômicas comparativas. “Enquanto Alexander Hamilton convocava uma jovem América para desenvolver a indústria e competir com a Europa, o Visconde de Cayrú acreditava supersticiosamente”¹² na “mão invisível” e repetia “laissez faire, laissez passer, laissez vendre”.¹³

.....
10 SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da cultura brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

11 *Ibid.*, 1985.

12 LANDES, 1998.

13 “Deixa fazer, deixa passar, deixa vender”.

Embora houvesse trabalhos nas áreas técnicas e científicas – como os de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Francisco José Lacerda de Almeida, Alexandre Rodrigues Ferreira, Frei José Mariano Conceição Velloso, Vicente Seabra Telles, José Bonifácio de Andrada e Silva, João Manso Pereira e Alexandre Vandelli –, o período colonial apresenta como saldo: uma produção agrícola com beneficiamento primário, uma estrutura escravista, ensino elementar desestruturado, ensino superior na metrópole, construções de fortificações e navios, rotas terrestres precárias, rotas marítimas radiais cidade colonial-metrópole, inexistência de navegação de cabotagem.

A ESTADA DE D. JOÃO VI NO BRASIL

Acossada por Napoleão e sob a proteção naval inglesa, em novembro de 1807, a Corte Portuguesa deixava Lisboa e se dirigia para o Brasil.

Inicialmente, vieram 15 mil pessoas: a Família Real, nobres, militares, funcionários, eclesiásticos, servos e empregados domésticos, transportados em 16 navios. Eles trouxeram o que foi possível transportar: móveis, objetos de arte, joias, louças, o tesouro real e uma biblioteca com milhares de livros.

Após mais de 50 dias de viagem, chegaram à Bahia em janeiro, rumando posteriormente para o Rio de Janeiro, onde chegaram em março de 1808.

Com a chegada ao Rio de Janeiro, como não existiam acomodações adequadas, a Família Real ficou hospedada na residência do vice-rei. Entretanto, eram necessárias outras acomodações e, por essa razão, foram requisitadas cerca de 2 mil das melhores residências para abrigar a Corte. Para isso, os funcionários do governo pregavam nas portas das residências escolhidas o “P. R.”, que significava “Príncipe Regente”, mas foi traduzido pela população como “Ponha-se na Rua”. Igrejas, quartéis e outros prédios públicos também foram ocupados. A cidade passou por uma reforma geral, limpeza de ruas, pinturas nos prédios etc. A capital do reino de Portugal foi estabelecida na capital do Estado do Brasil, Rio de Janeiro, fato inédito na historiografia.

A estada de D. João VI no Brasil foi marcada pela estruturação administrativa necessária ao funcionamento da Corte e pela

fundação de instituições necessárias ao seu bom funcionamento. Assim, nesse período, foram criados:

- ◊ a Imprensa Régia;
- ◊ o primeiro Banco do Brasil, em 1808;
- ◊ a Academia Real Militar, em 1810;
- ◊ a Escola de Medicina da Bahia;
- ◊ a Escola de Medicina do Rio de Janeiro;
- ◊ a Biblioteca Real;
- ◊ o Museu Real;
- ◊ o Jardim Botânico;
- ◊ outras entidades e instituições.

Além disso, houve:

- ◊ autorização para o funcionamento de tipografias e a publicação de jornais em 1808;
- ◊ instalação de fábrica de pólvora e indústrias de ferro em Minas Gerais e São Paulo;
- ◊ elevação do Estado do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves;
- ◊ vinda da Missão Artística Francesa (1816) e fundação da Academia de Belas Artes;
- ◊ mudança da denominação das unidades territoriais, que deixaram de se chamar “capitanias” e passaram a denominar-se de “províncias” (1821).

A estrutura social escravista, a estrutura agrária latifundiária e a submissão à Inglaterra ficam consolidadas, mas as instituições de ensino e outras que foram criadas, além da estrutura administrativa, viriam a constituir os fundamentos de uma futura nação.

BRASIL IMPÉRIO

Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade, e mal sofrem perderem as regalias que uma vez adquiriram. Obedientes ao justo, inimigos do arbitrário, suportam melhor o roubo que o vilipêndio; ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza; de imaginação brilhante e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e nobrecimento; generosos, mas com bazofia; capazes de grandes ações, contanto que não exijam atenção aturada, e não requeiram trabalho assíduo e monotônico.¹
(José Bonifácio de Andrada e Silva)

O INÍCIO

Laurentino Gomes, em seu livro *1822*, inclui o subtítulo “como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado”. A sapiência de José Bonifácio, o tal homem sábio, evitou, ao caminhar para um regime monárquico, que os caudilhos de plantão se apresentassem para disputar o poder, esfacelando a unidade territorial duramente conquistada. Essa conquista foi obtida tecnicamente pelo trabalho de um grande brasileiro, Alexandre de

.....
1 SILVA, 1998, p. 183.

Gusmão, e militarmente pela ação de seus cidadãos armados. E aqui começam mitos, tais como o da tranquilidade das “margens plácidas” do Ipiranga ao ouvir o “brado retumbante”. Não fosse o empenho de outros brasileiros em lutas cruentas, apoiados militarmente pelo escocês louco por dinheiro, Lord Cochrane, decisivo na Guerra de Independência na Bahia, o Brasil não seria a nação que é hoje.

A luta pela Independência da Bahia foi iniciada em 19 de fevereiro de 1822 e concluída em 2 de julho de 1823, com a expulsão do território brasileiro das tropas do general português Madeira de Melo. Antecedeu a ela a Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates, ocorrida em 1798. Foi uma revolução social de caráter popular, inspirada nos princípios da Revolução Francesa, motivada pelo domínio português, preços elevados de produtos essenciais e baixos salários dos militares. Defendia: a emancipação política do Brasil, a implantação da república, liberdade e igualdade entre as pessoas e o aumento de salário para os soldados. O movimento foi reprimido e os líderes populares, enforcados ou degredados. A exceção foi o médico Cipriano Barata, que foi preso e libertado dois anos depois.

Em 1820, com a convocação das Cortes Gerais em Lisboa, a Bahia enviou deputados para defesa dos interesses locais. Há cisão entre os interesses brasileiros, que queriam preservar a condição obtida com a presença da Família Real, e os portugueses, que queriam que o Brasil retrocedesse à condição de colônia. Finalmente, há unificação, no interesse comum da luta pela Independência do Brasil a partir de 14 de junho de 1822, quando foi feita, na Câmara da vila de Santo Amaro da Purificação, a proclamação que pregava a unidade nacional e reconhecia a autoridade de D. Pedro. A violência eclodiu em Salvador entre a Junta Governativa eleita, que apoiava D. Pedro e o comandante militar da Bahia, Manoel Pedro, e o novo comandante militar designado por Portugal, Madeira de

Melo. As tropas de Madeira de Melo tomam o quartel do Primeiro Batalhão de Infantaria e, em seguida, o Forte de São Pedro, prendendo o antigo comandante militar e o enviando para Portugal.

As comemorações da vitória portuguesa culminaram com a invasão do Convento da Lapa e o assassinato da abadessa Sórora Joana Angélica.

A Guerra de Independência envolveu 14 navios portugueses e 11 navios brasileiros. Em terra, 14 mil brasileiros comandados por Pedro Labatut e 10.500 portugueses comandados por Madeira de Melo. As baixas brasileiras ultrapassaram a 1.000 e as portuguesas superaram 3.500.² Houve diversas batalhas, sendo as mais importantes as de Cabrito e de Pirajá, essa última decisiva. Madeira de Melo e suas tropas refugiaram-se em Itaparica. Em maio de 1823, a esquadra de Cochrane bloqueou Salvador. Já em 2 de julho de 1823, Madeira de Melo e suas tropas abandonam o Brasil.

A CONSOLIDAÇÃO

No início do Império, o Brasil teve que negociar com Portugal a sua independência, tendo como intermediária a Inglaterra, o que custou ao Brasil pagamentos, além de assumir dívidas portuguesas com a Inglaterra. Houve também diversos problemas políticos desde o fechamento da Assembleia Constituinte: a Constituição de 1824 acabou outorgada, a abdicação de D. Pedro I, a Regência, a maioria e, enfim, o Segundo Império, que terminou em 15 de novembro de 1889. Durante todo o ciclo imperial, o Brasil sofreu cerca de 30 revoltas ou insurreições, entre as quais: a Confederação do Equador, a Noite das Garrafadas, a Cabanada, a Cabanagem, a Revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada e a Insurreição Praieira,

.....
2 UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA. *Bahia tem R\$ 2,8 bi em obras rodoviárias paradas*. Salvador, 22 maio 2015. Disponível em: <http://upb.org.br/noticias/bahia-tem-r-28-bi-em-obras-rodoviarias-paradas>. Acesso em: 18 out. 2018.

todas devidamente pacificadas a ferro e fogo. Desse modo, foram mantidas nossa integridade territorial e nossa identidade cultural.

Sob o ponto de vista estrutural, o Brasil possuía um governo central e suas províncias. Além dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, existia o Poder Moderador: o imperador.

As classes dominantes comungavam das mesmas ideias e propósitos no que tangia à estrutura agrária, à escravidão e à ausência de participação popular nos embates políticos. Divergiam fortemente, entretanto, quanto aos interesses locais. Elas se agrupavam sob duas bandeiras partidárias: o Partido Conservador e o Partido Liberal. O processo eleitoral era fraudado e violento. Em 1847, foi instituído o parlamentarismo. Com isso, preservava-se a figura do imperador, que não mais nomeava todos os ministros, mas tão somente o chefe de gabinete. A este, cabia a nomeação do Ministério, respaldado pela Assembleia. Essa combinação permitiu a alternância de poder, sem mudanças estruturais, até a Proclamação da República. A religião católica, com a Constituição de 1824, tornou-se a religião oficial do Império.

O ENSINO

O Império brasileiro manteve para o ensino elementar as mesmas condições desestruturadas, herdadas da Reforma Pombalina. A Constituição Política do Império do Brasil outorgada em março de 1824 estabelecia: “Art. 178 – A Instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Não se deve esquecer que os escravizados e índios, ou seja, a maioria da população, não eram cidadãos. A posterior regulamentação por lei, em outubro de 1827, alocava as escolas “nas capitais das províncias, cidades e em vilas e lugares populosos

em que for possível estabelecerem-se”,³ indicando para as mesmas o método do “ensino mutuo” ou de Lancaster.⁴

Em 1834, delegou-se às Assembleias Provinciais a regulamentação do ensino. Apesar do baixo custo do método indicado, não havia nem interesse das autoridades locais, nem capacidade de investimento das províncias, cidades e vilas. O resultado, como se sabe, foi desastroso. No ensino secundário, o grande marco foi a criação, em 1837, do Colégio Pedro II. Concebido segundo a estrutura dos liceus franceses, ele serviu de base e modelo para as províncias brasileiras – onde surgiram liceus e/ou ateneus, o que proporcionou ao Brasil uma educação secundária de qualidade.

Entretanto, é mister notar que essas instituições alcançavam poucas pessoas, que, em sua grande maioria, eram das elites dominantes.

O ensino profissional era ministrado pelos mestres artesãos, que eram usualmente escravizados alforriados ou europeus – era o ensino do tipo “aprenda fazendo”. Esses cursos tinham regras corporativas e eram frequentados em sua quase totalidade por pobres, negros e mestiços, como sói acontecer em qualquer sociedade escravagista.

Mesmo em relação aos cursos profissionais, havia, em alguns casos, restrições à população negra. Assim, no Rio Grande do Sul, no Colégio de Artes Mecânicas, a lei mandava “recusar matrículas às crianças de cor preta e aos escravos e pretos, ‘ainda que libertos e livre’”.⁵

3 BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

4 O método de Lancaster consistia no ensino pelo professor a meninos mais amadurecidos e inteligentes, formando, dessa forma, monitores que ensinavam a grupos de alunos. SILVA, Marcos. *História da educação brasileira*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. p. 91-92.

5 COSTA, 2013a.

No ensino superior, houve progressão no legado deixado pela Família Real portuguesa. Além das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, foram criadas: a Faculdade de Direito de Recife, Pernambuco; a Faculdade de Direito de S. Paulo; a Escola Central, atual Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais; a Escola de Agronomia de S. Bento das Lages, Bahia, de Teatro e Arquitetura e Urbanismo; Música; e Belas Artes, no Rio de Janeiro. Além disso, foram criados cursos de Farmácia, na Bahia, e Odontologia, na Bahia e no Rio de Janeiro, associados aos cursos de Medicina existentes.

O recenseamento de 1872 do Império do Brasil mostra um quadro claro das condições da época, mesmo considerando suas prováveis imperfeições.

De um modo sintético:

Tabela 1 – População brasileira

BRANCOS	PARDOS	PRETOS	CABOCLOS	TOTAL
3.787.289	3.801.754	1.954.452	1.080.925	10.624.420

Fonte: adaptada da Diretoria Geral de Estatística (1872).⁶

Os analfabetos atingiam o número de 8.365.997 (79%); os escravizados eram 1.516.800 (15%). A população em idade escolar (6 a 15 anos) era de 1.932.354 e frequentavam as escolas 318.677 (16%).⁷ Mais uma vez, registra-se o avanço nos diplomas legais, mas estes não têm seus intentos concretizados.

6 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil em 1872*. [S. l.], 1872. v.1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

7 IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As melhores considerações sobre ensino, ciência e tecnologia no Brasil à época encontram-se no livro *Viagem ao Brasil: 1865-1866*, no capítulo “Impressões gerais”, em que Louis Agassiz e Elizabeth Cary comentam:

As faculdades regulares compreendem apenas a medicina e o direito; em ambas o ensino se faz com seriedade, ainda que um tanto estreitamente. *Pelo menos acho que nas faculdades da primeira espécie, que os meus próprios estudos permitem julgar os ramos acessórios, que são antes de tudo, a base duma educação médica superior, são desprezados ou insuficientemente ensinados. Não se dá nas escolas de medicina, a importância devida à zoologia, à anatomia comparada, botânica, física e química; o seu ensino é dado pelos livros em vez de ser dado pelos fatos. Aliás, enquanto existir o preconceito quanto ao trabalho manual no Brasil, o ensino prático se fará mal; enquanto aqueles que estudam a natureza acharem que não vai bem a um gentleman carregar em suas mãos os seus espécimes ou o seu martelo de geólogo, fazer por si mesmo as suas preparações, não passarão de amadores em matéria de pesquisa científica; poderão conhecer admiravelmente os fatos referidos por outrem, mas não farão pesquisas originais.*⁸

A Escola Central merece uma referência especial. Corresponde ao que entre nós se denomina *Scientific School* em nenhuma outra parte do Brasil vi um estabelecimento de instrução onde os métodos aperfeiçoados sejam tão altamente apreciados e tão generalizadamente adotados. Os cursos de matemática, química, física, ciências naturais, são larga e seriamente feitos; *porém mesmo nesse estabelecimento fiquei impressionado pela mesquinhez dos meios de demonstrações práticas e experimentais; os professores não me parece haver suficientemente*

.....
8 AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Süssekind de Mendonça. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros). p. 456, grifo nosso.

*compreendido que as ciências físicas não se ensinam [unicamente ou principalmente com os manuais].*⁹

O Museu de História Natural da capital é uma antiqualha. Qualquer pessoa que conheça um museu, dotado de vida e movimento, reconhecerá que as coleções desse museu permanecem há muito tempo sem melhoria ou acréscimo; os animais montados, mamíferos e aves, são antigos, e os peixes, com exceção de alguns magníficos espécimes do Amazonas, não dão ideia da variedade que se encontra nas águas do Brasil; far-se-ia uma melhor coleção, numa só manhã, no mercado da cidade.¹⁰

A importância exagerada que se dá em toda a parte do país se empresta aos empregos públicos é uma desgraça; relega para a sombra todas as demais ocupações e sobrecarrega o Estado com uma massa de empregados pagos que, sem maior utilidade, atravancam os serviços públicos e esgotam o Tesouro.¹¹

ARTES

No período imperial, as artes tiveram um grande desenvolvimento, especialmente porque D. Pedro II as apoiava fortemente. Assim, nos vários setores da arte, o Brasil produziu artistas relevantes, tanto na pintura quanto na escultura, a exemplo de: Vitor Meirelles, Pedro Américo, Almeida Jr., Candido Caetano Almeida Reis, Chaves Pinheiro; na Bahia, especificamente, Antônio Joaquim Franco Velasco, José Rodrigues Nunes e Bento José Rufino Capinam.

No teatro, em 1838, foi produzida a primeira peça encenada por brasileiros e com um tema nacional: *O juiz de paz na roça*, peça de Martins Pena que marcou o nascimento do teatro brasileiro. Em 1845, foi criado o Conservatório Dramático Brasileiro,

.....
9 AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 457, grifo nosso.

10 Ibid., p. 458, grifo nosso.

11 Ibid., p. 460.

que tinha por objetivo ajudar companhias de teatro nacionais financeiramente, em troca de encenar peças em português. Outra grande figura do teatro foi Arthur de Azevedo e, entre os dramaturgos realistas, Quintino Bocaiúva, Joaquim Manuel de Macedo e Júlia Lopes de Almeida.

Literatura

Logo após a Independência, a literatura brasileira sofreu forte influência da literatura portuguesa, cujo estilo era predominantemente neoclássico. Essa fase foi seguida pelo romantismo, cujos principais ramos foram o sentimentalismo e o indigenismo, o qual predominou no período de 1850 a 1870. Dentre os escritores brasileiros, destacaram-se: Manuel de Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e Alfredo d'Escragolle Taunay. Os anos 1880 foram marcados por uma reação ao romantismo, destacando-se as correntes realistas e naturalistas na prosa e o parnasianismo na poesia. Entre os realistas, Machado de Assis e Raul Pompéia; entre os naturalistas, Aluísio de Azevedo e Adolfo Caminha; e entre os parnasianos, Raymundo Correia, Gonçalves Crespo e Olavo Bilac.

Música

No Brasil Império, a primeira e forte corrente dominante foi a do romantismo. Na área musical, era usual a vinda de companhias europeias, principalmente italianas, e alguns músicos dessas companhias permaneciam aqui com seus instrumentos e passavam a atuar como professores. A principal cidade de destino era a capital da Corte, Rio de Janeiro, mas também Salvador e Recife recebiam

essas companhias. Nesse período, várias sociedades musicais foram criadas, e havia a ocorrência de vários concertos. Desses fatos, se originaram instrumentistas brasileiros, principalmente os de sopro, e era rotina a organização de saraus nos quais se cantavam modinhas e lundus. Havia também as bandas militares e as cantigas de roda, que ainda permanecem em algumas regiões do Nordeste. No período inicial do Império, destaca-se Francisco Manuel da Silva, discípulo do padre José Maurício e seu sucessor como mestre de capela. A seu crédito, há a música do atual *Hino Nacional Brasileiro*, a fundação do Conservatório de Música do Rio de Janeiro e a regência do Teatro Lírico Fluminense e da Ópera Nacional. No final do segundo reinado, surgiu a maior figura da música do Brasil Império: Antônio Carlos Gomes, autor de *O guarani* e *O escravo*, que teve grande sucesso na Itália. Na música popular, o destaque foi Chiquinha Gonzaga e, entre os ritmos populares, o maxixe (gênero tipicamente brasileiro).

ECONOMIA

Nação com pequeno mercado interno, com população de 9.936.478 habitantes, o Brasil tinha como estados mais populosos, em 1872:

- ◊ Minas Gerais: cerca de 2 milhões de habitantes;
- ◊ Bahia: cerca de 1,4 milhão;
- ◊ Pernambuco: cerca de 1,1 milhão;
- ◊ Rio de Janeiro: cerca de 1 milhão;
- ◊ São Paulo: cerca de 800 mil;
- ◊ Ceará: cerca de 700 mil;
- ◊ Rio Grande do Sul: cerca de 450 mil; e
- ◊ Paraíba: quase 400 mil.

A estrutura econômica era fundamentalmente agrária, sendo a população brasileira essencialmente rural. Um retrato das atividades econômicas brasileiras pode ser proporcionado pelos percentuais de produtos exportados pelo Império do Brasil e pela distribuição da força de trabalho, ambos mostrados a seguir:

Tabela 2 – Pauta de exportação do Brasil, evolução percentual dos produtos exportados (em mil toneladas)

PRODUTO	1820	1840	1888
Açúcar	30	27	9,9
Algodão	21	8	4,2
Couro e peles	14	9	3,2
Café	18	42	61,5
Borracha	---	---	8
Outros	17	14	13,2

Fonte: Costa (2013a).

Quanto à força do trabalho por ocupação, temos os seguintes dados: agricultura, silvicultura, pesca: 80%; manufatura, mineração, transporte e artesanato: 7%; e serviços: 13%.

As importações em 1850 eram basicamente: carvão, máquinas, cimento, ferro, utensílios de ferro, vinho, sabão e alimentos. Com o Brasil Império, dão-se os primeiros passos da criação da indústria brasileira. Esses passos foram caracterizados pela evolução de oficinas artesanais já existentes (fabricantes de produtos para consumo) que estavam situadas, em sua grande maioria, no Sudeste do país.

A Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação assinala que, entre 1808 e 1840, foram registrados 77 estabelecimentos como fábricas, mas a maioria deles (56) se configurava como em sendo oficinas artesanais. Esse quadro evoluiu positivamente com a adoção da tarifa Alves Branco (1844), que, ao proteger os

produtos aqui fabricados, incentivou a implantação de estabelecimentos fabris. Embora surgissem as novas indústrias, a economia brasileira continuava a ser conduzida pela fabricação do açúcar e, no final da primeira metade do século XIX, pela produção de café.

A produção do açúcar veio a sofrer a concorrência internacional do produto das colônias inglesas e francesas, cujo processo produtivo evoluiu rapidamente, e obtinha-se um produto de melhor qualidade. Além desse fato, sofreu o impacto do aparecimento do açúcar produzido a partir da beterraba. A produção mundial do açúcar é indicada abaixo:

Tabela 3 – Produção mundial de açúcar (em mil toneladas)

TIPO	1800	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
Açúcar de cana	245	572	661	907	1.373	1.771	1.975	1.486
Açúcar de beterraba	---	---	55	169	352	952	1.857	2.654
Produção mundial	245	572	716	1.076	1.725	2.723	3.832	4.140
% (Açúcar cana/ prod. mundial)	100	100	92	84	80	65	52	36

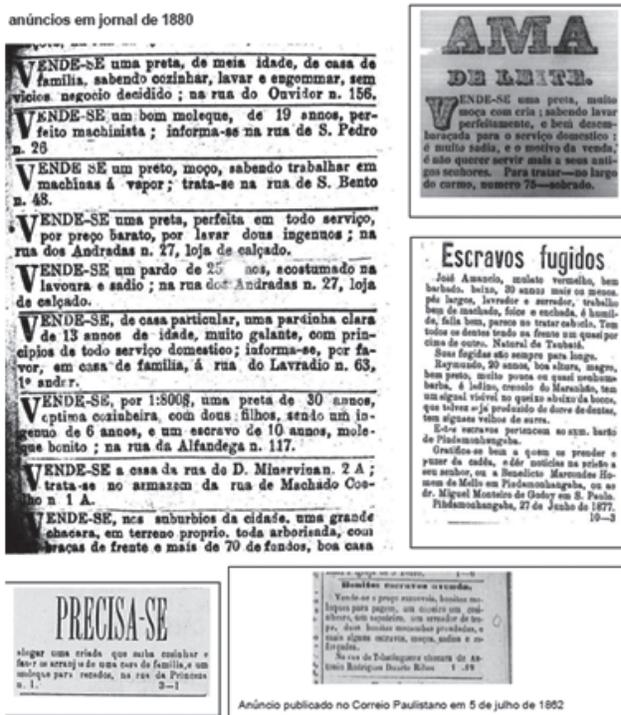
Fonte: Instituto Brasileiro do Açúcar e do Alcool (1972, p. 162).

Outro fato causou impacto nas atividades produtivas brasileiras: o Slave Trade Suppression Act ou Aberdeen Act, mais conhecido no Brasil como sendo o Bill Aberdeen. Trata-se de uma lei promulgada na Grã-Bretanha, em agosto de 1845, que proibia o comércio de escravizados entre a África e a América. Esse ato significava, por parte da Inglaterra, reduzir a concorrência de produtos da América, já que os navios eram aprisionados e os escravizados transportados eram confiscados, sendo a maioria deles conduzidos às colônias inglesas do Caribe, onde, apesar de receberem um soldo, viviam em condições muito próximas às dos indivíduos submetidos à escravidão.

Contudo, apesar do Aberdeen Act, houve um significativo aumento da população de escravizados no Brasil, conforme demonstram de forma cabal os anúncios comumente publicados nos jornais da época, mostrados na Figura 2.

Embora essa estrutura social ainda estivesse configurada no Brasil Império, houve, paradoxalmente, o acesso a uma série de inovações tecnológicas, tais como: as máquinas a vapor, a iluminação a gás, a telegrafia, a telefonia e a energia elétrica. Mas tais inovações não foram suficientes para alavancar ações de desenvolvimento, excetuando-se os empreendimentos efetivados por Irineu Evangelista de Souza e os irmãos Rebouças, que atuaram em sentido contrário ao de simples usuários das inovações nesse período.

Figura 2 – Anúncios em jornais de venda de escravos: 1877 a 1888



Fonte: Nascimento (2013) e Leite (2015).

EXEMPLOS DO BRASIL IMPÉRIO:

José Bonifácio de Andrada e Silva, André Rebouças e Irineu Evangelista de Souza

É por isso que todos que se interessam pela prosperidade do Brasil, nós, engenheiros, na vanguarda, devemos combater incessantemente pela mais completa vitória e incessante prática neste país, dos sãos princípios da Ciência Econômica, da iniciativa individual e do espírito de associação.¹ (André Rebouças)

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

José Bonifácio de Andrada e Silva, naturalista, estadista e poeta, também chamado de “O Patriarca da Independência”, nasceu em Santos, São Paulo, em 13 de junho de 1776. Naturalista de formação, teve ainda papel relevante em áreas como a prospecção e exploração mineiras, a silvicultura, as pescas, os solos, entre outras.

O estadunidense James Dwight Dana, do celebre *Sistema de mineralogia*, deu o nome de “andradite”, em 1868, a uma espécie do grupo das granadas, perpetuando, assim, a sua memória entre a

.....
1 REBOUÇAS, André. *Diários*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. (Coleção de Documentos Brasileiros).

comunidade científica. Na Universidade de Coimbra, a cadeira de Metalurgia lhe foi destinada e a regeu como lente, tendo-lhe sido conferido o grau de doutor em 1802. Foi ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros de janeiro de 1822 a julho de 1823. Desempenhou um papel fundamental na consolidação da Independência em conjunto com a princesa Leopoldina e o almirante Thomas Cochrane. Posteriormente, rompeu com D. Pedro I, mas, decorrido algum tempo, houve reconciliação, sendo ele escolhido tutor de D. Pedro II quando da abdicação. Faleceu em Niterói em 1838.

O homem sábio, além de haver lutado e proporcionado condições para a obtenção da unidade nacional, quer como integralidade do território, quer como cultura nacional, preconizou em seus projetos medidas estruturantes para a nascente nação. Alguns exemplos são explicitados a seguir:²

◇ Quanto aos escravizados:

- Extinção gradual da escravidão com a cessação integral do tráfico de escravos em cinco anos;
- Medidas facilitadoras para a obtenção da carta de alforria, inclusive obrigando ao senhor a aceitar 1/6 do valor estabelecido pelo escravo, e a conversão do valor restante em horas trabalhadas;
- Todo senhor que forrar o escravo velho ou doente incurável será obrigado a sustentá-lo, vesti-lo e tratá-lo durante sua vida, se o forro não tiver outro modo de existência; e no caso de não o fazer, será o forro recolhido ao hospital ou casa de trabalho à custa do senhor;
- Todos os homens de cor forros que não tiverem ofício ou certo modo de vida receberão do Estado uma pequena sesmaria de

.....
2 Os exemplos a seguir foram retirados *ipsis litteris* da obra de José Bonifácio de Andrada e Silva, *Projetos para o Brasil* de 1998, que se podem ser localizado da página 65 a 73.

terra para cultivar e receberão, outrossim, dele, os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo;

- A escrava, durante a prenhez e passado o terceiro mês, não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês, só será ocupada em casa; depois do parto, terá um mês de convalescença e, passado este, durante um ano, não trabalhará longe da cria.³

◊ Quanto aos índios:

- Acabar nas aldeias com a língua da terra e ensinar aos rapazes o português, para acabar com a separação e o isolamento, banir a ignorância e a antiga barbárie de costumes;
- Dar-lhes plena liberdade de tratar e contratar, segundo as leis, sem precisão da autorização de diretores. Sem isso, sairão da apatia e descorçoamento habitual em que se acham;
- Abolir os diretores, que se consideram negociantes exclusivos do trabalho e indústria⁴ dos índios;
- Dar aos índios terras que precisarem para formar sítios, dentre as da Coroa ou das vastas sesmarias que não aproveitadas ou não demarcadas e confirmadas;
- Nas aldeias novas, cada família deve ter a terra precisa para se sustentar e ter um excedente para vender os frutos, que conservará enquanto puder cultivá-la, e pela sua morte, se os herdeiros a não puderem aproveitar, entrará no monte das da aldeia;

.....
3 SILVA, 1998, p. 65-73.

4 Indústria (s.f.) - habilidade ou aptidão para realizar algo, esp. trabalho manual; arte, destreza, perícia. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

- Haverá uma porção para ser cultivada em comum, e dos seus renditos sairão as despesas da igreja e da escola e para fazer o celeiro comum.⁵

◊ Quando à política–administração: de que serve uma Constituição em papel?

- Os verdadeiros brasileiros devem derramar seu sangue para conservar: 1. a existência e a independência das câmaras; 2. a liberdade individual; 3. o júri; e 4. a liberdade de imprensa;
- De que serve uma Constituição em papel? A Constituição deve estar arraigada em nossas leis, estabelecimentos e costumes. Não são comissões militares e medidas ditatoriais que deveriam restabelecer a ordem e sossegar as províncias, mas sim a convocação das duas câmaras e um novo ministério sábio, enérgico e de popularidade;
- Os objetos da administração (que cria) são os costumes, a política, o militar, a agricultura e as artes. Os da subministração são o culto da religião, a justiça, a polícia, as finanças e o comércio. As finanças, objeto poderoso da subministração porque é o alimento da soberania, são tudo pelos efeitos, nada por si mesmo.

Infeliz é o governo cuja administração econômica é seduzida, e dominada pelas finanças: três vezes infeliz aquele que diz 'haute finance'. Se os interessados são grandes, eis uma oligarquia, se pequenos, uma sanguessuga que se incha a custa. Em toda sociedade bem ordenada arrendar finanças devia ser proibido; eles rendeiros influem em tudo, e isto é um meteoro de pressagio funesto da queda dos estados);

Nenhuma Nação sobrecarregada de impostos é própria para grandes coisas; sobretudo quando os impostos não são voluntários.

.....
5 FERREIRA, 1988.

O Brasil agora é feito para a democracia, ou para o despotismo – errei em querer dar-lhe uma monarquia constitucional. Onde está a aristocracia rica e instruída? Onde está um corpo de magistratura honrado e independente? E que pode um clero imoral e ignorante, sem credito e sem riqueza? Que resta, pois? Uma democracia sem experiência, desunida, corrompida e egoísta; ou uma realza, sem confiança e sem prudência; fogosa e despótica sem as artes de Augusto, nem a dissimulação profunda de um Tibério. A catástrofe é inevitável, mas qual será, como e quando? Esperemos pelo tempo que no-la mostrará.⁶

As propostas de José Bonifácio não foram seguidas. No caso da abolição da escravidão, não houve preparo prévio nem dos escravizados, nem de instrumentos legais de apoio e formação, como preconizava José Bonifácio. Aos ex-escravizados, agora homens livres, ninguém se lembrou de perguntar: como irão pagar seu almoço amanhã?

ANDRÉ REBOUÇAS

Um dos grandes vultos da engenharia nacional, André Rebouças, com seu irmão, o também engenheiro Antônio, participou de várias obras importantes realizadas em todo o território nacional, tendo sido este último um dos principais artífices do projeto da ferrovia Curitiba – Paranaguá.

André Pinto Rebouças nasceu na cidade de Cachoeira, região do Recôncavo Baiano, no dia 3 de janeiro de 1838, filho mais velho de Antônio Pereira Rebouças e Carolina Pinto Rebouças.

Apesar do preconceito racial, seu pai, um mulato, foi um homem com direito de advogar em todo o país, tendo recebido o título de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro em 1823;

.....
6 SILVA, 1998. Comentários de José Bonifácio após a dissolução da Assembleia Nacional - (subministração) Ato ou efeito de subministrar; subordinação, subjugação, sujeição.

representou a Bahia na Câmara de Deputados por diversas legislaturas; foi secretário do Governo da Província de Sergipe e Conselheiro do Império.

André Rebouças bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas, em abril de 1859, na Escola de Aplicação da Praia Vermelha – atual Instituto Militar de Engenharia (IME) –, obtendo o grau de engenheiro militar em dezembro de 1860.

Posteriormente, ele e o irmão Antônio obtiveram uma bolsa de estudos e seguiram para a Europa. De volta ao Brasil, foi designado para inspecionar as fortalezas no Sul do país, permanecendo em Santa Catarina. Mais tarde, apresentou-se como voluntário da pátria e seguiu para a Guerra do Paraguai. Posteriormente, dirigiu a Companhia das Docas da Alfândega do Rio de Janeiro, trabalhando na elaboração de projetos técnicos para novos portos, entre os quais o de Cabedelo, na Paraíba, do Maranhão e do Recife. Foi responsável também pela solução do problema do abastecimento d'água da cidade do Rio de Janeiro durante a seca de 1870. Em 1871, assumiu a direção da Companhia Docas Pedro II.

Foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, como engenheiro, elaborou um plano de transportes para o Brasil em que era prevista uma saída para o Oceano Pacífico. Teve um excelente relacionamento com o Visconde de Mauá e foi um dos incentivadores da carreira do maestro Carlos Gomes. Maria Alice Rezende Carvalho, em seu livro *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*,⁷ evoca um André Rebouças que é menos o engenheiro inovador ou o abolicionista ferrenho e mais o homem preocupado em mudar a sociedade brasileira da segunda metade do século em pauta, contaminada pelo que chamava “parasitismo dos teocratas, oligarcas, aristocratas e plutocratas”.

.....
7 CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

André Rebouças, um negro frequentador da Corte, filho de um conselheiro e com um piano de cauda Pleyel em casa, queria o Brasil no “caminho americano”. Pregava a pequena propriedade rural (15 a 20 hectares), admirava o *homestead* norte-americano e via como “complementos indispensáveis” a abolição, a taxaço de terras improdutivas, o registro de propriedades e o fim dos latifúndios. Era também um talento multidisciplinar: “Matemático e astrônomo, botânico, industrial e moralista, higienista e filantropo, poeta e filósofo”,⁸ na definição do amigo e correspondente Joaquim Nabuco. Foi proponente de demonstrações alternativas do teorema de Pitágoras e pioneiro de novos modelos de administração pública; mas, mesmo assim, o pouco que a memória nacional guarda refere-se apenas ao Rebouças engenheiro. Ele foi antes de tudo um pensador, formulador de soluções e empreendedor e, na condução de seus projetos, sempre encontrou forte resistência dos donos do poder no Brasil, conforme é mostrado a seguir, no caso do abastecimento d’água do Rio de Janeiro.

Abastecimento d’água

Durante o governo imperial, foram tomadas diversas medidas nas áreas de abastecimento d’água e saneamento – o que gerou diversas ações nas províncias imperiais, como a criação da Companhia do Queimado na Bahia. Um exemplo marcante foi a necessidade de resolver o problema do abastecimento d’água da capital imperial, a cidade do Rio de Janeiro.

Diz Carlos Nobre, no artigo “O grande crime da água dos irmãos Rebouças e o capitalismo tardio”:

.....
8 NABUCO, 1956 apud TRINDADE, Alexandre Dantas. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. p. 11.

Dependendo ainda do antigo chafariz público do Largo da Carioca, a população do Rio de Janeiro sentia os efeitos dramáticos da seca. Isto porque a cidade, embora capital imperial, não investira num sistema moderno de captação de água através de novas metodologias da engenharia civil.

Por esse motivo, a insatisfação popular crescia devido ao fato de as famílias não terem água para atenderem suas necessidades higiênicas, culinárias e sanitárias.

O clamor popular pela presença de água abundante tendia aumentar, cada vez mais, a distância entre o imperador D. Pedro II e os cariocas, poiso poder público, impotente, não sabia como apresentar uma solução técnica para tão grave problema.

Percebendo o drama social que aumentava a cada dia, os Irmãos Rebouças se sensibilizaram com as queixas do povo. Muitos sabiam que, grupos que conheciam determinadas nascentes manipulavam a venda de água clandestina à cidade. Isto porque, ao contrário dos demais cariocas, esses grupos – inclusive negros alforriados – tinham pleno conhecimento topográfico da cidade, e de seu entorno, principalmente das áreas rurais, onde podiam captar água clandestinamente.⁹

Em seu diário, que hoje faz parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), André Rebouças disse ao monarca que ele e o irmão descobriram como resolver o problema em pouco tempo. O imperador, feliz, argumentou para os irmãos que o Estado deveria, então, oferecer água farta e gratuita para toda a população.

Os irmãos Rebouças, no entanto, ficaram contra essa proposta. Escrevia, então, Rebouças em seu diário: “Combatemos também a falsa ideia que tem o imperador de dar água aos pobres gratuitamente nas fontes e lhe demonstramos que é muito mais

9 NOBRE, Carlos. O crime da água dos irmãos Rebouças. *Portal Geledés*, São Paulo, 31 jul. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-crime-da-agua-dos-irmaos-reboucas/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

liberal e higiênico dar aos pobres água em domicílio por um preço mínimo”.¹⁰

Ainda segundo Carlos Nobre, anteriormente citado:

Uma comissão de engenheiros sob a liderança dos Rebouças foi formada para estudar a viabilidade técnica do projeto. Presidida por Antônio, esta comissão, chegou a conclusões importantes. Em primeiro lugar, Antônio destacou a importância das águas do Jardim Botânico e da Tijuca. Eram mananciais importantes. Mas como torná-los acessíveis à população? Antônio, então, conseguiu encontrar o caminho técnico para trazer estes mananciais para as casas dos cariocas. Quando as obras iam a pleno vapor, o então Ministro da Agricultura chamou André às pressas para uma reunião na Câmara dos Vereadores. [...] *O dirigente público lhe disse que os proprietários de terras achavam ‘exageradas’ as providências feitas pelos Rebouças para dar água à cidade. ‘E mais: comunicou-lhe que tinha mandado sustar a abertura dos novos poços que eram fundamentais para analisar a viabilidade técnica da perspectiva tomada pelos engenheiros Rebouças’.*

[...]

Na verdade, essa decisão do então Ministro da Agricultura fora a resultante da pressão oculta feita pelos tradicionais inimigos dos Rebouças, a chamada ‘engenharia oficial’, que não tinha ideias inovadoras nesse campo, e temia que os Rebouças se tornassem a referência nacional no ramo, o que já estava acontecendo. Essa ‘engenharia’ estava acostumada a mamar nas tetas do estado, sem lançar novas tendências técnicas de construção civil em benefício da população.

No mesmo embalo dos inimigos ocultos dos Rebouças, outros proprietários de terras procuraram André para se queixar das obras. Eles se mostraram céticos quanto ao resultado do projeto. ‘Neste sentido, não iriam permitir que suas terras fossem perfuradas’.¹¹

.....
10 SANTOS, 1985 apud NOBRE, 2009.

11 NOBRE, op. cit.

No entanto, contrariando os queixosos, o imperador deu ordens para que os Rebouças continuassem com o seu trabalho de tornar autossuficiente o abastecimento de água da cidade.

No Senado, o conselheiro Zacarias atacou as obras e os Rebouças como se eles estivessem fazendo um trabalho inútil e incapaz. A mídia da época publicava diversos artigos condenando as obras e seu custo. Entendendo o que estava se passando na casa parlamentar, André Rebouças foi procurar o tal conselheiro. Ao ouvir as argumentações do engenheiro, o Senador se desculpou, dizendo que: “[...] seus ataques às obras eram devidos à necessidade de ‘fazer política de oposição’, e com isto, chamar a atenção da sociedade”.¹²

Em 30 dias de trabalho, os irmãos Rebouças conseguiram tornar real uma das obras de grande impacto social do Império: a ampliação de sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. André, depois, em seu diário, lamenta o drama da genialidade dos irmãos engenheiros: “Cometemos o grande crime de dar, em 30 dias, 2.400.000 litros diários de água ao Rio de Janeiro”.

Em vista disso, os irmãos propuseram ao imperador a criação de uma “Companhia de Águas” para dar uma administração moderna ao novo sistema de abastecimento de água na cidade. O imperador vibrou, mas novamente a “engenharia oficial” criou embaraços de todos os tipos e a empresa não saiu do papel.

Três anos depois, André Rebouças começou a escrever suas experiências com os burocratas e oligarcas do Império. Ele definiu o Brasil da época como em sendo “o paiz de apathia e de imobilidade, devido à subserviência, ao subdesenvolvimento, ao analfabetismo dos funcionários públicos encarregados de tomar decisões cruciais para a nação”.¹³

.....
12 REBOUÇAS, 1938, p. 183.

13 Ibid., p. 184.

Ele, Rebouças, um representante da modernidade capitalista que fora prosperar na Europa, durante seu estágio de dois anos para se tornar engenheiro civil, constatava, agora no Brasil, uma classe dirigente medíocre vindo a tomar corpo, conforme escreve em seu diário: “Uma oligarquia estulta reduziu este país fertilíssimo a um estéril deserto, com uma só árvore – a mancenilha¹⁴ política – o monopólio governamental”.¹⁵ Desde esse episódio da água até 1883, André demonstrava extrema preocupação com a capacidade da burocracia oficial de barrar obras, empresas e empreendimentos capazes de levar o país para um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

Na área de infraestrutura, além dos trabalhos portuários, de abastecimento d’água e ferrovias, houve uma grande contribuição muito importante na área de transportes: o Plano Rebouças. Foi o mais “arrojado” de todos os planos viários propostos na época do Império. Ao contrário dos demais, não se fixava em detalhes do terreno geográfico – pouco conhecido, exceto em linhas gerais –, mas diretamente no terreno social, político e econômico, na divisão da terra como fator indispensável à colonização em massa do interior e no desenvolvimento industrial das cidades. Antecipava em décadas, portanto, a “marcha para o oeste” e a produção agrícola em massa, seguindo o exemplo concreto dos Estados Unidos, fundado na pequena propriedade rural e no acesso irrestrito à propriedade da terra. Entretanto, tal proposição jamais logrou ter caráter oficial. Quando D. Pedro II mencionou o “Cadastro da Terra” em sua mensagem anual ao Parlamento, em 3 de maio de 1889, foi rapidamente destronado.¹⁶

.....
14 Árvore euforbiácea exótica, de fruto e suco venenosos.

15 NOBRE, 2009.

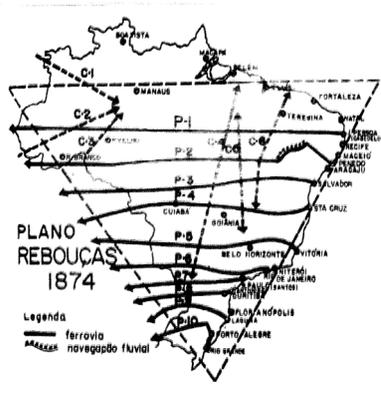
16 CAVALCANTI, Flavio. 1874 – *Planos Ferroviários*: plano Rebouças. [S. l.], 23 nov. 2014. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovirios/1874-Plano-Reboucas.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

Na fala do trono de maio de 1889, D. Pedro diz:

Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa ocasião resolvereis sobre a conveniência de conceder ao governo o direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro que não são aproveitados pelos proprietários, e podem servir para núcleos coloniais.¹⁷

O plano viário de André Rebouças previa uma saída do Brasil para o Oceano Pacífico, tese essa posteriormente retomada e atualizada pelo engenheiro e professor Vasco Azevedo Neto.

Figura 3 – Plano de viação de André Rebouças, visão em 1874



Fonte: Azevedo Neto (2004).

Cabe ainda observar que a proposta defendida por André Rebouças em 1874 e constante da fala do trono na abertura da 4ª sessão da 20ª legislatura, baseava-se no Homestead Act ou Homestead

17 CALMON, P. Prefácio. In: BRASIL. Secretaria da Câmara dos Deputados. *Falas do trono*: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

Law, dos Estados Unidos. O presidente Abraham Lincoln, em 1862, promulgou a Homestead Law, sendo, de fato, a reforma agrária processada nos Estados Unidos. Esta assegurava a cada cidadão ou na iminência de sê-lo o direito de requerer uma propriedade de até 160 acres de terra do Estado, com o pagamento de uma taxa de um dólar e 25 centavos, com reconhecimento do domínio pleno, após cinco anos de posse efetiva da terra. Mais tarde, esse direito foi modificado para aquisição de área de até 640 acres.¹⁸

“Lincoln garantiu a impenhorabilidade da pequena propriedade agrícola, para desta maneira, consolidar a reforma agrária realizada, além de possibilitar a estabilidade da família rural”.¹⁹

O pensamento estruturante da sociedade democrática preconizada por André Rebouças pode ser inferido das citações a seguir:

O ideal aristocrático é o Estado, o Governo, a Autoridade Constituída – Rei ou Presidente da República – servindo de fecho à enorme abóboda, cujas aduelas são os monopólios e os privilégios teocráticos, oligárquicos e aristocráticos, cujos pegões²⁰ são formados pelos miseráveis, pela plebe, pelos proletários, argamassados na escravidão, na servidão da gleba, do salariato²¹ forçado, e nos inúmeros sistemas de exploração do homem pelo homem.²²

Não se pode legislar senão em Direito, em Justiça, em Equidade, quando o legislador sai desses limites e quer decretar a Virtude e Moral, só consegue formar hipócritas, e descer ele

.....
18 Acre: medida agrária equivalente a 4.046,84 m².

19 PINTO FERREIRA. *Direito agrário*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Pinto+Ferreira-ac+Direito+Agrario+Lincoln+garantiu+a+impenhorabilidade+da+pequena+propriedade+agricola&oq=Pinto+Ferreira>. Acesso em: 17 mar. 2019.

20 Pegão: grande pilar de alvenaria que serve de reforço à muralha de uma represa, à base de uma ponte, as pilastras de uma construção etc.

21 Salariação: regime de paga por salário.

22 REBOUÇAS, 1889 apud MENEZES, 2008, p. 138.

mesmo até os horrores e atrocidades dos inquisidores e de todos os teocratas, que recorreram à violência e a força bruta.²³

Dentro do círculo dos seus direitos, cada cidadão é, deve ser, pela nossa constituição e pelas nossas leis, um Estado; uma companhia, uma associação, soma os círculos dos direitos dos cidadãos, que a compõe; o seu círculo de direito é o círculo máximo que circunscreve os círculos de todos os seus associados; esse círculo é naturalmente maior e mais forte; e é por isso mesmo que causa assombro, que causa medo, que causa terror aos oligarcas, que querem um povo fraco e subdividido: um povo de carneiros, tosquiável ao seu livre arbítrio, incapaz de menor resistência!²⁴

[...] Uma nacionalidade, que encarrega o governo de tudo, desde varrer as ruas até construir e custear estradas de ferro dá prova irrecusável de fraqueza e de inépcia; escraviza-se aos seus governantes, necessitando deles para tudo, não tendo outro recurso para viver senão mendigar algumas migalhas do enorme, mas sempre mesquinho banquete do orçamento nacional.²⁵

IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA

Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, nasceu em dezembro de 1813 no Rio Grande do Sul e foi, indubitavelmente, o maior empresário do Império brasileiro: comerciante, armador, industrial e banqueiro. Foi pioneiro em várias áreas da economia do Brasil. Várias foram suas realizações, destacando-se, entre elas:

.....
23 REBOUÇAS, 1890, p. 126 apud MENEZES, 2008, p. 138.

24 Idem, 1888, p. 346] apud Ibid., loc. cit.

25 Idem, 1878, p. 15-16 apud Ibid., p. 138.

- implantação do estaleiro de Ponta d'Areia, em Niterói, no Rio de Janeiro;
- implantação de fundição de ferro;
- fabricação de equipamentos para engenhos;
- construção da primeira ferrovia brasileira;
- início da exploração da navegação da Bacia do Amazonas com navios a vapor;
- criação do segundo Banco do Brasil;
- exploração da Bacia do Rio Guaíba;
- instalação da iluminação pública a gás no Rio de Janeiro; e
- instalação do cabo submarino telegráfico entre América do Sul e a Europa.

Adotou os métodos, processos e maquinários utilizados na Europa e nos Estados Unidos, sendo um brasileiro que investia em tecnologia e na valorização da mão de obra. No seu apogeu (1860), controlava 17 empresas localizadas também em diversos outros países, tais como: Argentina, Estados Unidos, França, Inglaterra e Uruguai. No balanço consolidado de suas empresas em 1867, seus ativos foram estimados em 115 mil contos de réis, enquanto, nesse mesmo ano, o orçamento do Império alcançava 97 mil contos de réis!

Tanto sucesso veio a despertar ressentimentos tais que levaram os que se encontravam no poder a criar dificuldades para Mauá, a exemplo da extemporânea abertura à navegação estrangeira na navegação de cabotagem e fluvial, além de outras medidas restritivas. Essas ações terminaram por levar à decretação de falência do seu banco, em 1878.

Na obra *As técnicas, a engenharia e a tecnologia no Brasil através da sua história: bens de capital*, é dito: “Segundo Silva Telles,

o Estabelecimento de Fundição e Estaleiro de Ponta d'Areia foi o maior estabelecimento industrial do Brasil e da América Latina na sua época: 1846-1866”.²⁶

A análise das fontes disponíveis mostrou que o estabelecimento sob o comando de Mauá desenvolveu várias atividades de fabricação, destacando-se: a construção de navios e reparos navais, a produção de equipamentos para engenhos de açúcar, a fabricação de tubos para água, gás e acessórios e a fabricação de locomotivas.

Além disso, fabricava pontes metálicas para construção de obras de arte para a construção civil, pontes metálicas ferroviárias e artefatos menores, tais como fogões e lampiões para iluminação.

Um anúncio do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro divulgou a existência de estoques de equipamentos padronizados, tais como caldeiras para os engenhos de açúcar, e encomendas para o fornecimento de equipamentos podiam ser atendidas em curto prazo.

A estrutura fabril existente²⁷ em 1849 constava de:

- Fundição (ferro): capaz de fundir peças de até 7 toneladas –, que dispunha de: 3 fornos cilíndricos de cúpula para até 5,5 toneladas; 1 forno revérbero; 4 guindastes a vapor (2 a 5 toneladas); e estufa para secar moldes.
- Fundição (bronze): possuía 4 fornos e 1 estufa.
- Fabricação mecânica: capaz de fabricar engenhos de vapor (caldeiras) para engenhos de açúcar de até 70 cavalos (CV) e maquinismos para navios de até 140 toneladas. Além disso, fabricava dispositivos para serrar, guindastes, molinetes, guinchos, bombas e dispositivos para uso terrestre e marítimo.

.....
26 COSTA, 2013a.

27 MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d'Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Seus equipamentos eram constituídos de 48 máquinas para tornear, aplainar e furar. Havia uma plaina de 7,20 m, além de fresas para fabricação de engrenagens e abertura de rasgos de chavetas. O acionamento das máquinas era provido por duas máquinas a vapor de 25 CV cada.

- Oficina de madeiras: os trabalhos de madeiras, bastante utilizados para a construção naval, eram realizados nessa oficina, que possuía 15 máquinas diversas e 2 estufas.
- Caldeiraria: contava com máquinas para efetuar diferentes funções, como furar, cortar, dobrar barras e chapas. Essas máquinas eram movidas por um locomóvel de 25 CV. Possuía também máquinas para aparar bordas de chapas até 5 m de comprimento, máquinas automáticas de fazer rebites e parafusos a uma cadência de 30 a 35 unidades por minuto.
- Oficina de ferreiros: contava com 7 forjas, 2 marinetes a vapor e guindastes.
- Galvanização: não há descrição.

Além dos setores já mencionados, existiam os de armazenamento de matérias-primas, enfermaria e casa de escravizados.

Evolução do Estabelecimento de Fundação e Estaleiro da Ponta d'Areia

Quando Mauá assumiu a empresa, em 1846, o fez já com a vigência da tarifa Alves Branco, que proporcionava certo nível de proteção tarifária, cujo reflexo resultava em apoio aos produtos industriais aí desenvolvidos. Com tenacidade e visão, ao surgir o Código Comercial de 1850, Mauá caminhou para a transformação da Empresa de Ponta d'Areia numa Sociedade por Ações, em 1854.

A Companhia Ponta d'Areia – com o compromisso de Mauá assegurando que, durante cinco anos, os acionistas receberiam

rendimentos não inferiores a 7% ao ano – teve uma grande procura das suas ações e, como o compromisso foi cumprido, houve um significativo incremento no valor das mesmas.

As demandas governamentais – quer na área de construção naval, quer nas áreas de infraestrutura – e a manutenção da política de incentivos mantiveram a Companhia operando satisfatoriamente.

As modificações na política tarifária no ano de 1860 oneraram as matérias-primas importadas, tais como o ferro. Em 1863, alterava-se a política de navegação de cabotagem, permitindo às embarcações estrangeiras fazer os serviços de transporte costeiro entre os portos em que houvesse alfândega.

A Companhia da Ponta d’Areia – que já tivera um grande prejuízo em junho de 1857, devido ao incêndio que destruiu suas instalações de moldes e alguns equipamentos, o que a obrigou a tomar um empréstimo – sofria, com as mudanças políticas fazendárias e de navegação, um duríssimo golpe. Afonso Costa, em *A marinha mercante: o problema da actualidade*, citado em Momesso,²⁸ diz:

Os navios estrangeiros, certos da obtenção de lucros remunerados na concorrência contra a navegação nacional, vinham munidos de tudo o quanto era preciso para uma campanha de três anos, e só no fim destes tempos, ou quando necessitavam de concertos mais sérios, voltavam a seus paizes, onde a barateza da mão-de-obra garantia sempre o saldo da navegação compreendida nas costas e portos do Brasil [...].

Mauá tentou passar a Companhia a capitalistas ingleses, mas não obteve sucesso em 1862. A partir de 1864, as instalações de Ponta d’Areia foram ocupadas pelo Estado em função da Guerra do Paraguai, sendo definitivamente encampada em 1868.

.....
28 COSTA, 1917, p. 18 apud MOMESSO, 2007, p. 84.

A decretação da falência

Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, um dos maiores empreendedores – senão o maior – que o Brasil já teve, foi levado pelo jogo dos interesses e artimanhas políticas a um processo de falência que poderia ter sido evitado, caso a figura em tela fosse outra que não Mauá. Apesar de haver tido a sua falência decretada, ele ainda dispunha de muitos ativos e bens e foi, ao longo do pouco tempo que lhe restava, agindo de forma que, ao final, todas as suas dívidas tinham sido resgatadas.

Confinado na sua fazenda Atalaia, o Visconde escreveu e publicou *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & Cia e ao Público*,²⁹ livro no qual, em pouco mais de 180 páginas, narra o desenrolar de sua vida profissional de modo sistemático, lúcido e candente, mostrando suas ações em empreendimentos no Brasil e fora dele e suas contribuições ao país. Inicia o texto dizendo: “Na primavera da vida, havia eu já adquirido, por meio de infatigável e honesto labor, uma fortuna que me assegurava a mais completa independência”.³⁰

E continua descrevendo:

Bastaram vinte annos de actividade sem repouso, além do preciso para recuperar a perda de forças, que o lidar continuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que supporta a pressão o dessas lides, para assegurar-me uma renda superior a 50 contos annualmente, se fôra o capital empregado nos títulos mais bem garantidos que nosso paiz possui, ao liquidarem-se as transacções de um forte commercio de importação e exportação de cujo movimento me constitui

.....
29 MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & Cia e ao Público*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Consto de J. Villeneuve & C., 1878.

30 *Ibid.*, p. 13.

o centro, além do quinhão proporcional que a outros sócios tocára em partilha.³¹

Tal era a minha posição na occasiao a que me refiro e vão contados 32 annos. Não me fôra preciso até então nodoar meus de- dos com tinta, escrevendo petição a nenhum representante de autoridade administrativa do meu paiz.

Já se vê que, ao engolfar-me em outra esphera de activida- de possuía eu uma fortuna satisfactoria-que me convida a desfructa-la.³²

Pelo seu espírito empreendedor, Mauá não vai aplicar sua fortuna em “títulos garantidos do paiz”, e sim atuar empresarial- mente com os riscos próprios dessas atividades.

Mauá faz um retrospecto de suas atividades e, ao reconhecer a condição falimentar a que fora conduzido, diz:

Na idade avançada em que me acho, em presença do aconte- cimento que motiva esta exposição, realizado pelo modo por que foi, resolvido, não posso ter outro objecto em vista senão salvar do naufragio aquillo que para mim vale mais do que quanto ouro tem sido extrahido das minas da California um nome puro, pois- persisto em acreditar que o infortúnio não é um crime.³³

Em seguida, relaciona os vários negócios em que esteve envol- vido e descreve cada uma das atividades de *per si*, a exemplo de: Estabelecimento de Ponta d’Areia, a Companhia de Rebocadores a Vapor para o Rio Grande, a Companhia de Iluminação a Gás do Rio de Janeiro, a Companhia Fluminense de Transportes, o Banco do Brasil, a Navegação a Vapor do Rio Amazonas; numa varredura

.....
31 MAUÁ, 1878.

32 Ibid.

33 Ibid., p. 6.

sistemática de tudo que desenvolvera, anexando demonstrativos e balanços, para finalmente concluir:

Não é um desabafo, é um gemido que esta exposição encerra, e o gemer é privilegio de quem soffre: pretender negar que soffro, e muito, seria faltar á verdade. Só me resta fazer votos para que no meio século, que se segue, encontre o meu paiz quem se ocupe dos melhoramentos materiaes da nossa terra com a mesma fervorosa dedicação e de interesse [digão o que quizerem os maldizentes] que acompanhou os meus actos durante um período não menos longo, serviços que tiverão em recompensa um procedimento desnecessário, pois e se facta da intervenção do poder judiciário só pôde dar-se porque a legislação insufficiente, que possuímos a respeito dos interesses monetários, desconhece o verdadeiro principio em que a sentão esses interesses a. liberdade das convenções.

E oxalá que nas reformas, que se apregoam como necessárias ao bem-estar social de nossa pátria, não se esqueção os que se acharem á frente da governação do Estado, que o trabalho e interesses econômicos do paiz são mais que muito dignos da protecção e amparo a que têm direito.

Pela parte que me toca, fui vencido, mas não convencido.³⁴

.....
34 MAUÁ, 1878, p. 165.

O NEGRO NA SOCIEDADE IMPERIAL

A Constituição brasileira de 1824 não expressa diretamente o conceito de escravidão, mas explicita no seu texto artigos que explicitam a existência e a condição de escravizados.

Assim, no título II – Dos cidadãos Brasileiros”:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização.

Consideravam-se ingênuos os cidadãos que já nasciam livres e libertos os que tinham recebido a sua carta de alforria. Isso claramente evidencia que os escravos não eram cidadãos. Além disso, os libertos sofriam outras restrições, como as estabelecidas no Capítulo VI – Das Eleições:

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares, Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guarda livros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, indústria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial.

Exceptuam-se;

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciada em querela, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, são hábeis para serem nomeados Deputados.

Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na forma dos

Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegíveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes, ou domiciliados.

Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o número dos Deputados relativamente á população do Império.³⁵

Outro ponto a ser observado é quanto às tentativas de eliminar a escravidão, pois esta não era mencionada de forma explícita na Constituição de 1824. Todas foram infrutíferas, pois a interpretação do Supremo Tribunal de Justiça era que: “[...] a liberdade não poderia se presumir se houvesse agressão ao direito de propriedade do senhor”.³⁶

Conforme observado, os interesses econômicos definiam as questões de âmbito jurídico no Império do Brasil. Malgrado essa triste e dura realidade, os negros e mestiços conseguiram sobrepujá-la e evoluir de modo a alcançar notoriedade profissional, política e intelectual na sociedade imperial. Alguns deles são exemplificados a seguir:

- Conselheiro Antônio Rebouças: nascido na Bahia em 1798, filho de uma mulher escravizada liberta com um alfaiate português, Rebouças tornou-se grande especialista no Direito Civil,

.....
35 NOGUEIRA, Octaciano. *As constituições brasileiras*: volume I: 1824. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 1).

36 Ibid.

foi várias vezes deputado pela província da Bahia, conselheiro do imperador Pedro I e advogado do Conselho de Estado. Dois dos seus irmãos também se destacaram: José Pereira, que estudou música em Paris e em Bolonha e garantiu a vaga de maestro da Orquestra do Teatro em Salvador; e Manoel Maurício, que se formou em Medicina na Europa, chegando a ocupar uma cadeira na Escola de Medicina de Salvador;

- Francisco Gê Acayaba de Montezuma: seu nome de batismo era Francisco Brandão, filho de um comerciante português e de uma mestiça. A família era dotada de boa renda, e o seu pai desejava fazê-lo padre e, por esse motivo, veio a ingressar num seminário franciscano, mas terminou seguindo para Coimbra, onde se formou em Direito, em 1829. Adotou o seu nome indígena quando da independência do Brasil, tendo participado da luta na Bahia, tendo sido posteriormente deputado, senador e ministro. Foi ainda o fundador e primeiro presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, tendo, em 1850, pugnado pela criação da Ordem dos Advogados do Brasil, sem sucesso, justamente na Câmara de Deputados, onde tinha assento. Veio, mais tarde, a receber o título de Visconde de Jequitinhonha;
- Francisco Paulo de Almeida, Barão de Guaraciaba: nasceu no Rio de Janeiro em 1826. Foi o empresário negro mais bem-sucedido financeiramente no Império. Filho de Antônio José de Almeida e de sua primeira esposa, Galdina Alberta do Espírito Santo. Foi casado com Brasília de Almeida (1844-1889). Iniciou a vida como ourives e era exímio violinista. Tornou-se tropeiro e conseguiu adquirir sua primeira fazenda. Possuiu diversas fazendas e cerca de 200 escravizados, com uma fortuna estimada, à época, em 700 mil contos de réis. Foi proprietário do emblemático Palácio Amarelo, na cidade de Petrópolis. Foi sócio-fundador do Banco Territorial de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, tendo recebido o título de barão em 1887;

- Francisco de Paula Brito: nasceu no Rio de Janeiro em 1809. Filho do carpinteiro Jacinto Antunes Duarte e de Maria Joaquina da Conceição Brito. Morou em Magé dos 6 aos 15 anos, retornando ao Rio de Janeiro em 1824. Trabalhou em uma farmácia, sendo, posteriormente, aprendiz de tipógrafo na Tipografia Imperial Nacional. Trabalhou no *Jornal do Commercio*, em que foi diretor das prensas, redator, tradutor e contista. Em 1831, abriu uma tipografia no Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes. Durante a Regência, publicava jornais de diferentes orientações políticas, mantendo sempre sigilo sobre a autoria dos artigos, assumindo o risco de ser punido em face da legislação vigente. Publicava teses da Faculdade de Medicina, e suas boas relações com os doutores da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro o levaram à publicação de romances. A sua tipografia/editora esteve associada ao movimento do romantismo, dela saindo obras de Gonçalves Dias, Aluísio de Azevedo, José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo. Ainda foi proprietário da *Marmota Fluminense*, o primeiro a editar Machado de Assis, e seu estabelecimento passou a ser o ponto de encontro dos intelectuais da época.

Além dos nomes já mencionados, vários outros merecem destaque, seja profissional ou intelectualmente, entre eles: Cruz e Souza, Francisco José do Nascimento (o Dragão do Mar), Luiz Gama, José do Patrocínio e Tobias Barreto. Ao comentar o concurso de Tobias Barreto na Faculdade de Direito de Recife, disse Graça Aranha: “Esperávamos inconscientes, as coisas novas e redentoras. Eu saía do martírio, da opressão para a luz, para vida, para a alegria”.³⁷ O favoritismo de Tobias Barreto fora imediato. Prossegue Graça Aranha:

.....
 37 ARANHA, 1931 apud GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Um relato de Graça Aranha sobre Tobias Barreto. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-out-05/embargos-culturais-relato-graca-aranha-concurso-tobias-barreto>. Acesso em: 17 mar. 2019.

O Candidato, mulato desengonçado, entrava sobre o delírio das ovações. [...] ‘Os seus olhos flamejavam, da sua boca escancarada, roxa, móvel, saía uma voz maravilhosa, de múltiplos timbres, a sua gesticulação transbordante, porém sempre expressiva e completando o pensamento. O que ele dizia era novo, profundo, sugestivo. Abria uma nova época na inteligência brasileira e nós recolhíamos a nova semente, sem saber como ela frutificaria em nossos espíritos, mas seguros que por ela nos transformávamos’.³⁸

Graziela Bacchi Hora, em lapidar estudo sobre a Escola do Recife, diz que nem o próprio Tobias Barreto conceberia chamar a Faculdade de Direito de “Casa de Tobias”, designação atualmente consolidada. Apesar de admirado por seus discípulos e por muitos alunos da Faculdade de Direito do Recife, Tobias Barreto era odiado pela Congregação dessa faculdade.

Aos 26 dias do mês de junho de 1889, faleceu Tobias Barreto. O óbito do ilustre jurista e filósofo brasileiro, patrono da cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras, não despertou grande atenção da imprensa local, nem alcançou qualquer repercussão no cenário político ou cultural brasileiro!³⁹

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPÉRIO

Ousei rasgar o espesso e misterioso véu que cobria o Tesouro, persuadido de que a desconsolação pública e a extinção do patriotismo andam a par da miséria pública; de que a ruína dos Estados, a queda dos Impérios são consequências das desordens das finanças.⁴⁰

38 ARANHA, 1931 apud GODOY, 2014.

39 COSTA FILHO, Wenceslau Tavares. Tobias Barreto e a questão racial no Brasil pré-republicano. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 5 set. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-set-05/wenceslau-filho-tobias-barreto-questao-racial-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2019.

40 BARROSO, Gustavo. *Brasil Colônia de banqueiros*. Porto Alegre: Revisão, 1989. p. 23.

O Império brasileiro apresentou como grande marco na área de infraestrutura a implantação de ferrovias. Novas tecnologias, tais como eletricidade e telecomunicações, embora iniciadas no Império, ficaram restritas a pequenas áreas, em algumas metrópoles. O mesmo ocorreu quanto ao tratamento e o abastecimento d'água.

Sob o ponto de vista industrial, à exceção da construção naval, empreendida por Mauá, e algum fabrico têxtil bem como de beneficiamento de produtos agrícolas, pouco foi implementado.

Embora houvesse a presença de alguns vultos negros, mesmo no Parlamento e na Corte, socialmente, houve a manutenção da oligarquia agrária e da escravidão, legalmente encerrada apenas no final do período imperial.

Internamente, a unidade do país foi mantida através da repressão armada aos movimentos insurgentes e, externamente, foi o período de maior presença bélica do Brasil na Bacia do Prata.

Sob o ponto de vista econômico, o Brasil continuou a ser um exportador de produtos naturais e agrários, importador de bens manufaturados, continuando o Império – à exceção do período de Alves Branco – a seguir os ditames herdados do Visconde de Cayrú.

Assinala-se ainda o fato de o Brasil haver herdado as dívidas portuguesas com a Inglaterra, a ponto de um visitante inglês ter declarado que o Brasil mudara de Metrópole, cessando de “depender de Portugal para se tornar colônia da Grã-Bretanha”, conforme relata Gustavo Barroso no seu livro *Brasil Colônia de banqueiros*.

Durante todo o Império e mesmo após a Proclamação da República, o Brasil continuou a contrair empréstimos no exterior, conforme relata Arlindo Fragoço no livro *Notas econômicas e financeiras*.

BRASIL REPÚBLICA – PRIMEIRA REPÚBLICA

A República no Brasil foi instaurada a 15 de novembro de 1889, com a deposição do imperador D. Pedro II e o exílio da Família Real. Fortemente influenciada pelas ideias positivistas, ela buscou, inicialmente, introduzir mudanças, tendo como modelo a República dos Estados Unidos da América do Norte, e se caracterizou por avanços e retrocessos, mas mantendo, em linhas gerais, o mesmo conjunto oligarca no poder. A sua evolução tem sido marcada, no decorrer do tempo, por períodos bem definidos, a saber:

- ◊ Primeira República;
- ◊ Era Vargas;
- ◊ Segunda República;
- ◊ Regime Militar; e
- ◊ Terceira República.

Cada uma dessas fases apresenta características próprias, as quais serão abordadas a seguir.

PRIMEIRA REPÚBLICA

A Primeira República brasileira resultou de um movimento armado que depôs o imperador Pedro II a 15 de novembro de 1889. Ela continuou a existir até outubro de 1930, quando um movimento armado liderado por militares, tendo à frente Getúlio Vargas, depôs o 13º presidente da República, Washington Luís. Esse período,

compreendido entre 1889 e 1930, também ficou conhecido como “República Velha” ou “República dos Bacharéis”, pois todos os presidentes civis daquela época eram bacharéis em Direito, sendo quase todos formados na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da atual Universidade de São Paulo (USP) e quase todos eram membros da maçonaria.

Durante todo o período da Primeira República, o Brasil continuou a ser uma economia agrária com ciclos centrados no café e na borracha, havendo, entretanto, o surgimento de alguma atividade fabril, a exemplo de alimentos industrializados, têxteis, bebidas e fumo. A Primeira República caracterizou-se pela ocorrência de conflitos internos: conflitos de ordem social, como a Guerra de Canudos e o Ciclo do Cangaço; conflitos armados, como a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul, os Dezoito do Forte e a Coluna Prestes; além de conflitos internos nas Forças Armadas, como a Revolta da Chibata, insurreição dos marinheiros liderada por João Cândido contra os maus tratos a eles infligidos.

Além disso, em sua maior parte, a Primeira República foi dominada pela política dos governadores, a chamada Política do Café com Leite, representada pela alternância do poder presidencial entre os estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Externamente, houve a consolidação das fronteiras através de processos de negociação conduzidos pelo Barão de Rio Branco, o que levou à incorporação do Acre ao nosso território. Como exceções, registrou-se uma intervenção na Bolívia para a proteção dos cidadãos brasileiros e a participação na Primeira Guerra Mundial.

Economicamente, o Brasil continuou a ser um país agroexportador e forte importador de produtos manufaturados. Logo no início de sua implantação, a Primeira República buscou criar condições que possibilitassem a industrialização do Brasil. Ruy Barbosa,

ministro da Fazenda, assim que assumiu, constatou que a política de paridade da moeda com padrão ouro impedia a implantação de fábricas. Como os recursos eram escassos, Ruy Barbosa criou linhas de crédito e aumentou o volume de papel-moeda. Essa política possibilitou maior número de negócios em todo o país. Apenas no ano de 1890, fundaram-se 313 novas empresas. A maioria delas, porém, tinha como meta a venda de ações para obter lucros rápidos e fáceis no mercado financeiro.

Entre 1890 e 1891, o aumento da quantidade de dinheiro em circulação aumentou a inflação e a febre especulativa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Essa febre recebeu o nome de “encilhamento”. Não demorou muito para que uma séria crise econômica abalasse o país. No início de 1891, além da inflação, ocorreu acentuada queda no preço das ações, causando prejuízo e falências. A política de emissão de dinheiro e a expansão do crédito, que caracterizou oencilhamento, duraram dois anos, até o início do governo de Floriano Peixoto, que assumiu o compromisso de estabilizar a moeda.

Durante a Primeira República, houve investimentos em infraestrutura, nas áreas de transportes e sistemas de energia elétrica, com a participação do capital privado nacional, a exemplo da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (Grupo Guinle), bem como do capital internacional – por exemplo: Light & Power. Sobre a participação do capital privado na expansão do sistema elétrico, diz Sergio Tadeu N. Lamarão, no seu trabalho “A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil”:

O capital privado nacional chegou a desempenhar papel significativo na expansão do parque elétrico brasileiro, através de empresas como a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, a Paulista de Força e Luz, a Cataguases – Leopoldina. Entretanto, na década de 1920, a Light e a norte – americana Amforp promoveram um intenso processo de concentração e

centralização de concessionárias que culminou no final do decênio com a quase completa desnacionalização da indústria de energia elétrica brasileira.¹

Houve, também na Primeira República, enfrentamentos nas áreas do controle das epidemias e de reformulação urbana das cidades, o que ocorreu praticamente em todas as capitais dos estados. Essas reformas urbanas tomaram por base as similares ocorridas em Paris. Os sucessivos governos presidenciais, fortemente oligárquicos e seguidores da política dos governadores, beneficiavam as elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais, em primeiro lugar, e subsidiariamente as elites agrárias dos demais estados.

Quanto ao movimento operário emergente e à população pobre, resultante da política escravista anterior, estes tiveram tratamento repressivo, cuja explicitação foi feita por Washington Luís, ao declarar: “*O problema social é caso de polícia*”.

A GUERRA DE CANUDOS

O maior dos conflitos sociais foi a Guerra de Canudos. Essa guerra, ao longo de um ano, mobilizou mais de 10 mil soldados, vindos de 17 estados brasileiros. Foram necessárias quatro expedições militares. As mortes nesse conflito foram estimadas em mais de 25 mil pessoas. Tal conflito só terminou com a destruição total da cidade.

A guerra aconteceu na cidade de Canudos, no interior da Bahia. A região, na época, vivia uma acentuada crise econômica e social, em decorrência de grandes períodos de secas, desemprego e decadência dos latifúndios da região, que já se encontravam improdutivos em sua grande maioria.

.....
1 LAMARÃO, Sergio Tadeu N. A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil. *América Latina en la Historia Económica Boletín de Fuentes*, Cidade do México, n. 8, p. 39-49, 1997. p. 41.

Nesse cenário, uma grande quantidade de sertanejos começou a partir para Canudos, cidade então liderada por Antônio Conselheiro, unida pela crença de que um milagre salvaria os habitantes do sertão dos flagelos da natureza e da exclusão social e financeira. Os grandes fazendeiros da área, sentindo-se ameaçados, uniram-se então à Igreja e criaram um forte grupo de pressão sobre a recém-instaurada República, exigindo que fossem tomadas as devidas providências contra Conselheiro e seus seguidores.

Foram criados boatos de que Canudos estava se armando para dominar cidades dos seus arredores e partir em direção à capital, na intenção de depor o governo republicano e reinstalar a Monarquia. Em 6 de novembro de 1896, partiu de Salvador, pela Estrada de Ferro da Bahia, com destino a Juazeiro, a primeira Expedição Militar contra Canudos.

Em 31 de janeiro de 1897, Machado de Assis, que escrevia uma coluna no jornal *Gazeta de Notícias*, manifestou-se: “Protesto contra a perseguição que se está fazendo a Antônio Conselheiro”. Era uma das poucas vozes contrárias à opinião pública brasileira, que exigia novas medidas repressivas contra Canudos, após a derrota de duas expedições militares.

A 5 de outubro de 1897, terminava a resistência, e Canudos estava destruída. Num cenário de fim de mundo, por entre becos e ruelas, uma legião de corpos carbonizados se confundiam com as ruínas e as cinzas das 5.200 casas. As elites política, acadêmica e militar do país estavam em êxtase. Os deputados federais da Bahia congratularam-se com o governo pela “completa destruição de Canudos, baluarte de bandidos e fanáticos”, e o próprio presidente da República, Prudente de Moraes, declarou: “Em Canudos não ficará pedra sobre pedra”.

CRONOLOGIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

- 1889 – 15 de novembro: a República dos Estados Unidos do Brasil é proclamada no Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil. O marechal Manoel Deodoro da Fonseca torna-se o primeiro presidente da República;
- 1890 – 15 de novembro: o Congresso Nacional Constituinte é instalado;
- 1891 – A primeira Constituição Republicana do país é promulgada pela Constituinte. Marechal Deodoro da Fonseca renuncia à presidência da República durante a Revolta da Armada, e o vice-presidente, Floriano Peixoto, torna-se o segundo presidente da República;
- 1892 – É inaugurado o Serviço de Bondes Elétricos, o primeiro da América do Sul, na cidade do Rio de Janeiro;
- 1893 – Fundada a Escola Politécnica da USP (Poli-USP), em São Paulo;
- 1894 – Prudente de Moraes torna-se o terceiro presidente da República;
- 1896 – A primeira sessão de cinema do país acontece na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro;
- 1897 – A Academia Brasileira de Letras, presidida por Machado de Assis, é fundada na cidade do Rio de Janeiro;
- 1897 – Fundada a Escola Politécnica da Bahia. Fundada a Escola de Engenharia de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Inaugurado o telégrafo submarino entre o Rio de Janeiro e Pernambuco. Nesse mesmo ano, chega ao fim a Guerra de Canudos;

- 1898 – Santos Dumont voa até Paris a bordo do primeiro balão “Brasil”. Campos Sales torna-se o quarto presidente da República. Afonso Segreto faz a primeira filmagem do cinema brasileiro, registrando a Baía da Guanabara;
- 1899 – A Primeira República do Acre, também conhecida como Estado Independente do Acre (nome oficial), é proclamada pelo espanhol Luís Gálvez Rodríguez de Arias com o apoio do governo do estado do Amazonas;
- 1900 – O governo federal envia a força da Marinha do Brasil para o Acre. O recenseamento revela que a população do país tem 17.318.556 habitantes;
- 1901 – Sob o nome de Instituto Serumtherápico, o Instituto Butantã é inaugurado em São Paulo. Santos Dumont, pilotando o balão de ar quente, voa em torno da Torre Eiffel, em Paris, percorrendo 11 km;
- 1902 – Rodrigues Alves torna-se o quinto presidente da República;
- 1903 – A greve geral ocorre no Rio de Janeiro por salário e jornada de oito horas, com a duração de 18 dias. O Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia é assinado, terminando o conflito no Acre. A Bolívia perde 190 mil km² para o Brasil;
- 1904 – A Lei da Vacina Obrigatória é aprovada pelo Congresso. A população do Rio de Janeiro se mobiliza em protesto à vacinação obrigatória contra varíola, imposta pelo governo federal, e inicia-se a Revolta da Vacina;
- 1906 – Santos Dumont pilota seu 14-Bis, que percorre 60 metros no ar, em Paris, França, e faz o primeiro voo público em aeroplano do mundo. Afonso Pena torna-se o sexto presidente da República;

- 1907 – Iniciada a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré na Amazônia;
- 1909 – O médico Carlos Chagas descobre a doença de Chagas, uma doença parasitária tropical causada pelo protozoário cinetoplastida flagelado *Trypanosoma-cruzi*, na cidade mineira de Lassance. O presidente Afonso Pena morre e o seu vice, Nilo Peçanha, torna-se o sétimo presidente do país;
- 1910 – Hermes da Fonseca torna-se o oitavo presidente da República. Os marinheiros, liderados por João Cândido, controlam a Armada na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, dando início à Revolta da Chibata;
- 1912 – O bombardeio de Salvador ocorre com as lutas políticas entre as oligarquias provincianas. Termina a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré;
- 1913 – Primeira Guerra Mundial: o Brasil declara neutralidade. Venceslau Brás torna-se o nono presidente da República;
- 1916 – Primeira Guerra Mundial: é torpedeado o navio brasileiro Rio Branco pelo submarino alemão UB-27;
- 1917 – Primeira Guerra Mundial: o Brasil rompe relações diplomáticas com a Alemanha;
- 1918 – Início de epidemia de gripe espanhola no país;
- 1919 – O presidente Rodrigues Alves é contagiado pela gripe espanhola. O vice Delfim Moreira torna-se o 11º presidente da República;
- 1920 – Lampião começa sua carreira no cangaço com o objetivo de vingar a morte do pai;
- 1922 – A Semana da Arte Moderna é realizada no Teatro Municipal de São Paulo, iniciando o marco do modernismo no país. É fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Niterói.

Acontece a abertura da Exposição Internacional do Centenário da Independência no Rio de Janeiro. A primeira transmissão radiofônica oficial brasileira, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, é realizada. Artur Bernardes torna-se o 12º presidente da República;

- 1923 – A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira emissora de radiodifusão do país, é fundada;
- 1925 – A General Motors do Brasil, a primeira fábrica de veículos do país, é inaugurada em São Paulo. Promulgada a lei que garante o direito de 15 dias de férias a industriários, comerciários e bancários;
- 1926 – Washington Luís torna-se o 13º presidente da República;
- 1927 – A Confederação Geral do Trabalho (CGT) é fundada pelo Congresso Operário Sindical no Rio de Janeiro. É fundada a companhia aérea Varig em Porto Alegre, Rio Grande do Sul;
- 1928 – Inaugurada a Rodovia Rio de Janeiro – São Paulo;
- 1930 – É realizada a eleição presidencial direta. Júlio Prestes, do Partido Republicano Progressista (PRP), é eleito presidente da República com 1.091.709 votos contra Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, com 742.794 votos. Washington Luís, presidente da República, é deposto. Getúlio Vargas toma posse como 14º presidente da República, dando fim à Primeira República.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em termos institucionais, a Primeira República foi marcada pela fundação de alguns institutos, tais como: o Instituto Butantã, em 1899; o Instituto de Manguinhos, em 1900; e a Academia Brasileira de Ciências.

O início do período republicano notabilizou-se pelo sucesso dos inventos de Alberto Santos Dumont, havendo ainda os

trabalhos do padre Landell de Moura (por exemplo, a transmissão radiofônica), de altíssimo nível, mas sem repercussão local ou nacional, embora tenha tido patentes registradas nos Estados Unidos da América do Norte.

Durante a Primeira República, houve um acréscimo significativo das escolas de engenharia e o desenvolvimento de pesquisas, objetivando a solução de problemas, especialmente nas áreas agrícola, saúde e comunicação, entre outras.

O presidente Nilo Peçanha deu impulso ao ensino profissional com a criação dos liceus de artes e ofícios, os quais deram origem às escolas técnicas federais.

Houve a Exposição de 1808, a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922, a viagem de Einstein em 1925 ao Rio de Janeiro, então capital da República.

O Instituto Butantã surgiu em 1898 e foi criado com o objetivo de produzir soro para a peste, o grande problema do Brasil na época. O nome “Butantã”, segundo etimologistas, é originário do tupi e quer dizer “terra dura”. Seu surgimento deveu-se a uma epidemia de peste bubônica em Santos. Temendo que a doença atingisse a capital do Estado, o governo convocou o Instituto Bacteriológico para tentar resolver o grave problema. Seu diretor, Adolfo Lutz, mandou para essa cidade o seu assistente, Vital Brazil, o qual em pouco tempo diagnosticou a doença e, em conjunto com o médico Osvaldo Cruz, criou um plano para controlá-la. De volta à capital, Vital Brazil foi também encarregado de um serviço no Instituto Bacteriológico dedicado ao combate à peste. No ano seguinte, o citado serviço transformou-se em instituição autônoma, então denominada Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo, o qual, posteriormente, transformou-se no atual Instituto Butantã.

O Instituto de Manguinhos foi anteriormente denominado Instituto Soroterápico Federal (1900), tendo posteriormente as

seguintes denominações: Instituto de Patologia Experimental (1907) e Instituto Oswaldo Cruz (1908). Foi criado com o objetivo de produzir o soro para o combate à peste bubônica, a qual ameaçava a cidade do Rio de Janeiro.

No momento da fundação do Instituto Soroterápico Federal, durante a Primeira República (1889-1930), as elites brasileiras não possuíam uma tradição de investimentos na pesquisa científica, embora, desde os anos de 1880, com as reformas do ensino médico, já houvesse um movimento no sentido da prática de uma medicina experimental, com a instalação de diversos laboratórios nas instituições de ensino médico.

ARTES

Além de ser rica sob o ponto de vista das artes, a Primeira República foi marcada por dois acontecimentos fundamentais: o primeiro, a criação da Academia Brasileira de Letras; e o segundo, a Semana de Arte Moderna. A Primeira República, chamada de a “*belle époque* brasileira”, foi marcada pela modernização das cidades brasileiras com a arquitetura e o urbanismo, fortemente influenciados pela Europa, principalmente pela França e pela Itália.

A literatura brasileira continuou com as escolas naturalista e realista que vinham do Império, com as figuras de Machado de Assis, Olavo Bilac, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Ruy Barbosa, entre outros. Nesse período, também surgiram grandes escritores, tais como Lima Barreto, Augusto dos Anjos e Euclides da Cunha.

A Semana da Arte Moderna, em fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, preconizou a busca de novas ideias estéticas para as artes no Brasil. Nesse evento, destacaram-se, entre outros: Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Guilherme de Almeida, Heitor Villa-Lobos e

Manuel Bandeira. A Semana teve grande repercussão, embora não havendo aceitação imediata, conforme registrado nas reações do público e nos comentários do escritor Monteiro Lobato.

No setor da música erudita, destacaram-se: Alexandre Levy, Henrique Oswald e Alberto Nepomuceno. Na música popular, há os trabalhos de Chiquinha Gonzaga e, posteriormente, Pixinguinha, Donga e João da Bahiana, tendo sido gravado o primeiro disco de Lundu, em 1902, e o samba “Pelo Telefone”, em 1917.

Antes do advento da República, a Academia de Belas Artes já sofria críticas por sua excessiva ligação com o poder e a sua dependência da arte europeia. Transformada em Escola Nacional de Belas Artes, a crise persistiu. O Estado republicano, então, utilizou a pintura para difundir novos valores e buscou afastamento dos paradigmas precedentes. Mesmo com a crise, surgiram trabalhos de qualidade de vários pintores, a exemplo de: Manuel Lopes Rodrigues, Eliseu Visconti, Henrique Bernardelli, Almeida Junior, Rodolfo Amoedo, Georgina Albuquerque e, ainda, trabalhos de antigos artistas, como Pedro Américo.

Em 1922, com a Semana de Arte Moderna, houve grandes transformações. Desse período, destacaram-se Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Inácio Costa Freire. A estatuária, no início do período republicano, sofreu as mesmas crises que a pintura, e houve uma concentração de esforços voltados para as áreas religiosas e funerárias, nas quais vieram a se destacar: Galileo Emendabili, Luigi Brizzolara, Alfredo Oliani, Victor Brecheret e Giuseppe Gaudenzi. Assim, a Semana da Arte Moderna propiciou uma significativa mudança de paradigmas.

A inauguração dos Teatros Municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo, por sua vez, constituiu-se num marco. Na cena, continuou a linha dos trabalhos de Arthur de Azevedo, permanecendo em destaque a comédia de costumes e o chamado “teatro ligeiro”, também sem maior definição estilística e formal.

Por outro lado, houve o crescimento de empresas dramáticas com representações de farsas, dramas e operetas. No caso da fotografia, merecem destaque, por exemplo, os trabalhos de Marc Ferrez. Como exibição e entretenimento, o cinema brasileiro existiu desde julho de 1896 e, como realização e expressão, desde 1897. Contudo, a estruturação do mercado exibidor de cinema no país veio a acontecer somente entre 1907 e 1910, quando o fornecimento de energia elétrica no Rio e em São Paulo passou a ser mais regular, com a inauguração da Usina de Ribeirão das Lajes.

A primeira sala de exibição de filmes de que se tem notícia é o Cinema Soberano, no Rio de Janeiro em 1909, denominado posteriormente de Cine Iris. O primeiro filme sonoro brasileiro foi a comédia *Acabaram-se os otários* (1929), de Luiz de Barros. *Coisas nossas* (1931), de Wallace Downey, foi um musical cantado em português, com cantores brasileiros, e de grande sucesso. Divergindo dessas linhas temáticas, Mário Peixoto concebeu e realizou o filme *Limite* (1930). Esse filme mudo, de pouca aceitação popular, é hoje considerado como em sendo um marco do cinema experimental.

ECONOMIA

O Brasil da Primeira República continuou predominantemente agrário, com a continuação da fabricação naval e um surgimento forte na área das indústrias de bens de consumo: têxteis, alimentos, fármacos e alguns bens duráveis.

As indústrias brasileiras no início do século XX já apresentavam concentração na região Sudeste, e a energia utilizada era proveniente do vapor gerado pelas caldeiras que utilizavam o carvão mineral como combustível, sendo este transportado pelas ferrovias a partir dos portos de chegada ou das minas do Sul do Brasil. A segunda fonte utilizada pelo parque fabril era a energia

hidráulica e apenas poucos estados e o Distrito Federal utilizavam energia elétrica no seu parque industrial.

Na área das indústrias têxteis, cabe destaque para dois empreendedores do Nordeste: Luiz Tarquínio e Delmiro Gouveia. O primeiro, na Bahia, implantou uma fábrica de concepção avançada, quer sob o ponto de vista do processo industrial, quer do ponto de vista das relações de trabalho. O segundo instalou um parque industrial avançado. Foi assassinado, e sua indústria foi adquirida pelo grupo inglês Machine Cotton, tendo sido a instalação fabril destruída e as máquinas jogadas no Rio São Francisco.

Na área das indústrias alimentícias, o grande destaque foi Francisco Matarazzo, em São Paulo, cujo complexo industrial alcançou o auge em 1911 – as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM).

Outra área desenvolvida foi a de infraestrutura, na qual apareceram as figuras de Guilherme Guinle e Percival Farquhar.

O NEGRO NA SOCIEDADE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A abolição da escravidão, que ocorreu pouco mais de um ano antes da Proclamação da República, foi muito bem caracterizada por Florestan Fernandes, conforme citação abaixo:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. – Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter e uma espoliação extrema e cruel.²

.....
2 FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008. v. 2. p. 28.

A instauração da República não adotou quaisquer medidas estruturantes para a inserção dos ex-escravizados no mercado dos trabalhadores livres e assalariados. Nessas condições, os escravizados libertos não tinham para onde ir, a não ser refugiarem-se em regiões distantes do centro urbano ou ocupar prédios antigos em estado de degradação – os cortiços. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a reforma urbana realizada os atirou, inexoravelmente, para os morros.

Soma-se a esses fatos a visão pseudocientífica, em voga, da inferioridade intelectual do negro, como preconizava Nina Rodrigues,³ que afirmava:

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a Raça negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim ameaçados de converterem-se em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores.

As diretrizes educacionais e sociais da época pregavam a política de “branqueamento” dos sucessivos governos. Durante a Primeira República, o nome de André Rebouças foi riscado do mapa, a ponto de um historiador dizer: “André Rebouças – o engenheiro que a República aboliu”.

Havia dispositivo legal contra a prática da capoeira, implantado logo após a Proclamação da República: o “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”, de 11 de outubro de 1890, que, não

.....
3 RODRIGUES, 1977, p. 8 apud CORREIA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

bastasse o não estabelecimento de qualquer conduta punitiva aos autores de discriminação, enuncia como contravenção penal em seu artigo 402, primeira parte: “[...] Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem [...]. Pena: de prisão celular por dois a seis meses”.⁴

Apesar de todos os óbices, entretanto, surgiram intelectuais negros de grande expressão nessa época, entre os quais:

- Juliano Moreira: cientista e médico nascido em Salvador, Bahia, em 1873, e falecido no Rio de Janeiro, em 1933. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde, mais tarde, foi professor de Clínica Médica. Psiquiatra inovador, em 1902, assumiu a diretoria do Hospital Nacional de Alienados. De sua iniciativa foi a Lei de Assistência aos Alienados, promulgada em 1903 e regulamentada no ano seguinte. Nela amparado, promoveu importante obra de reforma e aparelhamento no hospital sob sua direção e aprimorou a Assistência a Psicopatas, instituição pública de que foi diretor-geral por 28 anos. No campo da literatura médica, escreveu e publicou obras de grande valor. Um dos cientistas brasileiros de maior renome, foi membro de inúmeras instituições científicas, como a Antropologische Gesellschaft, de Munique; a Société de Médecine, de Paris; a Medic Legal Society, de Nova York; e a Medic-Psychological Association, de Londres. Sua obra publicada reúne mais de 100 títulos, entre trabalhos científicos e de outra natureza, destacando-se: *Assistência aos Alienados no Brasil* (1906), *Les Maladies Mentales au Brésil* (1907) e *A evolução da Medicina brasileira* (1908);
- Theodoro Sampaio: nasceu em Santo Amaro, na Bahia, filho de uma mulher escravizada e, supostamente, do padre Manuel Fernandes Sampaio. Foi para o Rio de Janeiro, onde estudou

.....
4 BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Brasília, DF, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

Humanidades. Lecionava Filosofia, História e Geografia. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1876. Integrou a Comissão Hidráulica do Império, projetou melhoramentos para o porto de Santos e foi o primeiro engenheiro nomeado para a Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco. Foi diretor e engenheiro chefe do Saneamento do estado de São Paulo e, na Bahia, em 1904, foi responsável pela reformulação do abastecimento de água de Salvador, tendo inclusive projetado várias barragens e escolhido a Bolandeira para uma estação de tratamento d'água. Seus trabalhos sobre a Chapada Diamantina foram fundamentais para que Euclides da Cunha escrevesse *Os sertões*;

- Lima Barreto: Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 1881. Era filho de João Henriques de Lima Barreto e de Amália Augusta. Apresentava ascendência negra; suas avós faziam parte de povos escravizados. Em 1897, Lima Barreto começou a estudar na Escola Politécnica, porém foi reprovado repetidamente em várias matérias. Foi também nesse período que Lima Barreto passou a conviver com mais um problema: as internações cada vez mais frequentes do seu pai. Em 1903, aprovado em concurso público, passou a trabalhar no setor burocrático da Secretaria de Guerra. Iniciou uma intensa colaboração com a imprensa do Rio de Janeiro, publicando artigos e crônicas em periódicos, como *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*. Escreveu várias obras, entre as quais: *O triste fim de Policarpo Quaresma*, *O homem que sabia javanês* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Teve problemas com o alcoolismo, tendo sido internado várias vezes. Foi o crítico mais implacável da Primeira República, pondo “a nu” a roupagem republicana, que manteve os privilégios das famílias aristocratas e dos militares;
- Manoel Querino: Manoel Raimundo Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação, Bahia, em julho de 1851, filho de José Joaquim dos Santos Querino (carpinteiro) e Luzia da Rocha Pita.

Perdeu os pais ainda jovem, sendo levado por família amiga para Salvador, tendo como tutor o bacharel Manuel Correia Garcia. Foi recrutado para a Guerra do Paraguai nos anos 1860. De volta à Bahia, trabalhava como pintor durante o dia e estudava à noite no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, em que foi aluno de Miguel Navarro y Cañizares. Frequentou, posteriormente, o curso de Desenho e Arquitetura na Academia de Belas Artes. Atuou na luta abolicionista, publicando artigos no jornal *A Gazeta da Tarde*. Atuou, nos anos 1890, como conselheiro municipal de Salvador. Respondeu às posições de Nina Rodrigues com um artigo: “O colono preto como fator de civilização brasileira”. Foi membro fundador do IHGB e autor de diversas e importantes obras, entre elas: *As artes na Bahia* (Salvador, 1909); *A Bahia de outrora* (Salvador, 1916); e *A arte culinária na Bahia* (Salvador, 1928). Faleceu em Salvador, em fevereiro de 1926.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, avante, da Pátria no altar.⁵
(Hino da Proclamação da República)

.....
5 *Hino à Proclamação da República do Brasil*, letra de Medeiros e Albuquerque e música de Leopoldo Miguez.

A Primeira República foi caracterizada pela dicotomia entre o discurso e as ações – como, aliás, ocorreu também no período imperial.

Economicamente, o Brasil continuou exportador de matérias-primas, tais como açúcar, café, borracha e minérios. As tentativas de industrialização buscadas por Ruy Barbosa não vingaram, permanecendo a necessidade da importação de produtos industrializados, inclusive alimentos. Contudo, marcaram esse período, em termos industriais, as relevantes fábricas têxteis de Luiz Tarquínio e Delmiro Gouveia, algumas indústrias de alimentos, com destaque para Francesco Matarazzo, e ainda as indústrias farmacêuticas, a maioria delas produtoras de fitoterápicos.

Os motivos das principais greves ocorridas na Primeira República foram reivindicações quanto a aumentos salariais, melhorias das condições de trabalho, direitos sindicais e trabalhistas e por uma legislação previdenciária. O contingente operário brasileiro estava concentrado na indústria da construção civil: pedreiros, carpinteiros e serventes nas indústrias fabris e ferrovias. Havia também portuários, padeiros, sapateiros e trabalhadores do comércio.

Algumas greves ocorreram na primeira década do século XX, mas a principal delas foi a de 1917, iniciada em São Paulo após a morte de um jovem trabalhador pela polícia, que se generalizou por todo o país, reivindicando melhores salários, jornada de trabalho de oito horas, direito a férias, fim do trabalho infantil, proibição do trabalho noturno para as mulheres, bem como direito a aposentadoria e assistência médica.

Socialmente, a Primeira República foi mantenedora dos privilégios oligárquicos existentes e repressora quanto às reivindicações sociais. Washington Luís dizia: “*A questão social e um caso de polícia!*”.

As condições da época são bem retratadas por Luís Edmundo na obra *Rio de Janeiro do meu tempo*. Comentando sobre o centro do Rio de Janeiro-Morro de Santo Antônio (arrasado nos anos 1950), nos diz sobre suas vielas e moradias miseráveis:

Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da Rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arrimo de parentes, velhos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio à gente válida, porém o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus [...] No morro, os sem-trabalho surgem a cada canto.⁶

Politicamente, é o jogo oligárquico da alternância Café com Leite (Minas e São Paulo), das eleições fraudadas, das duras disputas regionais, das revoltas como as de Canudos, das insurreições como as do Forte de Copacabana e da Coluna Prestes, da Revolta da Chibata e de governos governando com Estado de exceção e desterrando seus inimigos políticos para rincões longínquos do Brasil.

Também na Primeira República, no governo de Nilo Peçanha, veio a ocorrer a criação dos liceus de artes e ofícios em 1910, dando origem às escolas técnicas federais, atuais institutos federais de tecnologia.

A ERA VARGAS

A estrutura econômica da Primeira República era agroexportadora, e o poder alternado entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, com a participação eventual do estado do Rio de Janeiro, maiores estados da União, conduziam a política denominada “Café com Leite”. O mau desempenho da economia e as dificuldades da

.....
6 EDMUNDO, 1957, p. 246-247.

indústria emergente iniciaram a explicitação de descontentamento de camadas da sociedade. Por outro lado, havia uma insatisfação acumulada entre os militares, especialmente entre os mais jovens. Em decorrência disso, ocorreram sucessivas rebeliões militares nos anos de 1922, 1924 e 1925. O movimento de 1922 ficou conhecido como “Dezoito do Forte” e o de 1925 como “Coluna Prestes”. Ao conjunto desses movimentos, denominou-se “Movimentos Tenentistas”.

Embora, percentualmente, a produção industrial e a infraestrutura tenham crescido entre 1912 e 1919, a política governamental continuou voltada para a agricultura e os subsídios agrícolas. A crise internacional de 1929 e a queda dos preços do café, com as suas repercussões internas, aumentaram ainda mais o desgaste do governo.

O partido de oposição ao governo de Washington Luís lançou candidatura contrária ao seu candidato, o paulista Júlio Prestes. Esse candidato era o presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas, que foi oficialmente derrotado na eleição presidencial. Usando como pretexto o assassinato do seu partidário João Pessoa, do estado da Paraíba, por um simpatizante de Washington Luís, João Dantas, Getúlio Vargas e seus partidários organizaram um golpe que, em outubro de 1930, depôs Washington Luís do poder.

A Era Vargas foi marcada por forte repressão e autoritarismo, de um lado, e, por outro, por medidas visando à industrialização e ao desenvolvimento.

Houve uma reestruturação da administração pública, com a criação do Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e a criação de várias empresas, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a

Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e a Companhia Vale do Rio Doce.

Também foram criados Conselho Nacional de Petróleo (CNP), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Instituto Nacional de Estatística, origem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e ainda o Instituto Nacional do Livro (INL), para preservar e divulgar a memória nacional.

A Era Vargas marcou a intervenção do Estado na economia com um sentido fortemente nacionalista e propulsor da industrialização. Esse período, compreendido entre 1930 e 1945, apresentou três fases principais: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Governo Ditatorial (1937-1945), o denominado Estado Novo.

Devido à sua indiscutível importância histórica, a cronologia relativa aos principais eventos da Era Vargas é apresentada a seguir.

Cronologia da Era Vargas

- 1930 – Chegada de Getúlio Vargas ao poder. Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública;
- 1931 – Criação do Código Brasileiro de Telecomunicações;
- 1932 – Revolução Constitucionalista;
- 1933 – Criação do INT, do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM);
- 1934 – Aprovação da Constituição, do Código de Águas, Código de Minas e Código Florestal. Criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC);

- 1935 – Ocorreu a designada Intentona Comunista;
- 1936 – Criação do IBGE e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI);
- 1937 – Ocorreu o Movimento Integralista. Criação do Dasp e do INL. Instituição do Estado Novo;
- 1938 – Criação do CNP e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas;
- 1939 – Descoberta de petróleo em Lobato, Bahia. Início da Segunda Guerra Mundial;
- 1940 – Instituição do salário mínimo;
- 1941 – Criação da CSN. Descoberta do primeiro poço comercial de petróleo em Candeias, Bahia. Criação do Ministério da Aeronáutica;
- 1942 – Criação da Companhia Vale do Rio Doce. Declaração de guerra às potências do Eixo;
- 1943 – Criação da FNM e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- 1945 – Criação da Chesf.

Ciência e tecnologia

A concepção de políticas de ciência e tecnologia, evidentemente, não era a de hoje. Ao criar ministérios, institutos e códigos, de alguma forma, Vargas fez lembrar D. João VI lançando as bases que sustentaram o desenvolvimento de ciência e tecnologia, principalmente a aplicação quase que imediata de ações na área tecnológica.

Eis os ministérios, institutos e códigos

- 1930 – Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- 1930 – Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública;
- 1931 – Criação do Código Brasileiro de Telecomunicações;
- 1933 – Criação do INT;
- 1933 – Criação do IAA;
- 1934 – Código de Águas;
- 1934 – Código de Minas;
- 1934 – Código Florestal;
- 1936 – Criação do IBGE;
- 1937 – Criação do Dasp;
- 1937 – Criação do INL;
- 1938 – Criação do CNP.

Nota-se que instituições tais como o INT e o IBGE prestaram e continuam prestando suporte ao desenvolvimento nas áreas de pesquisa e desenvolvimento. Quanto ao Ministério da Educação (MEC), não há necessidade de comentários. Os demais institutos, quando de sua existência, deram apoio ao desenvolvimento de pesquisas, tais como o IAA e o CNP. No que tange aos códigos, é bom lembrar-se que o Código de Águas deu ordenamento legal e balizou o desenvolvimento hidroelétrico brasileiro.

Alguns destaques em ciência e tecnologia na Era Vargas

Manoel Dias de Abreu

Médico brasileiro, nascido em São Paulo e falecido no Rio de Janeiro, criador da abreugrafia (1936), método de fixação fotográfica da imagem radioscópica que revolucionou o diagnóstico e o tratamento da tuberculose através de um método de diagnóstico coletivo. Doutor com a tese *Influência do clima na civilização* pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1914), Tisiologia, tendo em vista a sua preocupação com o diagnóstico tardio da tuberculose. A seguir, foi estudar radiologia em Paris, onde se dedicou a melhorar os recursos semióticos da densitometria pulmonar.

Teixeira de Freitas

Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu em São Francisco do Conde, Bahia, em março de 1890. Foi um advogado e estatístico brasileiro. Graduou-se com distinção no curso de Direito, em 1911, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Pouco conhecido da maioria dos brasileiros, possivelmente uma consequência do voto de pobreza perante a Ordem Terceira de São Francisco, na qual, desde a mocidade, tornou-se o Irmão Nicodemus. Foi um homem que marcou a história do Brasil. Em 1920, foi nomeado delegado geral do recenseamento em Minas Gerais. Convidado pelo Governo Provisório, transferiu-se para o Rio de Janeiro para colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, à frente da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. Uma das notáveis criações de Teixeira de Freitas foi o IBGE.

Gilberto Freyre

Nasceu em Recife, Pernambuco, em março de 1900 e veio a falecer nessa mesma cidade em 1987. Iniciou seus estudos no jardim da infância do Colégio Americano Gilreath, em 1908. Em 1917, concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras nesse mesmo colégio. No início do ano de 1918, seguiu para os Estados Unidos, fixando-se em Waco (Texas) e matriculando-se na Universidade de Baylor, e iniciou a sua colaboração no *Diário de Pernambuco*, com uma série de cartas intituladas “Da outra América”. Concluiu, na Universidade de Baylor, o curso de bacharel em Artes. Seguiu, então, para Nova York e ingressou na Universidade de Columbia. cursou, em 1921, a Faculdade de Ciências Políticas (inclusive as Ciências Sociais Judiciais) da Universidade de Columbia, cursos de graduação e pós-graduação. Defendeu, em 1922, tese para o grau de Magister Artium ou Master of Arts (M.A.) na Universidade de Columbia intitulada *Social life in Brazil in the middle of the 19th Century*, publicada em Baltimore pela *Hispanic American Historical Review*. Retornou ao Brasil em 1924 e reintegrou-se no Recife, onde conheceu José Lins do Rego, incitando-o a escrever romances em vez de artigos políticos. Em 1933, conclui o livro *Casa-grande e senzala*, enviando os originais ao editor, que o publicou em dezembro. Publicou vários livros de cunho sociológico, entre eles, *Sobrados e Mocambos*. Eleito deputado federal em 1946, seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de tomar parte nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Suas obras foram publicadas em vários idiomas.

As artes

Sob o ponto de vista de equipamentos culturais, uma observação a ser feita é que, em 1937, os estados de São Paulo, Minas

Gerais, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal reuniam 57% das bibliotecas existentes no Brasil e, dos filmes exibidos no país, 65% eram de origem estadunidense e 26% de origem brasileira. A Semana de 1922 alcançou a Era Vargas com a adição do nacionalismo e patriotismo, e, nesse movimento, erguem-se várias grandes figuras nacionais, entre as quais Villa-Lobos, Portinari, Di Cavalcanti, Bruno Giorgi e Guignard, que se seguiram às já consagradas figuras de Tarsila do Amaral e Anita Malfatti. Menção deve ser feita aos trabalhos de gravura de Osvaldo Goeldi e às ilustrações, a bico de pena, de Percy Lau para livros e publicações da época. No período da eclosão da Semana da Arte Moderna, a Bahia mantinha ainda a predominância das artes ditadas pela Escola de Belas Artes, a exemplo da pintura de Presciliano Silva. A arte moderna propriamente dita veio a se consolidar no pós-guerra, valendo os esforços determinantes de Pasquale de Chirico e José Guimarães.

Música

A música erudita brasileira seguiu, nessa época, duas grandes linhas: a nacionalista, liderada por Camargo Guarnieri, tendo, entre outros, Oscar Lorenzo Fernandez, Luciano Gallet, Guerra Peixe, Francisco Mignone e Radamés Gnattali; e a linha influenciada por Hans-Joachim Koellreutter, fundador do Grupo Música Viva, que tinha entre os seus principais representantes Guerra Peixe, Edino Krieger e Claudio Santoro.

A música popular brasileira sofreu o impacto da radiodifusão e da consolidação da introdução de instrumentos europeus, que vinha ocorrendo desde o final do período imperial. Os compositores que mais se destacaram nessa época foram Pixinguinha e Noel Rosa, seguidos de Ary Barroso, Ismael Silva, Ataulfo Alves, Lamartine Babo, entre outros.

Contudo, a grande figura da música brasileira foi Heitor Villa-Lobos, não só pelas suas obras compostas no período, entre as quais as nove *Bacchianas Brasileiras*, como também quanto ao seu papel à frente da Superintendência de Educação Musical e Artística (Sema), durante o governo Getúlio Vargas, tendo sido indicado por Anísio Teixeira. Projetou e promoveu educação cívica musical que, apoiada pelos governantes de então, lhe rendeu ferozes adversários. Organizou caravanas por todo o país, nas quais ele próprio tocava violoncelo e, acompanhado por sete músicos, promovia coro de alunos de escolas de primeiro e segundo grau. Tais apresentações foram realizadas ao longo das décadas de 1930 e 1940.

A partir do início dos anos 1940, as apresentações passaram a contar também com alguns grandes nomes da música popular, tais como: Augusto Calheiros, Francisco Alves, Silvio Caldas e Paulo Tapajós – eram as chamadas concentrações orfeônicas, cujo repertório era constituído de músicas folclóricas, sacras e hinos.

Literatura

A literatura na Era Vargas passou por uma consolidação e, posteriormente, transformação das ideias modernistas. Isso ficou caracterizado na poesia com um amálgama na composição e na temática. Na composição, houve a mescla da forma tradicional de composição e dos versos livres, propiciando o entrelaçamento dos temas histórico-sociais com os do cotidiano. Na prosa, a abordagem foi voltada para a temática geopolítica brasileira com temas relativos ao atraso das relações sociais, à seca e à miséria, além de aspectos históricos regionais, a exemplo das obras de José Lins do Rego, Erico Veríssimo, Rachel de Queiróz, José Américo de Almeida e Graciliano Ramos. Na poesia, destacaram-se: Carlos

Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Murilo Mendes, Jorge de Lima, entre outros.

Teatro

O teatro brasileiro na Era Vargas teve alguns avanços e alguns fatos marcantes. Em termos de peças, houve, em 1932, a estreia de *Deus lhe pague*, peça de Joracy Camargo, interpretada por Procópio Ferreira; em 1933, a estreia do *Rei da vela*, de Oswald de Andrade; e, em 1941, *Vestido de noiva*, de Nelson Rodrigues com Ziembinski. A maioria das peças eram as do chamado teatro de revista, que fazia uma revisão dos fatos do cotidiano da época os reinterpretando de um modo jocoso, com músicas para o divertimento do público. Em termos estruturais, há a criação por Gustavo Capanema, em 1937, do Serviço Nacional de Teatro (SNT), que criou a Comédia Brasileira; em 1938, a criação do Teatro do Estudante por Paschoal Carlos Magno; no ano de 1940, o surgimento do Grupo Universitário de Teatro, em São Paulo; e a criação da Escola de Arte Dramática (EAD), primeira escola de formação de atores do Brasil.

Fotografia

A fotografia foi marcada pelos avanços tecnológicos e pelo desenvolvimento dos clubes de fotografia destinados a congregar pessoas que viam na fotografia uma forma de expressão artística. Alguns fatos: em 1923, houve a fundação do Photoclub Brasileiro no Rio de Janeiro; em 1928, Conrad Wessel, engenheiro químico, fundou a primeira fábrica de papel fotográfico; e em 1939, foi criado o Foto Cine Clube Bandeirante de São Paulo.

Cinema

A indústria cinematográfica brasileira era deficitária. Com a lei de Getúlio Vargas de 1932 – Lei da obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais –, pôde se reequilibrar. Concentrada no Rio de Janeiro, a produção cinematográfica brasileira possuía dois estúdios: a Cinédia e o Brasil Vita Filmes. Em 1932, lançou *Onde a terra acabou*, baseado no livro *Senhora*, de José de Alencar, e, em 1934, a *Favela de meus amores*.

Na Cinédia, Humberto Mauro dirigiu *Ganga bruta* em 1933; posteriormente, *A voz do Carnaval* e, em 1935, foram produzidos alguns musicais. O governo passou a financiar alguns filmes de temática histórica, como *O descobrimento do Brasil*, em 1937, e, em 1945, a Cinédia fez a adaptação para o cinema da obra *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo. Afora isso, havia os jornais cinematográficos com ênfase na propaganda e divulgação governamental, sob a orientação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Economia

Ao assumir o poder, em 1930, e durante o período do Governo Provisório, Getúlio Vargas suspendeu a Constituição de 1891, deu início à reestruturação da máquina administrativa federal e nomeou interventores para o governo dos estados. Buscou implantar uma política econômica que atenuasse o impacto da crise mundial de 1929, criando uma série de institutos para a proteção dos produtos agrícolas, como o Instituto Nacional do Café (INC) em 1931. O INC comprava o café, estocava e destruía parte dos estoques, queimando café. Entre 1931 e 1944, foram queimadas 78,2 milhões de sacas.

Por outro lado, adotou uma política de intervenção do Estado para implantar as indústrias de base, como a CSN, conselhos como

o CNP para atuar na política do petróleo ou institutos como o INT ou IBGE para apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial levou à aceleração da política de apoio às indústrias locais no objetivo da substituição das importações.

Tabela 4 – Participação dos produtos agrícolas nas exportações: 1924-1945 (valores percentuais)

PERÍODOS	CAFÉ	CACAU	ALGODÃO	COUROS E PELES	OUTROS	TOTAL
1924 - 1929	72,5	3,3	1,9	4,5	17,8	100
1930 - 1933	69,1	3,5	1,4	4,3	21,7	100
1934 - 1939	47,8	4,3	17,6	4,4	25,9	100
1940 - 1945	32,5	3,2	9,1	3,6	51,6	100

Fonte: Villela e Suzigan (1973, p. 70).

Notam-se claramente, pela tabela acima, a queda percentual do café na pauta de exportações e, a seguir, a crescente diversificação desta, como mostram os dados das tabelas seguintes.

Tabela 5 – Distribuição setorial do PIB brasileiro 1910-1950 (%)

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS*
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	54,2
1950	24,3	24,1	51,6

Fonte: O Rio de Janeiro na República do Brasil ([200-])⁷

.....
7 (O) RIO de Janeiro na República do Brasil: Getúlio Vargas e o Estado Novo – 1930-1945: A economia na Era Vargas. [S. l.], [200-]. Disponível em: <http://www.marcellio.com/rio/hiregeco.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Tabela 6 – Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: valores percentuais

ÁREAS GEOGRÁFICAS	1919	1929	1949	1959
Distrito Federal*	20,1	19,9	14,2	10,4
Estado do Rio de Janeiro	7,5	5,6	6,4	7,2
São Paulo	32,2	40,7	48,8	55,4
Total da região	59,8	66,2	69,4	73,1
Demais estados	40,2	33,8	30,6	26,9

(*) Cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios / antigo Estado da Guanabara / antigo Distrito Federal.

Fonte: adaptada de IBGE (2006).

Tabela 7 – Exportações e importações do Brasil na Grã-Bretanha: 1938-1945 (em US\$ milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO COMERCIAL
	Valor	% do total	Valor	% do total	
1938	25,9	8,8	30,6	10,9	- 4,7
1939	29,4	9,6	24,1	9,7	5,3
1940	45,5	17,3	23,0	9,4	22,5
1941	43,7	12,2	15,6	5,7	28,1
1942	65,7	16,4	13,6	5,7	52,1
1943	65,8	14,1	22,5	7,1	43,3
1944	72,4	12,6	12,0	2,9	60,4
1945	79,9	12,2	17,5	3,9	62,4

Fonte: Carvalho (2002, p. 58).

Tabela 8 – Exportações e importações do Brasil nos EUA: 1938-1945
(em US\$ milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO COMERCIAL
	Valor	% do total	Valor	% do total	
1938	101,4	34,3	71,4	25,5	30,0
1939	110,4	36,2	87,4	34,8	23,0
1940	111,2	42,3	127,1	51,9	-15,9
1941	204,1	57,0	144,1	60,3	60,0
1942	182,6	45,6	129,3	54,1	53,5
1943	236,3	50,6	170,2	53,7	66,1
1944	305,3	53,1	254,0	61,2	51,3
1945	323,5	49,4	243,8	54,3	79,7

Fonte: Carvalho (2002, p. 72).

Tabela 9 – Distribuição por setores da atividade industrial (% do total)

INDÚSTRIAS	1920	1940
Minerais não metálicos	4,7	5,3
Metalurgia	4,3	7,7
Material de transportes	---	---
Madeira	5,8	5,1
Mecânica	2,0	5,8
Papel e correlatos	1,5	1,4
Artefatos de borracha	0,2	0,7
Couro e artefatos	2,4	1,7
Química e farmacêutica	6,0	10,4
Têxtil	28,6	22,7
Vestuário, calçados	8,6	4,9
Produtos alimentares	22,2	22,9
Bebidas	5,9	4,5

Fumo	3,9	2,2
Editorial e gráfica	---	3,6
Mobiliário	2,0	---
Diversos	1,9	1,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Milani (2010, p. 43).

Tabela 10 – Perfil das importações brasileiras em tonelagem (%)

ANO	ANIMAIS VIVOS	MATÉRIAS-PRIMAS	ARTEFATOS MANUFATURADOS	ALIMENTOS	TOTAL
1903	1,06	53,29	12,03	33,62	100
1929	0,01	55,33	26,55	18,01	100
1939	0,01	64,66	12,67	22,66	100
1949	0,01	72,19	12,21	15,59	100

Fonte: Milani (2010, p. 43).

O negro na sociedade da Era Vargas

Um dos movimentos marcantes dos negros na Era Vargas foi a Frente Negra Brasileira (FNB), uma organização de caráter nacional fundada em setembro de 1931 para reivindicar direitos sociais e políticos iguais para todos, independentemente da cor do indivíduo. A FNB, além de em São Paulo, existiu na Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Estruturada de forma rígida-militar, a Frente mantinha escolas noturnas, cursos profissionalizantes e até mesmo uma milícia que objetivava proteger os negros de agressões, já que, muitas vezes, o racismo era abertamente expresso na época e de forma violenta.

Possuía um jornal, *A Voz da Raça*, e teve cerca de 200 mil associados. No final de 1934, transformou-se num partido político. Entretanto, sua vida partidária foi de curta duração, já que desapareceu com os outros partidos com o advento do Estado Novo. Nesse momento, a FNB foi dissolvida. Durante toda sua existência, a FNB foi vigiada pelo Departamento de Ordem Política e Social (Deops), conforme mostram os documentos arquivados.

Em um dos documentos arquivados, um de seus dirigentes, Pio Damião, diz que a Frente não tinha orientação nem à direita nem à esquerda e que seu objetivo era “[...] alevantamento e a unificação da raça negra, que, desde 1888, vem lutando com ingentes sacrifícios, quer natural moral e intelectual, e por isso merece o apoio de todo cidadão honesto”.⁸

A FNB obteve algumas conquistas sociais importantes, como, por exemplo, a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas. O corpo administrativo da Guarda Civil era composto, na sua maioria, por imigrantes e negava a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. Recebidos em delegação pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, os representantes da FNB apelaram ao presidente no sentido de ser disponibilizada aos afro-brasileiros igualdade de acesso àquela instituição. Vargas, então, ordenou à Guarda o imediato alistamento de 200 recrutas afro-brasileiros. Assim, nos anos 1930, cerca de 500 afro-brasileiros ingressaram nos quadros dessa instituição, tendo um deles ocupado o posto de coronel.⁹

.....
8 PIO DAMIÃO apud MELLO, Alessandra. Frente negra brasileira tem ideais sufocados. *Estado de Minas Política*, Belo Horizonte, 1 set. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml. Acesso em: 17 mar. 2019.

9 SISS, Ahyas. Educação, cidadania e multiculturalismo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 9.

Entre os vultos de destaque, nessa época, sobressaíram-se vários professores afrodescendentes, entre os quais estão Francisco da Conceição Menezes e João Brazil. Francisco da Conceição Menezes nasceu em Salvador em 1896, de origem humilde, e cursou a Escola Normal, tomando-se professor primário. Prestou concurso público para professor catedrático em História Universal do Ginásio da Bahia, em 1927, apresentando a tese *Os holandeses na Bahia*. Formou-se bacharel em Direito nos anos 1930. Foi diretor do Ginásio da Bahia de 1939 a 1945. Chamado na sua época de atividade de “Zulú”, existe hoje no Ginásio da Bahia, no principal pavilhão, que recebeu o seu nome, uma placa que diz: “Nesta casa Francisco da Conceição Menezes fez-se mestre de várias gerações, sobretudo preparando-as para a vida. Foi bom e justo, sábio e simples. Razões do reconhecimento e do amor que lhe devotam os seus eternos discípulos”. Foi figura de destaque do IHGB. O professor Conceição Menezes faleceu em 1959.

Já João Pereira da Silva nasceu em 12 de fevereiro de 1874, em Nova Friburgo, e faleceu em 6 de maio de 1940, em Niterói. Conhecido como professor João Brazil, foi caixeiro, professor, banqueiro e empresário. Nascido numa fazenda de Nova Friburgo, era filho de Clara Maria do Nascimento, uma escravizada liberta. Autodidata, estudava pelos livros que pertenciam aos filhos do proprietário da fazenda onde morava. Foi casado com a professora Magnólia Brazil e tiveram sete filhos.

Foi aos 15 anos que o lado educador de João aflorou. Mesmo tendo apenas o curso primário, começou a lecionar para quatro alunos nos fundos da oficina do irmão mais velho, que trabalhava como ferreiro. Não demorou muito para João erguer o Colégio Nossa Senhora da Conceição, sua primeira escola, dentro de uma fazenda chamada Maravilha, onde lecionava para os funcionários. A popularidade do professor João fez com que o coronel Alfredo de Moraes, dono da Fazenda Providência, contratasse-o para lecionar e, em

1893, João se transferiu para São Francisco de Paula. Um ano depois, foi nomeado professor público em Lumiar, onde exerceu essa atividade por quatro anos. Foi nessa época que conheceu Magnólia, sua companheira para toda vida. Casaram-se em 1900 e, seguindo a máxima de que “atrás de um grande homem, existe uma grande mulher”, com ajuda de Magnólia, no dia 12 de outubro de 1902, fundava em Estrada Nova, município de Itaocara, o Colégio Brasil. Batalhador como sempre foi, fez ele mesmo as primeiras mesas e cadeiras de caixotes de madeira para seus seis únicos alunos.¹⁰

Em 1914, instalou-se em Niterói, ocupando uma chácara alugada de João Rodrigues Serrão, na Rua Noronha Torreção. Em 1923, obteve do prefeito Cantidiano Rosa a cessão do antigo palacete do Barão de Icaraí, na Alameda São Boaventura, onde ficava o Asilo da Velhice Desamparada. Ali, funcionaria o Colégio Brasil até se extinguir, em 1985. João Brazil é patrono da cadeira 21 da Academia Itacoarense de Letras. É patrono de escolas, ruas, biblioteca, grêmio literário e Academia de Letras em Niterói e em vários municípios do estado do Rio de Janeiro, segundo informações obtidas no livro *Escolas municipais de Niterói e seus patronos*.¹¹

A observação de Maria Consuelo Cunha Campos em “Movimento Negro no Brasil” sintetiza a visão em voga:

Embora conscientes da discriminação racial, como fato empírico, os negros do início do período pós-abolicionista e republicano, viam no estudo e no trabalho as ferramentas igualitárias, creditando a fatores voluntaristas, como o empenho em subir na vida, o peso de mola mestra desta ascensão.¹²

10 COLÉGIO BRASIL. *Família Brasil*. Niterói, 5 jul. 2012. Facebook: Colégio Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/ColegioBrasilNiteroi/posts/245397075580116>. Acesso em: 18 out. 2018.

11 WÖLBERT, Alex. O Brasil de João. *SIM São Gonçalo*, São Gonçalo, 4 jun. 2014. Disponível em: <https://simsaogoncalo.com.br/educacao/o-brasil-de-joao/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

12 CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Movimento negro no Brasil. *Diálogos Latino Americanos*, Aarhus, n. 7, p. 56-80, 2003. p. 72.

Considerações sobre a Era Vargas

A Era Vargas lançou as bases para a evolução do Brasil de uma nação puramente agrícola para uma nação agroindustrial, objetivando inclusive a substituição de importações.

As ações referentes ao campo da ciência e da tecnologia estabeleceram as bases para o seu desenvolvimento posterior, implementando diferentes códigos, a exemplo do Código das Águas, estruturando as relações de trabalho, inclusive com decreto obrigando a que 2/3 dos trabalhadores fossem brasileiros.

Convém destacar a evolução do sistema de radiodifusão, que permitiu a veiculação de notícias para o Brasil como um todo com velocidade e que causou substancial mudança no cotidiano da sociedade brasileira. Obteve, dos Estados Unidos, as condições para implantação da CSN. Na área fabril, além da produção de bens de consumo, houve a continuação da fabricação de navios e produção de pequenas aeronaves.

Se, do lado social, houve inegavelmente alguns avanços, do lado político, houve retrocessos e dura repressão aos Movimentos Comunista (1935) e Integralista (1937), culminando com a implantação do Estado Novo.

Assinalam-se a edição da CLT e a instituição do salário mínimo.

A SEGUNDA REPÚBLICA

A Segunda República iniciou-se com a eleição do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, apoiado nas bases de Getúlio Vargas e derrotando os candidatos da oposição. Eurico Dutra, do Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), obteve 55,4% dos votos, e os seus principais adversários foram Eduardo Gomes, da UDN e Partido Libertador (PL), com 34,7%; e Yedo Fiúza, do PCB, com 9,7%.

O governo de Eurico Dutra foi caracterizado por um alinhamento com o governo estadunidense, registrando-se a cassação do PCB, posto na ilegalidade, e o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Na economia, houve um aumento significativo na importação de bens de consumo, principalmente dos Estados Unidos, reduzindo drasticamente as reservas cambiais do país. A reserva disponível, que era de 708 milhões de dólares (valores da época), obtida pelo aumento das exportações provocadas pela guerra, foi reduzida para perto de 28 milhões em apenas um ano. Suas ações provocaram a desaceleração da indústria nacional e um considerável crescimento da dívida externa. Posteriormente, buscou contrabalançar algumas das suas ações com medidas que facilitavam a importação de maquinário.

Ao governo Dutra, sucedeu Getúlio Vargas (PTB), reconduzido à presidência da República por sua vitória na eleição de 1950 (48%), e seus principais adversários foram Eduardo Gomes (UDN e PL), com 29%, e Cristiano Machado (PSD), com 21,5%. O seu governo

foi caracterizado por uma política econômica de desenvolvimento de tendência nacionalista, buscando atender às necessidades sociais e de crescimento nacional com o desenvolvimento industrial, envolvendo a participação do Estado.

As limitações impostas pelo legado do governo Dutra, a pressão inflacionária e a acirrada oposição da UDN e dos militares não impediram Vargas de agir internamente. Assim, seu governo sancionou uma nova lei do salário mínimo, com o aumento que elevava aproximadamente seu valor para quatro vezes o nível existente, e revogou a medida do governo Dutra que exigia atestado ideológico para os sindicatos. Criou alguns órgãos públicos importantes para o Brasil, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Plano do Carvão Nacional, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e, após uma grande campanha, a Petrobrás.

A continuada oposição e as denúncias envolvendo auxiliares próximos, logo após o atentado da Rua Toneleros contra o jornalista Carlos Lacerda, levaram Vargas ao isolamento político e ao suicídio em 24 de agosto de 1954. Substituiu Vargas o seu vice-presidente João Café Filho.

Nas eleições de 1960, foi eleito presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD e PTB) com 35,7% de votos, e seus principais adversários foram Juarez Távora (UDN e PL), com 30,3%, e Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), com 25,8%. O governo de Juscelino Kubitschek iniciou-se com o propósito de realizar um ambicioso plano de investimentos setoriais para o desenvolvimento e a modernização do Brasil, no sentido de dar continuidade à política de substituição das importações, eliminar gargalos de infraestrutura e transferir a capital federal.

O seu plano de metas constituiu-se no maior conjunto planejado de investimentos até então conhecido. O referido plano abrangia o setor de transportes, o setor de energia, as indústrias

de base, a educação e o setor de alimentação. Ao chegar ao poder, Juscelino encontrou um país empobrecido e com uma população rural de 60%. Apresentou logo de início o seu plano de metas, que objetivava “crescer 50 anos em 5”. O seu ambicioso plano contemplava os setores de energia, educação, transportes, alimentação e indústrias de base, entre outros, além da transferência da capital do país para o Planalto Central.

O seu governo, apesar de dificuldades inflacionárias e de forte oposição militar – os militares tentaram dois golpes –, Juscelino levou a bom termo o planejado, superando, inclusive, no setor de transportes, as metas inicialmente fixadas. Para obter recursos que o levassem ao cumprimento de suas metas, facilitou investimentos estrangeiros na indústria automobilística, além de desenvolver as áreas siderúrgicas, naval e de transportes aéreos e ferroviários. No dia 21 de abril de 1960, Brasília foi inaugurada.

Nas eleições de 1960, elegeu-se presidente da República Jânio Quadros – UDN, PL e Partido Democrata Cristão (PDC) –, com 48,3% dos votos, sendo seus principais adversários: Henrique Lott (PSD e PTB), com 32,9%, e Adhemar de Barros (PSP), com 18,8%. Para a vice-presidência, foi eleito João Goulart (PSD e PTB) com 41,6% de votos, tendo Juscelino transmitido o cargo a Jânio Quadros em janeiro de 1961, em Brasília.

Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, assumiu a presidência e iniciou seu governo com uma série de medidas de cunho administrativo e moralizador. Os apoios ao seu governo eram provenientes dos políticos que representavam a elite do país, ou seja, aquela classe social que sempre foi alvo das críticas do próprio Jânio. Na política internacional, adotou uma postura terceiro-mundista, nomeou um embaixador negro para Gana, chegou a condecorar um dos líderes da Revolução Socialista Cubana, Ernesto “Che” Guevara, com a Medalha Cruzeiro do Sul em agosto

de 1961. Na área econômica, Jânio foi conservador, adotando à risca as medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A 25 de agosto de 1961, com o vice-presidente João Goulart, em visita à China comunista, Jânio Quadros renunciou a presidência da República. Os ministros militares e segmentos das Forças Armadas, desrespeitando a Constituição, se insurgiram contra a posse de João Goulart, alegando que este tinha vínculos com políticos do PCB e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no que foram secundados por parte do Congresso Nacional. A reação contra a ameaça à posse de Goulart teve início no Rio Grande do Sul, liderada pelo governador Leonel Brizola, cunhado de Jango, e contou com o apoio do III Exército comandado pelo general Machado Lopes. Esse movimento ficou conhecido como “Rede da Legalidade”, pois contou com o apoio e a divulgação por mais de uma centena de emissoras de rádio no país. João Goulart deixou a China rumando para o Uruguai, onde aguardou, em Montevideú, o desenrolar da crise. Encontrou-se uma solução conciliatória, e João Goulart assumiu a presidência da República com poderes restritos, com um regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro o político do PSD mineiro Tancredo Neves. João Goulart retomou seus plenos poderes após o plebiscito de janeiro de 1963.

Apesar das condições de oposição acirrada e da inflação em alta, Goulart lançou o Plano Trienal, elaborado pela equipe do economista Celso Furtado, que objetivava proceder a reformas estruturais no país. Esse plano previa a redução do déficit público e a manutenção da política desenvolvimentista. As reformas estruturais compreendiam as áreas seguintes: bancária, fiscal, eleitoral, urbana, da educação e agrária. Esse conjunto ficou conhecido como as Reformas de Base.

Merecem destaque na reforma da educação os propósitos de valorização do magistério e do ensino público, em todos os níveis, além do combate ao analfabetismo com a utilização de experiências

inovadoras, como o método Paulo Freire. A Reforma Agrária, além de propor o estatuto do trabalhador rural, previa a desapropriação das áreas rurais inexploradas situadas às margens de rodovias ou ferrovias federais e estaduais e as que margeavam açudes e obras de irrigação ou drenagem, em que houve beneficiamento ou recuperação com recursos oriundos do tesouro nacional. O projeto propunha o pagamento das terras desapropriadas em títulos da dívida pública, enquanto a Constituição de 1946 previa o pagamento em dinheiro, havendo, pois, necessidade de reforma constitucional.

O uso da terra nos eixos ferroviários e rodoviários lembra o plano proposto em 1874, no Brasil Império, por André Rebouças, que constou da mensagem de Sua Majestade D. Pedro II no ano do seu destronamento. O decreto de 13 de março de 1964 desapropriou essas terras.

Houve, em seguida, a Revolta dos Marinheiros e a Marcha com Deus pela Família. Os militares se movimentaram e, em 1º de abril de 1964, Jango retornou a Brasília, voou no mesmo dia para o Rio Grande do Sul e se recusou a oferecer resistência para evitar uma guerra civil. O movimento contra João Goulart teve apoio estadunidense, e estava encerrada a Segunda República.

CRONOLOGIA DA SEGUNDA REPÚBLICA

- 1946 – É promulgada a Constituição da República e início do governo Dutra;
- 1947 – O governo Dutra decreta a extinção do Partido Comunista;
- 1949 – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF);
- 1950 – Criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA) e do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e início de operação da Refinaria de Mataripe, Bahia;

- 1951 – Inauguração da Rodovia Presidente Dutra. Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Getúlio Vargas, por eleições populares, retorna à presidência da República;
- 1952 – Criação do BNDE;
- 1953 – O governo Vargas cria a Petrobrás. Ocorre o primeiro curso de Engenharia de Petróleo na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- 1954 – O governo concede aumento de 100% aos assalariados. Em 24 de agosto, o presidente Vargas comete suicídio;
- 1955 – Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República. Ocorre o Movimento do Marechal Teixeira Lott para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek;
- 1956 – Juscelino, com seu plano de metas, empreende diversas realizações desenvolvimentistas. Há tentativa de golpe militar contra o governo Juscelino Kubitschek – Revolta de Jacareacanga. Criada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
- 1959 – Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, em dezembro, há Revolta Militar de Aragarças;
- 1960 – Inauguração de Brasília. Jânio Quadros é eleito presidente da República;
- 1961 – Jânio Quadros realiza um curto período de governo, renunciando a presidência em 25 de agosto de 1961. Militares tentam impedir a posse de João Goulart. O vice-presidente João Goulart assume sob o regime parlamentarista;
- 1962 – O governo João Goulart cria a Eletrobrás;

- 1963 – Plebiscito popular aprova o retorno ao sistema presidencialista. Criação da Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da UFRJ. Conclusão e pavimentação da estrada Rio – Bahia (BR 116);
- 1964 – Um golpe militar depõe João Goulart da presidência da República.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Durante a Segunda República, foram criadas várias instituições de suporte à pesquisa e ao desenvolvimento: CBPF, ITA, CTA, INPE, CNPq, BNDE, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Centro de Aperfeiçoamento de Pesquisa em Petróleo (Cenap), Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes) e CNEN.

A criação da Petrobrás, da Eletrobrás e do plano de metas do governo Kubitschek proporcionou a ampliação de trabalhos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento e possibilitou a implantação de empresas nas áreas de engenharia, o desenvolvimento de mão de obra qualificada e especializada, o início da realização de projetos básicos em processos industriais e o forte incremento das indústrias de bens de capital, especialmente após o ano 1950.

Quanto ao ensino na área tecnológica, vale observar que, até 1950, o Brasil dispunha de 16 escolas de engenharia, atingindo o número de 28 escolas em 1960 e, em 1964, esse número chegou a 41 escolas.

AS ARTES

O período de 1946 a 1964 foi de efervescência. Malgrado a Guerra Fria, houve avanços na área da medicina, como a descoberta da vacina contra a paralisia infantil. Avanços nas telecomunicações,

o lançamento do Sputnik, campanhas cívicas como o “Petróleo é nosso”, a mudança da capital para Brasília, a mudança do Brasil de nação rural para urbana e os movimentos operários, camponeses e estudantis deram ao período a sensação de mudança, da gestação de uma nova nação, mais justa e mais fraterna. Esses fatos repercutiram em vários segmentos das artes.

Literatura

A literatura teve um período rico em várias áreas; desde o jornalismo com Joel Silveira, as crônicas de Rubem Braga, Nelson Rodrigues e Millor Fernandes, as sátiras de Stanislaw Ponte Preta, os artigos de Hélio Fernandes, Carlos Lacerda e Samuel Wainer, as obras de Jorge Amado e Erico Veríssimo, a crítica acerca de Agripino Greco, as obras de Oto Maria Carpeaux. Posteriormente, Fernando Sabino, Carlos Heitor Cony e de tantos outros escritores ilustres na prosa. Na poesia: Cecília Meireles, Paulo Mendes Campos, Solano Trindade, Vinicius de Moraes, Mario Quintana, Ledo Ivo e uma plêiade de poetas; as reflexões histórico-sociais de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Josué de Castro e outros. Dentre todos os expoentes da literatura, alguns nomes merecem especial menção: Guimarães Rosa e Clarice Lispector na prosa e João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade na poesia.

Além da literatura em geral, houve um grande esforço editorial da Editora Civilização Brasileira que publicou várias obras de vulto e incontáveis obras de difusão das ideias: os Cadernos do Povo Brasileiro. Antes do final da Segunda República, a Civilização Brasileira chegou a editar mil títulos em apenas um único ano!

Música

No início da Segunda República, desponta a música nordestina representada por Luiz Gonzaga e a permanência das canções de Dorival Caymmi. Os sucessos eram divulgados pelas emissoras de rádio e retransmitidos nos bairros periféricos e nas feiras livres em cidades do interior por serviços de alto-falantes.

Era a época do domínio do rádio pelos programas de auditórios, nos quais se apresentavam cantores populares, tais como Sylvio Caldas, Carlos Galhardo, Francisco Alves, Cauby Peixoto e Nelson Gonçalves; cantoras de grande sucesso, a exemplo de Linda Batista, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba, Elizeth Cardoso, Ângela Maria; e os sambas de Moreira da Silva, Jorge Veiga, Aaulfo Alves, Mário Lago e Ary Barroso. Era, então, o domínio das estações de rádio, sobretudo da Rádio Nacional, Tupy, Tamoio e diversas outras.

No final dos anos 1950, surgiu a bossa nova, marcada pela influência do *jazz* e com refinada elaboração musical. Era o período das presenças marcantes de Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes com a figura de João Gilberto. Paralelamente, Juca Chaves elaborava músicas líricas bem elaboradas, mas se destacava nas músicas satíricas, tais como “Presidente bossa nova”, descrevendo e/ou ironizando as posturas do presidente Juscelino Kubitschek.

Nesse mesmo período, outra corrente musical, inspirada no *rock* internacional, veio a aparecer: a denominada Jovem Guarda, contando com Erasmo Carlos, Roberto Carlos, Rita Lee e Raul Seixas.

No início dos anos 1960, surgiu o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, com ele, o engajamento social, despontando grandes nomes da Música Popular Brasileira (MPB), tais como Chico Buarque, José Carlos Capinam, Gilberto Gil, Caetano Veloso, e o MPB-4. As músicas de vários estilos – sertanejo, serestas, sambas, sambas-canções e marchas – continuam

a ser produzidas por diversos compositores, a exemplo de Lupicínio Rodrigues, Ataulfo Alves, Mário Lago e muitos outros.

Na música erudita, o marco foi o manifesto assinado por Claudio Santoro, Guerra Peixe, Eunice Catunda e Edino Krieger, que objetivava dar continuidade ao trabalho com a MPB a partir do instrumental de Hans-Joachim Koellreutter.

O maestro Koellreutter, chamado à Bahia pelo reitor Edgar Santos, fundou e dirigiu, em 1954, os Seminários Internacionais de Música, em Salvador. Criou setores de comunicação e percepção auditiva, de *jazz* e música popular e experimental. Esses seminários deram origem à atual Escola de Música da UFBA, que veio a se tornar uma das mais importantes escolas de música do país. Entre outras ações, Koellreutter promoveu a vinda do maestro e compositor Walter Smetak, o qual veio a criar vários instrumentos musicais inovadores, radicando-se na Bahia.

A divulgação da música erudita, além dos programas das diversas instituições musicais em todos os estados da Federação, tinha ainda o trabalho do maestro Eleazar de Carvalho nos *Concertos para a Juventude*, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que possuía várias orquestras e maestros, como Radamés Gnattali, Leo Peracchi e outros que apresentavam semanalmente um programa de música erudita. Também faziam difusão da música erudita a Rádio Ministério da Educação e Cultura e a Rádio Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, além de emissoras nas diversas capitais dos estados do Brasil, e de trabalhos como o de Hekel Tavares, autor de mais de 100 músicas, de 1949 a 1953, percorrendo quase todo o país em missão especial do então Ministério da Educação e Saúde Pública, pesquisando motivos folclóricos que utilizaria em diversas obras, como no poema sinfônico *O Anhanguera* – com argumento de sua esposa, Marta Dutra Tavares, e poemas de Murilo Araújo – e também toadas sertanejas, maracatus etc.

Pintura

A pintura brasileira na Segunda República deu continuidade às manifestações modernistas e nacionalistas anteriores, mas apresentou também pinturas paisagísticas, primitivistas e abstracionistas, destacando-se nessa última linha Antônio Bandeira. Nas linhas modernistas nacionalistas, temos as continuções de Portinari e de Di Cavalcanti, nas marinhas Pancetti e na arte primitiva Heitor dos Prazeres. Deve-se, ainda, assinalar a arte da gravura, em que, entre vários trabalhos de qualidade, destacaram-se os de Aldemir Martins e Maria Bonomi. Na Bahia, particularmente, notáveis pintores surgiram, a exemplo de Carlos Bastos, Caribé, Genaro de Carvalho, Calasans Neto, Sante Scaldasferri, entre outros.

Escultura

Os escultores brasileiros da Segunda República trabalharam com técnicas e materiais diversos. Nesse período, destacaram-se as obras de Bruno Di Giorgi e os trabalhos de Frans Krajcberg, Francisco Brennand e Mário Cravo Jr.

Teatro

A profícua convivência de atores, diretores e técnicos emigrados dos países europeus, face à Segunda Guerra Mundial – muitos dos quais, findada a guerra, aqui permaneceram –, resultou em importante intercâmbio com jovens atores brasileiros, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os europeus, podem-se citar: Ziembinski, Henriette Morineau, Gianni Ratto, Adolfo Celi e outros. Jovens atores brasileiros, a exemplo de Cacilda Becker, Cleide Yaconis, Maria Della Costa, Tônia Carrero, Fernanda Montenegro, Walmor Chagas, Sérgio Cardoso, Paulo Autran e

outros, tiveram a oportunidade de sofrer benéfica influência dos artistas europeus. Ainda nessa época, houve o Teatro Universitário, em São Paulo, com as figuras de Nathalia Timberg, Sergio Brito e Fernando Torres. Quanto a autores, além dos já conhecidos Oswald de Andrade e Joracy Camargo, surgiram: Nelson Rodrigues, Jorge de Andrade, Pedro Bloch, Silveira Sampaio e outros.

Paralelamente, continuava o teatro de revista em plena atividade durante os anos 1950 e parte dos anos 1970, quando surgem o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, em São Paulo, despontando vários atores, a exemplo de Gianfrancesco Guarnieri.

O advento do CPC da UNE, por sua vez, centra a atenção sobre temas sociais, e surgem grupos de teatro amadores em todo o país, tais como o Teatro Vila Velha, em Salvador, Bahia, revelando outros autores, atores e diretores, entre os quais: Oduvaldo Viana Filho, Othon Bastos, Jurema Pena, José Celso Martinez, entre vários outros.

Uma das peças mais encenadas no Brasil foi o monólogo de Pedro Bloch *As mãos de Eurídice*, frequentemente interpretado pelo ator Rodolfo Mayer. Merece menção Dias Gomes, que escreveu várias peças para o teatro, mas, posteriormente, dedicou a maior parte do seu tempo a adaptações de peças para o rádio e a televisão.

Fotografia

A fotografia no Brasil, originada na época imperial, apresentou trabalhos de alta qualidade no final do Império e durante a Primeira República, tais como os de Militão Augusto de Azevedo e Marc Ferrez.

Na Era Vargas, houve o surgimento dos clubes de fotografia, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, destacando-se nesta última o Foto Cine Clube Bandeirantes.

No final da década de 1940 e durante a década de 1950, houve uma forte expansão do fotojornalismo, mormente nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Foi a época de fotógrafos como Jean Mazon, Luiz Carlos Barreto, Flávio Damm, Indalécio Wanderley e outros. Foi também a época de Pierre Verger e Marcel Gautherot. Essa linha de atuação iria formar outros fotógrafos de alto nível, sendo que alguns deles viriam a apresentar uma conotação social às suas obras, como foi o caso de Sebastião Salgado e outros, como Pierre Verger.

Cinema

O cinema brasileiro na Segunda República buscou se afirmar através de diferentes iniciativas, tendo sempre encontrado dificuldades na distribuição dos filmes produzidos num mercado fortemente dominado pela cinematografia estadunidense.

No final dos anos 1940, surgiu a ideia de produzir filmes com temas nacionais e utilizando as melhores técnicas mundiais disponíveis, tendo assim surgido a Vera Cruz, em São Paulo, com uma estrutura de estúdios bem montada, equipamentos e técnicos de alta qualidade e tendo produzido mais de 18 filmes até 1959. Entretanto, especialmente devido aos problemas de distribuição, a Vera Cruz veio a vender os direitos do seu sucesso mundial *Os cangaceiros* à Columbia Pictures, encerrando as suas atividades em 1959.

Uma outra alternativa foi seguida pela Atlântida Cinematográfica, no Rio de Janeiro. Embora tivesse uma infraestrutura modesta, a Atlântida conseguiu manter um fluxo de produção cinematográfica constante e do agrado da maioria da população, mesmo sendo rejeitada pelos críticos de cinema. Ao se associar com Luiz Severiano Ribeiro, proprietário do maior circuito exibidor de filmes, teve aumentada a popularidade de seus filmes e a sua bilheteria, assegurando, desse modo, a sua sobrevivência.

A partir da metade dos anos 1950, influenciada pelo neorealismo italiano, surgiu uma outra linha na produção cinematográfica, que gerou filmes, tais como: *Rio 40 graus* de Nelson Pereira dos Santos; *Bahia de Todos os Santos*, de Triguinho Neto; e o filme de Glauber Rocha, *Barravento*. Assinala-se, ainda, a produção *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, que recebeu o troféu Palma de Ouro no Festival de Cannes.

Como consequência do movimento do CPC da UNE, surgiu uma nova linha: a do “cinema comprometido” com um forte viés político social. São dessa época: *Os fuzis*, de Ruy Guerra; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; e *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos.

O golpe militar de 1964 provocou, naturalmente, várias mudanças na abordagem da produção de filmes.

ECONOMIA

A volta do regime democrático em 1946 trouxe o governo Dutra, cujas diretrizes econômicas eram geradas pelo Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Salte). O governo Dutra foi marcado pela política de não intervenção estatal na economia, pela liberdade de ação do capital estrangeiro e pela livre importação de bens de consumo.

Essa política provocou o esvaziamento das reservas de divisas estrangeiras acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial e, o que é pior, levou ao desaparecimento de segmentos da indústria brasileira que não tinham como concorrer com produtos estadunidenses, cujos preços eram subsidiados. Um caso lamentável foi o caroá, que não suportou os valores das primeiras fibras sintéticas produzidas nos Estados Unidos, o *nylon* e o *rayon*, aqui vendidos a preços extremamente baixos, provocando a falência de diversas fábricas na Paraíba, em Pernambuco e na Bahia, além da perda da tecnologia de fabricação de tecidos finos com a fibra do caroá.

Face ao impacto desastroso no caso da fibra do caroá, mister se faz uma retrospectiva. O início de 1917 foi marcado pelo aproveitamento da fibra, entrando em produção industrial a partir do ano de 1935. As fibras do caroá ocuparam um espaço econômico importante na primeira metade do século passado no Nordeste brasileiro, tendo o auge do seu desenvolvimento nos anos 1940 e um rápido e fatal declínio na década seguinte. Os dados técnicos e as experiências com o caroá comprovam as qualidades do seu fio.

Sobre esse tema, disse o engenheiro Manoel Bomfim Ribeiro, no seu livro *A potencialidade do semi-árido brasileiro*:

O Caroá no estado nativo ocupa no Nordeste brasileiro a zona tórrida da caatinga, cuja extensão, na Bahia é de 380.000 km² e em confronto com os estados vizinhos tem perto de 800.000 km², conforme os dados do Ministério da Agricultura. A fábrica de Fiação, Cordoalha e Tecelagem em Caruaru, PE da firma J. Vasconcelos & Cia foi a primeira a fabricar o linho de Caroá com lindas padronagens e que vestiu todo o Nordeste. Firma já tradicional de tecidos de algodão, iniciou o fabrico com o Caroá em 1935 chegando a beneficiar 1.000 toneladas por ano. No início da década de 50 veio o débacle provocado pelo nylon sintético importado dos EUA. Os preços da nossa fibra vegetal foram a zero com o nylon e o rayon a custos baixíssimos propositadamente imposto pela diplomacia comercial americana. As fábricas paralisaram suas atividades, não podiam competir. Cerca de 2.000 máquinas desfibradoras, que descorticavam 50 a 60 toneladas por dia, foram abandonadas...

Todo este patrimônio veio abaixo e o catingueiro não mais arrancou o Caroá, procurando, naturalmente, sobreviver com outras ocupações como a extração do látex da maniçoba, da cata de resina do angico ou do plantio do algodão mocó. Quando os tecidos importados restabeleceram os preços normais de mercado, sem subsídios, dez ou doze anos depois, já haviam desarticulado a economia do Caroá do nosso sertão. Foi um fato bem semelhante a guerra da fábrica de linhas de

algodão de Delmiro Gouveia com a Machine Cottons. Comprada, os equipamentos foram quebrados e jogados na Cachoeira de Paulo Afonso.¹

O professor Leopoldo Afrânio do Amaral, ex-interventor da Bahia, em carta datada de 1931 ao presidente Getúlio Vargas, dizia sobre o caroá: “A vantagem desta fibra sobre as demais, dentre elas a juta, é que ela se presta, com extraordinário êxito, à passamanaria, à indústria de celulose, confecção de tecidos e ao fabrico da seda vegetal”.²

O uso do caroá era bastante difundido, principalmente para fabricação de ternos, conforme mostra o anúncio do jornal do Rio de Janeiro de 17 de dezembro de 1946.

Figura 4 – Anúncio de fabricação de terno de caroá

Caroá!!

Brim CAROA' para ternos
de homem !

CAROA' é o linho do Bra-
sil ! Visitem as grandes
exposições de brim CAROA',
no amplo primeiro andar da

CASA

BARBOSA FREITAS

AVENIDA RIO BRANCO, 136

Fonte: *Diário da Noite* (1946, p. 7).³

1 RIBEIRO, Manoel Bomfim. *A potencialidade do semi-árido brasileiro*. Brasília, DF: Edição do Autor, 2007. p. 124-125.

2 *Ibid.*, p. 123.

3 DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: [s. n.], 17 dez. 1946.

Embora com ações que comprometeram o desenvolvimento estrutural brasileiro, o governo Gaspar Dutra obteve alguns bons resultados. Assim, houve a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, ampliação do porto do Rio de Janeiro, construção de 50 mil casas populares, construção do oleoduto Santos – São Paulo e construção de duas refinarias, na Bahia e em São Paulo.

Quando Getúlio Vargas chegou ao poder, encontrou alguns problemas que dificultavam o desenvolvimento do Brasil. Entre as principais limitações, encontravam-se: falta de energia elétrica, baixa produção de petróleo, rede de transporte deficiente e rede de comunicação precária. Ao chegar ao governo, Vargas trazia consigo os objetivos de: industrialização dos produtos agrícolas, expansão das indústrias de base e exploração dos recursos naturais por capitais brasileiros, o que levou, em consequência, a um Estado participativo e regulador.

No seu livro *O segundo governo Vargas, 1951-1954*, Maria Celina D’Araújo diz:

Sua ênfase na industrialização recai exatamente sobre a necessidade da defesa nacional. Industrializar é, principalmente, equipar o país com indústria de base nacional, livrar o Brasil da dependência externa e de sua condição de exportador de matérias-primas. A indústria de base, peça fundamental para a defesa nacional, deverá ser implementada através da conjugação iniciativas pública e privada e de um rígido controle quanto à participação do capital estrangeiro.⁴

Quanto ao setor agrícola, ainda o principal responsável na balança exportadora, comenta:

O Brasil vive da agricultura e, no entanto, paradoxalmente, não tem agricultura no sentido elevado e amplo que se lhe dá noutros países de vasto território. Ainda não temos uma indústria

.....
4 D’ARAÚJO, Maria Celina de Soares. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p.105.

de adubos, como o café e o açúcar, que são as duas grandes culturas antigas, quase não dispomos de centros de pesquisa e de estudos capazes de orientar a produção agrícola.⁵

Getúlio Vargas teve imensas dificuldades de levar a termo o seu governo. Além de uma ferrenha oposição interna, havia dificuldades com o governo estadunidense. Sob o ponto de vista econômico, havia inflação crescente e dificuldades na balança de pagamentos. Apesar disso conseguiu, via mobilização popular, chegar à criação da Petrobrás e ao aumento significativo do salário mínimo. Suicidou-se face às pressões da época, que o queriam renunciante ou deposto, em agosto de 1954.

Após turbulências que se seguiram ao suicídio de Vargas, com governos de curta duração, chegou ao poder Juscelino Kubitschek de Oliveira, com um ambicioso plano de metas – entre elas, a transferência da capital federal.

Durante o seu quinquênio, o Brasil teve um desenvolvimento sem precedentes. Ele implantou a indústria automobilística, desenvolveu obras de infraestrutura, apesar de sofrer, mesmo antes da posse, cerrada oposição de setores civis e militares. Sob o ponto de vista industrial, a ênfase foi dada à indústria automobilística. Assinala-se que, dos 400 milhões de dólares que entraram no Brasil entre os anos de 1955 e 1959, 54% desse montante foram a ela aplicados.

O plano de metas

O plano de metas exigiu o direcionamento de investimentos para os diversos setores, conforme demonstrativos a seguir:

.....
5 D'ARAÚJO, 1992, p. 106.

Tabela 11 – Investimento requerido pelo plano de metas por setores (%)

METAS	RECURSOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, INCLUINDO OS FUNDOS ESPECIAIS		RECURSOS PRIVADOS OU PRÓPRIOS (*)	FINANCIAMENTOS PÚBLICOS (**)	TOTAL
	União	Estados			
ENERGIA	27,14	21,79	40,26	10,81	100,0
1 - Energia elétrica	28,69	37,76	18,75	14,81	100,0
2 - Energia nuclear	100,0	---	---	---	100,0
3 - Carvão mineral	58,11	13,58	25,30	---	100,0
4 - Petróleo (produção)	22,50	---	71,61	5,89	100,0
5 - Petróleo (refinação)					
TRANSPORTES	67,76	0,32	19,30	12,64	100,0
6 - Ferrovias (aparelhamento)	16,08	---	52,05	31,57	100,0
7 - Ferrovias (construção)	89,76	2,0	1,47	6,78	100,0
8 - Rodovias (pavimentação)	100,0	---	---	---	100,0
9 - Rodovias (construção)	100,0	---	---	---	100,0
10 - Portos e dragagens	81,15	---	12,57	6,28	100,0
11 - Marinha mercante	77,66	---	10,01	12,33	100,0
12 - Transportes aeroviários*	83,53	---	16,47	---	100,0
ALIMENTAÇÃO	15,03	12,47	50,32	22,18	100,0
13 - Produção agrícola, trigo	34,78	28,99	---	36,23	100,0
14 - Armazéns e silos	---	18,85	12,60	68,55	100,0
15 - Armazéns e frigoríficos	---	29,0	16,83	54,17	100,0

(conclusão)

METAS	RECURSOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, INCLUINDO OS FUNDOS ESPECIAIS		RECURSOS PRIVADOS OU PRÓPRIOS (*)	FINANCIAMENTOS PÚBLICOS (**)	TOTAL
16 - Matadouros industriais	---	---	100,0	---	100,0
17 - Mecanização agrícola	---	---	100,0	---	100,0
18 - Fertilizantes					
INDÚSTRIAS DE BASE	6,06	3,82	60,22	29,90	100,0
19 - Siderurgia	10,26	12,10	24,14	53,50	100,0
20 - Alumínio	---	---	66,22	33,78	100,0
21 - Metais não ferrosos	---	---	60,0	40,0	100,0
22 - Cimento	---	---	100,0	---	100,0
23 - Álcalis	23,08	---	---	76,92	100,0
24 - Papel e celulose	---	---	61,40	38,60	100,0
25 - Borracha	---	---	100,0	---	100,0
26 - Exportação de minério	---	---	60,0	40,0	100,0
27 - Indústria automobilística	---	---	92,02	7,98	100,0
28 - Construção naval	29,91	---	51,11	18,98	100,0
29 - Mecânica e material elétrico pesado	---	---	77,57	22,43	100,0
EDUCAÇÃO	100,0	---	---	---	100,0
30 - Formação pessoal	100,0	---	---	---	100,0
TOTAL GERAL	38,68	10,41	36,42	14,49	100,0

*Inclusive reinversões de empresas estatais ou mistas.

Do BNDE, Banco do Brasil etc. *Subvenções às Cias de Aviação.

Fonte: adaptado de Pereira e demais autores (2009, p. 9).

Tabela 12 – Plano de metas do governo Juscelino Kubitschek: investimentos

Itens/setores	Custo de bens e serviços nacionais Cr\$ X 10 ⁹ (1)	Custo de bens e serviços importados US \$ x 10 ⁶ (2)	Custo de bens e serviços importados Cr\$ x 10 ⁹ (3)	Investimento total estimado Cr\$ X 10 ⁹ (4) = (1)+(3)	% Investimento Estimado, em cruzeiros, do setor
Energia	110,0	862,2	69,0	179,0	42,4
Transporte	75,3	582,6	46,6	121,9	28,9
Alimentação	4,8	130,9	10,5	15,3	3,6
Indústria base	34,6	742,8	59,2	93,8	22,3
Educação	12,0	---	---	12,0	2,8
TOTAL	236,7	2.138,5	185,3	422,0	100,0

Fonte: Notas de aula ([200-], p. 6).

Tabela 13 – Brasil: plano de metas, previsão e resultados (1957-1961)

ITENS/SETORES	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REALIZADO/ PREVISTO %
Energia elétrica (MW)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 ton.)	1.000	230	23
Petróleo (barris/dia)	96.000	75.000	76
Refino de petróleo (barris/dia)	200.000	52.000	26
Construção de rodovias (km)	13.000	17.000	138
Pavimentação de rodovias (km)	5.000	---	---
Aço (1.000 ton.)	1.100	650	60
Cimento (1.000 ton.)	1.400	870	62
Carros/caminhões (1.000 un.)	170	133	78
Índice nacional, carros	90	75	---
Índice nacional, caminhões	95	74	---

Fonte: adaptado de Notas de aula ([200-], p. 6).

Nota: energia elétrica (1.000 KW, nacionalização, %).

Após a conclusão do mandato de Juscelino, ascendeu à presidência da República o ex-governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros. Durante o seu curto governo de caráter conservador, adotou à risca as medidas do FMI: congelou salários, restringiu créditos e desvalorizou a moeda nacional, o cruzeiro, em 100%. Porém, nenhuma dessas medidas foi suficiente para debelar a elevada inflação.

Após a renúncia de Jânio e a tentativa de golpe militar, assumiu, num país conturbado, João Goulart, que buscou fazer um governo desenvolvimentista, criando um plano trienal e propagando as denominadas Reformas de Base. O *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*, elaborado por Celso Furtado, foi adotado e conduzido pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas. Seu principal objetivo era a contenção da inflação, aliada ao crescimento real da economia, prevendo também as chamadas Reformas de Base, já anunciadas no regime parlamentarista, que incidiam sobre as estruturas agrárias, bancária, fiscal, entre outras.

Em 1963, o ministro San Tiago Dantas visitou Washington e discutiu um plano de ajuda para o Brasil e a renegociação da dívida externa. O resultado foi o empréstimo de 398 milhões de dólares, com a imediata liberação de 84 milhões, ficando o restante vinculado à realização das reformas econômicas exigidas para a estabilização da economia.

Em dezembro desse mesmo ano, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais, a obrigatoriedade das empresas com mais de 100 empregados proporcionarem ensino gratuito e o 13º salário para o funcionalismo público, instituindo, ainda, a escala móvel para o reajuste dos vencimentos. Outros atos importantes em dezembro foram a revisão de todas as concessões governamentais nas jazidas minerais, assim como o

cancelamento das concessões não exploradas no curso dos 20 anos anteriores. Outra medida do governo João Goulart foi a criação da Eletrobrás, que já era uma proposição do governo Getúlio Vargas.

No início de abril de 1964, um golpe militar depôs o presidente João Goulart.

O NEGRO NA SOCIEDADE DA SEGUNDA REPÚBLICA

Não houve substanciais alterações nas condições de inserção do negro na sociedade brasileira na Segunda República. Ao contrário, houve acirramento de manifestações de caráter racista, principalmente nas maiores cidades. O mito da democracia racial brasileira veio então a ser exposto, resultando, no início dos anos 1950, na aprovação da Lei Afonso Arinos, cujo teor é explicitado a seguir.

A Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951) foi proposta pelo deputado Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951. Em linhas gerais, a lei estatui que a discriminação racial representa uma contravenção legal, proibindo tal discriminação no Brasil. Foi o primeiro código brasileiro a incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça e cor da pele. A seguir, o texto em pauta:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único. Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito

de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art.3º Recusar a venda de mercadorias e em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias três meses ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor. Pena: perda do cargo, depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente de repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º Negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada; perda do cargo para

o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento por prazo não superior a três meses.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951; 13º da Independência e 63º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima⁶

Na Constituinte de 1946, houve dois constituintes negros, ambos pelo PCB – liderado por Luís Carlos Prestes: Carlos Mari-ghela (Bahia) e Claudino José da Silva (Rio de Janeiro).

Personalidades negras notáveis

Alberto Guerreiro Ramos

Nasceu em Santo Amaro da Purificação, em setembro de 1915, e faleceu em Los Angeles, em 1982. Foi um sociólogo e político brasileiro com contribuições de destaque na ciência social no Brasil. Em 1956, Pitirim Sorokin, analisando a situação da sociologia na segunda metade do século XX, incluiu Guerreiro Ramos entre os autores que contribuíram para o progresso da disciplina. Guerreiro Ramos foi deputado federal pelo Rio de Janeiro e membro da delegação do Brasil junto à Organização das Nações Unidas

.....
6 BRASIL. *Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951*. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Brasília, DF: Senado Federal, 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1390.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.

(ONU). Foi autor de dez livros e de numerosos artigos, muitos dos quais têm sido publicados em inglês, francês, espanhol e japonês. Em 1942, diplomou-se em Ciências pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito na mesma cidade. Foi professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e dos cursos de Sociologia e Problemas Econômicos e Sociais do Brasil, promovidos pelo Dasp. Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, foi seu assessor. Em seguida, atuou como diretor do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Ingressou na política partidária em 1960, quando se filiou ao PTB, a cujo diretório nacional pertenceu. Na eleição de outubro de 1962, candidatou-se a deputado federal pelo estado da Guanabara, na legenda da Aliança Socialista Trabalhista, formada pelo PTB e o PSB, obtendo apenas a segunda suplência. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de agosto de 1963 a abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1.

Nelson de Souza Carneiro

Nasceu em abril de 1910 na cidade de Salvador, Bahia, e faleceu em fevereiro de 1996 em Niterói, Rio de Janeiro. Político de destaque, inclusive ocupando a presidência do Senado Federal, destacou-se por sua larga atuação parlamentar em defesa da causa do divórcio, aprovada em 1977, mas por ele defendida desde o início dos anos 1950. Iniciou sua vida pública como repórter em *O Jornal* – ligado à oposição democrática na Bahia, em 1929. Advogado formado na Faculdade de Direito da UFBA em 1932, foi preso ao apoiar a Revolução Constitucionalista contra os esbirros de Getúlio Vargas, cumprindo pena no Rio de Janeiro, então capital do

país. Com a redemocratização do país em 1945, filiou-se à UDN e disputou uma vaga na Assembleia Constituinte destinada a elaborar a nova Constituição, ficando apenas na suplência. Convocado para exercer o mandato parlamentar em abril de 1947, foi reeleito em 1950 numa coligação com o antigo PSD. No ano seguinte, apresentou seu primeiro projeto divorcista e um outro desígnio que igualava a mulher casada ao marido, protagonizando debates acerbos com o padre Arruda Câmara, frontal adversário de tais inovações. Já filiado ao PL, não foi reeleito em 1954, derrota atribuída à firme oposição da Igreja Católica às teses encampadas por Carneiro. Em 1958, Nelson Carneiro transferiu-se para o Rio de Janeiro com o fito de concorrer às eleições pelo então Distrito Federal, apostando que um eleitorado de perfil menos conservador assimilaria suas propostas. Foi eleito deputado federal pelo PSD em 1958 e, a partir de 21 de abril de 1960, passou a representar a Guanabara, sendo reeleito em 1962.

Foi o autor da emenda que instituiu o parlamentarismo no Brasil, de modo a assegurar a posse do vice-presidente João Goulart na presidência, desde que o governo estivesse nas mãos de um primeiro ministro – neste caso, o mineiro Tancredo Neves. Com a adoção do bipartidarismo, ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo eleito deputado federal em 1966. Eleito senador pela Guanabara em 1970, passou, então, a representar o Rio de Janeiro após a fusão entre essas unidades federativas, a partir de 15 de março de 1975, face lei sancionada pelo presidente Ernesto Geisel. Membro da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988, foi eleito presidente do Senado Federal no ano seguinte.

Abdias do Nascimento

Nasceu em Franca, São Paulo, em março de 1914 e faleceu no Rio de Janeiro em maio de 2011. Foi poeta, ator, escritor, dramaturgo,

artista plástico, professor universitário, além de político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Foi professor emérito na Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, e professor titular de 1971 a 1981, fundando a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto-Riqueños. Atuou como conferencista visitante na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale e foi professor convidado do departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ifé, na Nigéria. Criou, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Considerado um dos maiores expoentes da cultura negra no Brasil e no mundo, fundou entidades pioneiras, como o citado TEN, o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro). Foi um idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais, como a FNB, a Negritude e o Pan-Africanismo.

Solano Trindade

Nasceu em Recife, em julho de 1908, e faleceu no Rio de Janeiro em fevereiro de 1974. Foi um poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo, cineasta e militante comunista. Filho do sapateiro Manuel Abílio Trindade, foi operário, comerciário e colaborou na imprensa. No ano de 1934, idealizou o I Congresso Afro-Brasileiro no Recife, Pernambuco, e participou, em 1936, do II Congresso Afro-Brasileiro em Salvador, Bahia. Mudou-se para o Rio de Janeiro nos anos 1940 e logo depois para São Paulo, onde passou a maior parte de sua vida no convívio de artistas e intelectuais. Participou de um grupo de artistas plásticos com Sakai de Embu, ao qual integrou, na produção artística, a cultura negra e tradições afrodescendentes. O poeta foi homenageado com o

nome em uma escola e uma rua na região central do município. Escreveu vários livros, entre eles: *Poemas de uma vida simples*, Rio de Janeiro, de 1944; *Cantares ao meu povo*, São Paulo, de 1963; e *Poemas antológicos*, de 2007.

Raymundo Souza Dantas

Nasceu em Estância, Sergipe, em 11 de janeiro de 1923, e faleceu no Rio de Janeiro em 2002. Foi escritor e diplomata brasileiro, embaixador do Brasil em Gana e na Argentina. Nomeado por Jânio Quadros, foi o primeiro embaixador negro brasileiro. Era filho de mãe lavadeira e pai pintor de paredes, ambos analfabetos. Entrou aos seis anos de idade para a escola pública, na qual permaneceu por pouco meses. Entre os 10 e 12 anos de idade, aprendeu vários ofícios, entre os quais o de aprendiz de ferreiro e de marceneiro. Ainda na adolescência, exerceu a função de entregador de embrulhos de uma casa comercial em Estância e, aos 16 anos, foi trabalhar numa tipografia.

Trabalhou no jornal *A Estância*, contratado para movimentar a impressora, distribuir jornais aos domingos para assinantes e fazer entrega das obras que ali eram executadas; permaneceu nessa atividade por quase dois anos. Estreou no mensário denominado *Símbolo*, com a ajuda do então estudante de Direito Armindo Pereira, um dos diretores da publicação. Residindo em Aracaju, trabalhou nas oficinas do Correio de Aracaju, época em que ouvia várias leituras de textos de Jorge Amado, Machado de Assis e Marques Rebelo feitas pelo amigo Barbosa, um amante da literatura moderna. Dessa forma, ganhou gosto pelos livros.

Em 1941, aos 18 anos, a bordo de um navio do Lloyd Brasileiro, chegou ao Rio de Janeiro e, de imediato, passou a vender maçãs e peras para um barraqueiro, mas não tinha jeito, não sabia fazer contas e foi despedido. Na capital federal, graças ao jornalista Joel

Silveira, trabalhou como contínuo no semanário político-literário *Diretrizes* para apanhar nos cinemas e teatros cariocas a programação do dia e outros materiais. Em 1942, começou a ler com dificuldade os textos de Graciliano Ramos, José Lins do Rego, José Américo e Érico Veríssimo e passou a colaborar nas revistas *Vamos Ler* e *Carioca*. Trabalhou como revisor na casa editora de livros infantis e no *Diário Carioca*. Em 1944, durante período de três meses, escreveu seu primeiro livro, o romance *Sete palmas de terra*, escrito numa linguagem simples e pontado por muitas das recordações de Estância.

Os anos de 1945 e 1946 foram decisivos para Raimundo, pois tomou parte num congresso de negros, começou a aprender o francês e iniciou seu segundo romance, *Solidão nos campos*, muito diferente do primeiro, em que narra a experiência da formação de um homem fraco pelas suas paixões, que não sabe como enfrentar os momentos decisivos. Em fins de 1947, descobriu os autores católicos e começou a escrever a novela *Vigília da noite*, que é a história de um homem que vive em completa ausência de Deus, voltado exclusivamente para a satisfação de seus instintos, na procura dos alimentos para a sua vida herética. O livro foi concluído em 1948 e publicado no ano seguinte. Em 1949, publicou mais um livro, *Um começo de vida*, para Campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde, com tiragem de 20 mil exemplares, no qual relata toda a sua trajetória de vida. Raimundo Souza Dantas colaborou em vários jornais e revistas: *Dom Casmurro*, *Vamos Ler*, *A Noite*, *Leitura*, *Diário Carioca*, *Revista Branco Boletim Bibliográfico Brasileiro*, *Brasil Açucareiro*, dentre outros. Em julho de 1961, no governo do presidente Jânio Quadros, foi nomeado embaixador do Brasil em Gana (África). Lá, enfrentou dificuldades extremas para alcançar os objetivos estabelecidos pela missão diplomática, uma vez que sua cor gerou

resistência entre diplomatas e intelectuais brasileiros, e provocou no embaixador uma reflexão existencial sobre a relação entre ser negro e representar o Brasil.

Abigail Cecílio de Moura

Nasceu em Patrocínio de Muriaé, Minas Gerais, em 1905 e faleceu no Rio de Janeiro em 1970. Arranjador, regente, compositor, trombonista, baterista, poeta. Na virada para os anos 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ganhou a vida como baterista e trombonista. Compôs canções de sucesso, como a marcha “Que é o amor” (1937), parceria com Vicente Paiva (1908-1964) e F. J. dos Santos. Também compôs para o teatro a música da opereta *Mandioca Puba* (1942), de Canuto Silva (1932). Além disso, atuou como líder de *jazz-bands* e como copista na Rádio MEC, função que exerceu até o fim da vida. Em 1942, criou a Orquestra Afro-Brasileira, dedicada à música brasileira de matizes africanas, que dirigiu por quase 30 anos. O primeiro disco da orquestra, de 1951, contém a macumba (invocação) “Obaluayê”, do próprio Abigail. Esse é também o título de seu primeiro LP, *Obaluayê!* (1957), com oito composições de Moura. O segundo LP, *Orquestra Afro-Brasileira* (1968), apareceu no ano em que uma lei estadual fluminense reconheceu a utilidade pública da orquestra. Além de dirigir a Afro-Brasileira, gravou discos de música popular à frente de sua *jazz-band*. Entre os raros registros dessa atividade, um disco de 1960 contém o *charleston* “Rhode la Rocque”, de Bequinho (1895-1980), e o cateretê “Eu só quero é beliscar”, de Eduardo Souto (1882-1942).

Também colaborou com o TEN, musicando peças como *Aruanda* (1948), de Joaquim Ribeiro, e *Sortilégio* (1951), de Abdias do Nascimento (1914-2011), além de escrever poemas dedicados à causa negra, como “Sombras que sofrem”, incluído na *Antologia de la*

poesia negra americana (1953), de Idelfonso Palés Matos. Sua obra não despertou interesse comercial, e Abigail Moura ficou esquecido. Autodidata, Abigail Moura aprendeu orquestração por meio das cópias que realizou para as orquestras da Rádio MEC. No espaço da rádio, também realizou os ensaios da Orquestra Afro-Brasileira, grupo que não tem interesse comercial ou de entretenimento. Ao longo de quase 30 anos, a orquestra realizou mais de uma centena de concertos, boa parte deles na sede da Associação Brasileira de Imprensa ou no salão do Automóvel Club, reunindo público seletto e intelectualizado. Os programas radiofônicos de que participou foram irradiados por emissoras educativas, como a Rádio Clube do Brasil, a Roquette-Pinto e a própria Rádio MEC.

Tudo isso permitiu à orquestra desenvolver-se como um espaço de experimentação. A principal característica da orquestra é a incorporação de instrumentos percussivo-religiosos do candomblé, como o trio de atabaques (rum, rumpi e lê), o urucungo (espécie de berimbau), a angona-puíta (ancestral da cuíca), o adjá e o gonguê (espécies de sineta), o agogô, o afoxé e o ganzá, todos envoltos numa aura de religiosidade pelo uso de indumentária e gestual ritualístico. À percussão, somam-se as vozes (coro e solista), além de instrumentos da tradição musical jazzística, como piano e sopros (saxofones, clarinetes, trompetes e trombones). Tal formação, contudo, em nada remete ao *jazz*, em função da rítmica característica (os metais e o piano seguindo a mesma clave da percussão) e da orquestração em bloco (cuja sonoridade assemelha-se à de uma orquestra de salão). Ao fundir o que ele qualifica de “primitivo” e “civilizado”, Moura alia o resgate de suas raízes africanas à construção de uma identidade moderna. Faz isso por meio da criação de uma “música de concerto” afro-brasileira.

Edison de Souza Carneiro

Nasceu em Salvador, em agosto de 1912, e faleceu no Rio de Janeiro em dezembro de 1972, irmão do senador Nelson Carneiro. Foi antropólogo, escritor, etnólogo, folclorista e intelectual brasileiro, cujas atividades foram voltadas a temas afro-brasileiros e defesa de políticas culturais para a afirmação do negro na sociedade brasileira. Militante do PCB, a partir da década de 1930, fez seus estudos em Salvador, concluindo o curso de Direito em 1935. Amigo de Jorge Amado e Dias Gomes, formando com estes e outros intelectuais a Academia dos Rebeldes. Dedicou-se ao estudo da cultura brasileira de origem africana, tendo, em 1937, fundado a União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia e organizado, com Arthur Ramos, o II Congresso Afro-brasileiro.

Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1939, trabalhando como jornalista, ensaísta e professor. Foi professor do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e professor visitante em universidades de vários estados brasileiros. Atuou em entidades vinculadas à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Sociedades de Folclore da Argentina, México e Peru. Publicou várias obras, entre as quais se destacam *Negros bantos* (1937), *O Quilombo dos Palmares* (1947), *Candomblés da Bahia* (1948) e *Antologia do negro brasileiro* (1950).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SEGUNDA REPÚBLICA

O período inicial da Segunda República caracteriza-se por extrema subordinação às políticas lideradas pelos Estados Unidos, com uma consequente liquidação de indústrias brasileiras nas áreas de têxtil e de fármacos, fortes restrições políticas acompanhando o posicionamento estadunidense da Guerra Fria, obtendo alguns êxitos, como a eletrificação da Estrada de Ferro Central do

Brasil e a construção de moradias populares. No período Vargas, houve a busca da retomada do desenvolvimento, com a criação de instituições fundamentais, como o CNPq e, empresarialmente, a Petrobrás. Houve a busca da industrialização de produtos agrícolas e a implantação das indústrias de base.

O governo Vargas se findou de forma trágica, com o seu suicídio, após acirramento dos setores oposicionistas, oligárquicos e midiáticos. No período pós-Vargas, retomou-se a condução monetarista da economia, que prosseguiu até a ascensão ao poder de Juscelino Kubitschek.

Kubitschek lançou um plano desenvolvimentista, “50 anos em 5”, e, através do seu plano de metas, introduziu reformas econômicas no Brasil, mudando a sua capital para o Planalto Central, em Goiás, Brasília. Foi substituído por Jânio Quadros, o qual adotou uma política econômica conservadora e buscou uma política externa avançada, mas durou pouco tempo no poder, sendo substituído por João Goulart, que teve que fazer concessões políticas, aceitando um regime parlamentarista. Goulart, com Celso Furtado e San Tiago Dantas, propôs um plano trienal, que não chegou a ser executado, face ao golpe militar de abril de 1964, que finalmente concretizou as aspirações da oligarquia brasileira, mergulhando o Brasil em 21 anos de arbítrio.

O REGIME MILITAR

Com a deposição do presidente Goulart, foi estabelecido um sistema ditatorial, com alternância do ocupante do Poder Executivo, chancelado por um Congresso apequenado, sujeito a cassações, a intervenções e modificações, tais como os senadores biônicos. Essa estrutura permaneceu por 21 anos no país, com as diretrizes fixadas pelo alto comando militar, com o apoio de um grupo de tecnocratas.

As liberdades individuais eram praticamente inexistentes. O regime foi caracterizado por forte repressão, por prisões, torturas e “desaparecimento” de adversários políticos. Foi uma época de perseguição ideológica, o que veio a provocar o exílio de inúmeros brasileiros ligados ao campo político, artístico, técnico-científico e cultural.

A inexistência de espaço para a ampla discussão de ideias levou parte dos opositores do governo a expressar o seu descontentamento através também da luta armada, havendo inúmeras perdas de vidas humanas durante o período.

Apesar desse quadro, denominado de “Anos de Chumbo”, o país veio a conhecer um grande crescimento sob o ponto de vista econômico. Contudo, a ausência da ampla discussão quanto aos temas relevantes conduziu o país a um crescimento distorcido, provocando, conseqüentemente, um aprofundamento das desigualdades sociais e regionais.

Os principais episódios do período em pauta podem ser sintetizados a partir da cronologia logo a seguir.

CRONOLOGIA DO REGIME MILITAR

- 1964 – Golpe político-militar depõe João Goulart da presidência da República. O Ato Institucional nº 1 suspende os direitos políticos de centenas de pessoas. O general Castelo Branco toma posse como presidente;
- 1965 – Extinguem-se os partidos políticos existentes e institui-se o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o MDB, de oposição;
- 1966 – São suspensas as eleições diretas para cargos executivos. Vários deputados federais são cassados. O Congresso, ao protestar, é posto em recesso por um mês;

- 1967 – O marechal Costa e Silva toma posse na presidência da República. Líderes da oposição organizam uma frente ampla contra o governo militar. Criação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- 1968 – Oposição é reprimida com violência. O Ato Institucional nº 5 marca o endurecimento do regime, agora abertamente ditatorial;
- 1969 – Costa e Silva é afastado por motivo de saúde. Uma junta dos ministros militares assume provisoriamente o governo. A alta oficialidade das Forças Armadas escolhe o general Garrastazu Médici para presidente. Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- 1970 – A oposição ao regime se torna mais intensa, com guerrilhas na cidade e no campo. Os militares reagem com violência. Nos “porões” da ditadura, passam a ocorrer mortes, desaparecimentos e torturas;
- 1970 – O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), uma autarquia federal brasileira, é criado vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Ceped) foi criado, na Bahia, como um centro multidisciplinar, concentrando suas atividades essencialmente em cinco áreas do conhecimento: química e petroquímica, mineração e metalurgia, materiais cerâmicos e poliméricos, meio ambiente e alimentos;
- 1971 a 1973 – Governo Garrastazu Médici;
- 1972 – Fundação do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), uma instituição pública, multitemática, que foi criada tendo como objetivo promover o crescimento econômico e social do Estado, por meio do desenvolvimento tecnológico com vistas à inovação de produtos e processos nas empresas. Criado o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel);

- 1973 – Criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN). Criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas voltadas para a agricultura e a pecuária brasileira;
- 1974 – O general Ernesto Geisel assume a presidência, enquanto o MDB conquista uma vitória expressiva nas eleições legislativas. Fundação de Computadores e Sistemas Brasileiros Ltda. (Cobra), primeira empresa brasileira a desenvolver, fabricar e comercializar computadores;
- 1975 – Criação do Proálcool;
- 1976 – Criado o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), um dos maiores centros de pesquisa e pólos tecnológicos em telecomunicações e Tecnologia da Informação (TI) do Brasil, localizado na cidade de Campinas;
- 1978 – Fim do Ato Institucional nº 5. A abertura política progride lentamente;
- 1979 – O general João Batista Figueiredo assume a presidência. Aprovada a Lei da Anistia. Centenas de exilados retornam ao país. O pluripartidarismo é restabelecido. Criada a Secretaria Especial de Informática (SEI).
- 1982 – Criação do Programa da Antártica (Proantar) e do Centro Tecnológico de Informática (CTI) Campinas.
- 1984 – Ocorrem eleições diretas para governadores e prefeitos, com vitória da oposição em estados como São Paulo e Minas Gerais.

- 1985 – Tancredo Neves é eleito presidente da República. Devido ao seu estado de saúde, assume a presidência o seu vice, José Sarney.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Durante o Regime Militar, foram ampliadas as vagas nas instituições de ensino superior e criadas instituições e programas que aceleraram o desenvolvimento das áreas de pesquisa e desenvolvimento.

Assim, quanto à ciência e tecnologia, houve, especificamente:

- 1969 – Criação do FNDCT;
- 1970 – O Inpi, uma autarquia federal brasileira, é criado vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Ceped foi criado, na Bahia, como um centro multidisciplinar, concentrando suas atividades essencialmente em cinco áreas do conhecimento: química e petroquímica, mineração e metalurgia, materiais cerâmicos e poliméricos, meio ambiente e alimentos;
- 1972 – Fundação do Cetec, uma instituição pública, multitemática, que foi criada tendo como objetivo promover o crescimento econômico e social do Estado, por meio do desenvolvimento tecnológico com vistas à inovação de produtos e processos nas empresas. Criado o Cepel;
- 1973 – Criado o ADTEN. Criada a Embrapa, instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas voltadas para a agricultura e a pecuária brasileira;
- 1974 – Fundação da Cobra, primeira empresa brasileira a desenvolver, fabricar e comercializar computadores;
- 1975 – Criação do Proálcool;

- 1976 – Criado o CPqD;
- 1979 – Criada a SEI;
- 1982 – Criações do Proantar e do CTI Campinas.

Além dessas ações, foram tomadas várias iniciativas na área da energia nuclear, abrangendo acordos com a Alemanha e a França, já que os Estados Unidos impuseram restrições para colaborar na área. Foi inaugurada a Usina Eletronuclear de Angra dos Reis e foi desenvolvido o programa para domínio de todo o ciclo nuclear, através de inovação no processo de ultracentrifugação introduzido pelo almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, engenheiro naval pela Poli-USP e especialista em Engenharia Nuclear pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

AS ARTES

O ano de 1964 iniciou-se sob atividades renovadoras em diversas áreas artísticas. No teatro, em particular, destacaram-se o Teatro Oficina e o Teatro de Arena, envolvendo diretores tais como José Celso Martinez e Augusto Boal. A partir de abril, o teatro passou a vivenciar o que foi então denominado “um tempo sem sol”, quando as possibilidades de criação artística foram restringidas e a censura atuava de modo implacável. Tentativas foram buscadas para fazer face à situação, mas a repressão recrudescceu e a censura acirrou-se, levando inclusive inúmeros artistas ao exílio.

Teatro

Dentre as iniciativas tomadas, houve o recurso aos *shows* como *Opinião*, em dezembro de 1964, dirigido por Augusto Boal, produzido pelo Teatro de Arena, com integrantes do CPC da UNE, com textos de Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho e Paulo Pontes,

em que atuaram Zé Kéti, João do Vale, Nara Leão, além de Maria Bethania. Peças como *O vigário*, de Rolf Hochhut, e *O berço do herói*, de Dias Gomes, foram proibidas, o mesmo ocorrendo com *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. Teatros como o Ruth Escobar foram invadidos quando da representação da peça *Roda viva*, bombas jogadas, atores agredidos e obrigados a passarem nus em direção à rua por um “corredor polonês”. Na segunda metade da década de 1970, o movimento teatral retomou os princípios de uma dramaturgia crítica e realista, cujos melhores exemplos são *Gota d’água*, de Paulo Pontes e Chico Buarque, 1975, e *O último carro*, de João das Neves, em 1978.

Música

Na música, houve os mesmos graus de dificuldades com as proibições, a censura e as perseguições. Foi a época de Gilberto Gil, Edu Lobo, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Ivan Lins, entre outros, compondo através de metáforas. Foi também a época da Jovem Guarda, dos Beatles e do Festival de Woodstock.

Cinema

Na filmografia internacional, foram os anos dos filmes *Bonequinha de luxo*, *Blow-up*, *La Belle du Jour* e *Easy Rider*. Na filmografia nacional, foi a época em que os filmes faziam projeções históricas ou alegorias da realidade: *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, de Glauber Rocha; *A dama do loteação*, de Neville de Almeida; *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia*, de Hector Babenco; *Dona Flor e seus dois maridos*, de Bruno Barreto; e *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho.

Literatura

Na literatura, na impossibilidade de livre expressão, surgiram obras ficcionais como *Quarup*, de Antônio Calado; *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão, proibido em todo o território nacional; *Acusado de homicídio*, de José Louzeiro; e *O ovo apunhalado*, de Caio Fernando Abreu; entre outras. Nos jornais, foi o aparecimento da imprensa alternativa, como *Movimento*, *Opinião* e *O Pasquim*.

Escultura e pintura

Na escultura e pintura, houve a utilização de novos sistemas e meios tecnológicos e buscou-se a interação com o espectador. A corrente seguinte foi a dos neoexpressionistas. Entre os artistas da época, destacaram-se, entre outros: Sirón Franco, Claudio Tozzi, Regina Silveira, Guto Lacaz, Ivald Granato e Carmela Gross. Na Bahia, especificamente, sobressaíram-se: Juarez Paraíso, Sonia Castro e Emanuel Araújo.

ECONOMIA

Houve um crescimento das empresas de engenharia e incentivos ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e desenvolvimento, o que resultou no fortalecimento das empresas brasileiras ou multinacionais aqui radicadas que desenvolviam. A economia no Regime Militar cresceu de maneira acelerada. Foram os chamados anos do “milagre brasileiro”, alavancados por uma série de obras de infraestrutura, como estradas, pontes, usinas hidroelétricas e a multiplicação de empresas estatais em áreas julgadas estratégicas. Aqui foi fabricada boa parte dos equipamentos usados nas áreas de infraestrutura e industriais.

Várias empresas brasileiras ou multinacionais com filiais aqui estabelecidas, principalmente nas áreas da indústria da construção civil e da eletromecânica, se consolidaram. Obras como Itaipu tiveram a prevalência de empresas nacionais, quer na área da construção das usinas, quer na área de fabricação de equipamentos eletromecânicos. O fortalecimento da indústria de transformação, da fabricação de máquinas pesadas e de qualificação de pessoal na área tecnológica foi, certamente, um dos mais importantes marcos do regime. Só para exemplificar, o estado de São Paulo contava, em suas indústrias e seus institutos tecnológicos, com mais de seis laboratórios de ensaios de equipamentos de alta tensão.

Apesar desses avanços, nas áreas de eletromecânica e de fármacos, empresas genuinamente brasileiras sofreram dificuldades face ao rolo compressor das multinacionais. Com o choque do Petróleo de 1973 e a queda do valor de nossas exportações (matérias-primas), no início da década de 1980, os problemas brasileiros agravaram não só as relações socioeconômicas do Brasil perante o mundo, mas também as políticas adotadas para a nação, resultando num mergulho numa grande crise. Os reflexos sobre as áreas técnicas, de engenharia e tecnológicas foram muito fortes, causando nas décadas seguintes o desaparecimento de empresas, o desemprego de mão de obra qualificada e o desestímulo dos jovens em ingressar nas profissões das áreas tecnológicas. Foi a época do “engenheiro que virou suco”, referência a um engenheiro desempregado que virou ambulante vendendo sucos e sanduíches para sobreviver e que colocou seu diploma exposto no vidro. Mesmo após o choque de 1973, o Brasil continuou crescendo, tendo sido criada a Embrapa, o Proálcool, a Cobra Sistema de Computadores, o CPqD e o CTI de Campinas. No final dos anos 1970, começaram as instalações do Polo Petroquímico de Camaçari.

Na área de hidroelétricas, várias empresas brasileiras atuaram com competência. A seguir, algumas delas com a capacidade em megawatts construída:

Tabela 14 – Construção de usinas hidroelétricas no Brasil

EMPREITEIRA	CAPACIDADE INSTALADA CONSTRUÍDA (MW)
Camargo Corrêa	19.100
Mendes Júnior	10.600
Andrade Gutierrez	6.300
Norberto Odebrecht	5.700
Cetenco	5.500

Fonte: Campos (2012, p. 372).⁷

O NEGRO NO REGIME MILITAR

Não houve qualquer alteração notável na sua inserção na sociedade brasileira. Registra-se tão somente uma forte vigilância dos movimentos negros pelo regime, que temia pelas ameaças que poderiam pôr em risco o mito de democracia racial – que era um dos eixos do pensamento pregado por esse regime, o que já nesse século ficou documentado em diferentes trabalhos, como os de Karin Sant’Ana Kossling, “As lutas antirracistas de afro-descendentes sob a vigilância do DEOPS/SP”, e Marsílea Gombata, “Como a ditadura perseguiu militantes negros”, publicado em 18 de setembro de 2015 (ANEXO B).

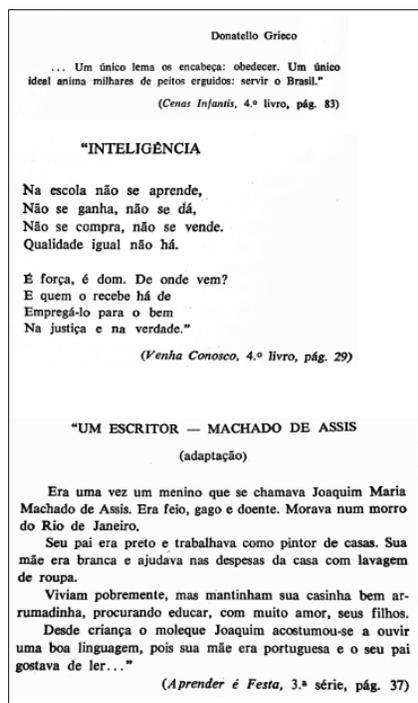
Por outro lado, houve a busca da consolidação do *status quo*, como pode ser observado na publicação *O aprendizado da ordem*,⁸

.....
7 CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas ao Estado Ditatorial brasileiro 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

8 REGO, Maria Filomena. *O aprendizado da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

de Maria Filomena Rego, editado em 1981. A autora estuda a abordagem ideológica oligárquica presente nos textos escolares dos livros didáticos adotados na disciplina Comunicação e Expressão nas escolas da rede pública de ensino estadual do Rio de Janeiro, no ano de 1975, ilustrando a obra com trechos de 18 livros pesquisados e a sua análise. Algumas dessas ilustrações são mostradas a seguir:

Figura 5 – Trechos do livro *O aprendizado da ordem*, de Maria Filomena Rego



Fonte: Rego (1981, p. 29, 37, 83).

Diz Maria Filomena Rego:

Através desses textos, são transmitidos aos alunos regras de moral, de consciência cívica e profissional, valores e estilos de vida, característicos de uma determinada ideologia. Esta ideologia

que mostra a realidade por dicotomias prega a subordinação, a obediência e a dependência. Mostra a criança atada ao mundo do adulto e aos seus valores. São crianças que tem que pensar e atuar como os adultos desejam que elas pensem e atuem. Os adultos, na versão dos livros estudados, não levam em conta que a infância tem suas necessidades particulares e que sua evolução sem distorções só pode ser forjada numa sociedade menos autoritária e mais participante.

É uma ideologia que aceita hierarquias humanas (talvez porque sejam elas que mantenham o mecanismo do poder), verdades como superioridade racial, debilidade da mulher, bondade e maldade. E esses conceitos são transmitidos ao homem desde a infância, através do processo de socialização e da escola.

Essa opressão, a nível familiar, se reproduz na escola e na sociedade. Essa sociedade coloca em primeiro plano o homem, em segundo lugar a mulher e, em último a criança. É como se toda a população fosse adulta e unilateralmente masculina.

A escola (dos textos) cultua o saber e a autoridade do professor; é um centro de exigências calculadas para crianças acomodadas, educadas formalmente para obedecer.

Os textos informam sobre um país rico, formoso e justo, cuja população se divide entre em homens bons e maus, em brancos, negros e índios, e cuja história é coberta de glórias e povoada de heróis [...].

[...] Como podemos comprovar pela análise dos textos, eles nada incentivam (pelo contrário) o respeito à individualidade e à liberdade da criança, tão propalado nos currículos escolares. Não podemos esperar de uma escola que utiliza esses textos que forme uma criança capaz de decidir sobre seu destino ou de transformar sua sociedade.⁹

.....
9 REGO, 1981, p. 105-107.

Como se pode ver, foram desenvolvidas políticas de repressão, inclusive educacionais, objetivando a formação de uma geração de jovens incapazes de maiores reflexões, desconhecendo a realidade que os cercavam, e prontos a aceitar de modo acrítico o *status quo*.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIME MILITAR

O Regime Militar promoveu um forte desenvolvimento nas áreas de infraestrutura e industrial, provocando um *boom* na área econômica, ampliando o ensino superior, dando a ele uma estrutura aparentemente moderna – por exemplo, com a criação dos institutos básicos – e promovendo a pós-graduação. Em contrapartida, adotou os acordos feitos entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development), conhecidos como MEC-USAID, que, oficialmente, no que tange ao ensino superior, tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária.

No verbete “MEC-USAID” encontrado no *site* da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), observa-se que tais acordos não significavam mudanças diretas na política educacional, porém tiveram decisiva e influente relevância para a reforma da educação brasileira. Foram importantes para a formação de comissões e estudos que levaram às Leis nº 5.540/68 e nº 5.692/71, as quais reformularam a educação nacional, afetando estruturalmente tanto o ensino superior quanto o ensino básico.

Assim como na reforma de Pombal – que retirou os jesuítas do ensino no Brasil e pôs a educação na mão de setores públicos não competentes nem interessados, levando o Brasil ao desastre –, a Reforma Universitária Brasileira substituiu um ensino superior

de molde europeu, fortemente conceitual e dotado de laboratórios básicos, por um ensino dependente de laboratórios especializados, técnicos e mecanismos de gestão. A reforma proposta, entretanto, contrariava determinados dispositivos legais existentes, os quais inviabilizaram a sua completa e eficiente implementação. Consequentemente, a maioria dos objetivos visados deixaram de ser contemplados.

Soma-se a isso a supressão no ensino básico de disciplinas a exemplo de Filosofia, aliada à forma coercitiva de ação do poder sobre as atividades dos corpos docente e discente, resultando nas deformações que até hoje perduram no funcionamento das instituições brasileiras de ensino de um modo geral.

A TERCEIRA REPÚBLICA

Com a eleição indireta de Tancredo Neves e a posse do vice-presidente José Sarney, tem início a Terceira República em 1985, que levou a uma Assembleia Constituinte e à Constituição de 1988, significando o retorno do Brasil ao regime democrático.

Sarney promoveu o Plano Cruzado, que teve vida curta e jogou o país numa condição de inflação alta. A Sarney sucedeu Fernando Collor, que gerou um plano econômico heterodoxo, similar ao de Sarney, criando incertezas e laminando as empresas brasileiras, quer de serviços, quer de equipamentos, pela abertura descontrolada das importações. Collor sofreu *impeachment*, sendo substituído por Itamar Franco. Este implantou o Plano Real, reestruturando as bases econômicas, sendo substituído na presidência da República pelo seu ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Com ele, houve a consolidação do chamado Plano Real. Governou por dois mandatos, de 1995 ao final de 2002, pois promoveu a instituição da reeleição.

Fernando Henrique Cardoso promoveu a reforma do Estado brasileiro, privatizando empresas estatais, criando as agências regulatórias e mudando a legislação que rege o funcionalismo público. No seu governo, foram criados os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, a partir de 1999, objetivando ser instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país. Estabeleceu programas de cunho social, como Bolsa Escola e Luz no Campo.

A Fernando, seguiu-se Luiz Inácio Lula da Silva. A gestão Lula iniciou dando seguimento à política econômica do governo anterior, tendo como indicativo a nomeação de Henrique Meirelles, deputado federal eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Goiás em 2002, para a direção do Banco Central do Brasil, dando um forte sinal para o mercado – principalmente o internacional – de que não haveria mudanças bruscas na condução da política econômica em seu governo. O governo Lula caracterizou-se pela baixa inflação, que ficou controlada, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial.

Com Lula, observou-se o maior crescimento real do salário mínimo, a adoção de um forte programa de redistribuição de renda, ampliando programas então existentes, como a antiga Bolsa Escola, que passou a se chamar Bolsa Família – além de aumento das vagas no sistema de ensino público federal e apoio a programas de integração social, como programa de cotas.

A Lula, sucedeu Dilma Rousseff, que deu seguimento a boa parte da política econômica do governo Lula, mudando o presidente do Banco Central do Brasil: ex-diretor do banco Alexandre Tombini, que, em discurso de posse, defendeu “um sistema financeiro sólido eficiente e como condição para crescimento sustentável”. Passou a gestão de bens estatais para a iniciativa privada através de concessões e adotou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para dar celeridade à execução de obras públicas. Reeleita em 2014 para um novo mandato, não chegou a concluí-lo. Após uma disputa acirrada da eleição em 2014, começou a sofrer assédio dos seus opositores e adotou uma política econômica que levou o país à recessão. Protestos de rua e o recrudescimento da Operação Lava Jato ensejaram uma manobra política das oligarquias, levando-a a um *impeachment* em agosto de 2016.

No seu governo, houve a ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a adoção do Programa Mais Médicos, a adoção das Leis do Terceiro Setor e da Ciência, Tecnologia e Inovação, a instalação da Comissão da Verdade e a introdução de mudanças no Código Florestal.

O governo Michel Temer teve início no dia 12 de maio de 2016. O vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo de presidente após o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, em consequência da aceitação do processo de *impeachment* pelo Senado Federal. Concluído o processo, no dia 31 de agosto do mesmo ano, Temer assumiu o posto de forma definitiva.

Temer chegou à presidência em meio a uma grave crise econômica no país, herdada do governo anterior. Temer afirmou, no ato de posse, que seu governo haveria de ser um governo reformista. Foram trazidas à tona diversas propostas econômicas, como o controle dos gastos públicos por intermédio da medida provisória já aprovada, que impõe limites a gastos futuros do governo federal; a reforma da previdência; e a reforma trabalhista, objetivando a reformulação da legislação vigente.

Seu governo foi de amplo retrocesso nas áreas sociais, ambientais e de ciência e tecnologia. Ele teve como fulcro as privatizações, os pagamentos dos juros da dívida pública e o estabelecimento de um Estado mínimo.

CRONOLOGIA: FATOS PRINCIPAIS

- 1986 – Criação do Plano Cruzado no governo Sarney;
- 1987 – Plano Bresser;
- 1988 – Constituição da República Federativa do Brasil;

- 1989 – Plano Verão;
- 1990 – Início do governo Collor de Mello, Plano Collor e abertura da economia;
- 1992 – *Impeachment* e renúncia. Início do governo Itamar Franco;
- 1994 – Instituição do Plano Real;
- 1995 – Início do governo Fernando Henrique Cardoso;
- 1997 – Instituição da reeleição. Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- 1998 – Criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- 1999 – Início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Desvalorização do real. Criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- 2000 – Criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- 2001 – Crise do apagão;
- 2002 – Criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Antac);
- 2003 – Início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Criação do Bolsa Família, que reuniu Bolsa Escola e outros auxílios sociais do governo Fernando Henrique Cardoso. Programa Fome Zero;
- 2004 – Adoção pela Universidade de Brasília (UnB) de um programa de cotas;
- 2005 – Início da crise do chamado Mensalão;

- 2006 – Eleições gerais;
- 2007 – Início do segundo mandato de Lula;
- 2008 – Crise financeira internacional;
- 2009 – Registram-se 6 milhões de alunos no ensino universitário contra 3,94 milhões em 2003 (obs.: 75% em instituições privadas). Lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- 2010 – Eleita Dilma Rousseff;
- 2011 – Início do primeiro mandato. Ciência sem Fronteiras. Sancionada a Lei da Transparência;
- 2012 – Instalada a Comissão da Verdade;
- 2013 – Lançamento do Programa Mais Médicos;
- 2014 – Sancionada a Lei do Terceiro Setor. Realização da Copa do Mundo. Reeleição de Dilma Rousseff;
- 2015 – Início do segundo mandato;
- 2016 – Sancionada a Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação. Olimpíada no Rio de Janeiro. Criação de mais 75 mil vagas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Afastamento de Dilma Rousseff e posse de Michel Temer;
- 2017 – Fez a Reforma Trabalhista;
- 2018 – Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

ECONOMIA

O período apresentou baixo desenvolvimento industrial e as medidas tomadas para reativação de setores da economia foram sempre tomadas visando às vantagens comparativas imediatas com as preconizadas pelo Visconde de Cayrú. Um exemplo disso é visto na navegação de cabotagem.

Para reativar o setor, o Congresso aprovou, em 1995, uma emenda constitucional que retirou dos navios de bandeira brasileira a reserva de mercado na exploração comercial da navegação de cabotagem e permitiu a participação de navios de bandeira estrangeira no transporte costeiro de cargas e passageiros. Nos Estados Unidos, o Jones Act impede tal manobra.

A economia na Terceira República passou por grandes variações, devido, principalmente, à total falta de planejamento aliada a políticas que levaram o país a uma alta inflação. Com a ascensão de Itamar Franco, houve a implantação do Plano Real, a estabilização da inflação e da moeda e uma forte desnacionalização da indústria nacional efetuada através de uma forte privatização das empresas estatais, ocorrida no governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Houve crescimento econômico no governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva, devido a uma série de fatores, como, por exemplo, o aumento da demanda de produtos primários pela China e por outros países. Além disso, com o aumento real do salário mínimo e das políticas sociais, obteve-se um resultado muito bom quanto à melhoria de vida da população, aumentando o mercado interno e incentivando o consumo. Ressaltam-se também os investimentos em infraestrutura e em setores como os de petróleo, gás e construção naval.

Por outro lado, embora atuando de modo mais suave, Lula manteve as diretrizes econômicas básicas do seu antecessor e buscou o estabelecimento de uma política de desenvolvimento industrial. O artigo “Política industrial do governo Lula”, de Wilson Cano e Ana Lucia Gonçalves da Silva sobre a política industrial desse governo, aborda:

[...] a formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), [...] distribuídas em 11 programas de política, propunha-se articular três planos distintos: 1) *Linhas*

de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) *Opções estratégicas* (semicondutores, software, bens de capital e fármacos); 3) *Atividades portadoras de futuro* (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis).¹

As contradições entre as políticas macroeconômicas agravadas pela crise internacional de 2008 não só não permitiram o êxito do projeto de política industrial, como agravaram o desequilíbrio do Estado brasileiro.

Há um crescente aumento da dívida pública, mas tanto os governos quanto a mídia a expressam em percentuais de dívida pública/Produto Interno Bruto (PIB). Isso permite dizer que, em 2002, o percentual da dívida/PIB era 72% e, em 2012, 62%. Mas, quando se expressam em valores absolutos, vê-se que os juros da dívida em 2002 eram de R\$ 114 bilhões; que, em 2012, correspondiam a R\$ 280 bilhões; e, assim, progressivamente.² Ou seja: como é previsível, a queda da arrecadação, à medida que os anos passam, resulta na menor capacidade de investimento governamental.

O NEGRO NA TERCEIRA REPÚBLICA

Houve mudanças no sentido da legislação, como algumas ações ditas afirmativas que tiveram impacto na formação de nível superior. Sob o ponto de vista global, social e político, não houve grandes mudanças, como, aliás, mostram os dados a seguir.

-
- 1 CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Política industrial do governo Lula. *Texto para Discussão*, Campinas, n. 181, p. 1-27, jul. 2010. p. 6-7, grifo do autor.
 - 2 SOLOW, Arthur. Evolução da dívida pública brasileira desde 1978. *Terraço Econômico*. [S. l.], 5 ago. 2016. Disponível em: <https://terraoeconomico.com.br/evolucao-da-divida-publica-brasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Para se ter uma ideia, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2014, 55% dos 25,3 mil candidatos eram brancos, 34,9% pardos e 9,2% negros. Dos 1,6 mil eleitos, 75,6% são brancos, 21% pardos e apenas 3,1% negros. No Congresso Nacional, dos 594 parlamentares, menos de 10% são negros. Em Pernambuco, na Assembleia Legislativa, foram eleitos apenas três deputados estaduais negros.³ Esse número representa apenas 6,1% do total, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE).

Nas Forças Armadas, houve apenas cinco oficiais gerais negros no Exército e três oficiais brigadeiros na Aeronáutica. Há registro apenas recente de almirante negro.

No Brasil, em 2017, foram registrados 59.080 homicídios, sendo 78,9% das vítimas pretos e pardos e 47,85% jovens com idade entre 14 e 29 anos. Já em 2015, na Guerra da Síria, foram contabilizados 55.219 mortos – dentre estes, 13.249 civis.⁴ É necessário repensar e agir rapidamente para retomar o processo construtivo da nação brasileira.

PERSONALIDADES NEGRAS DA TERCEIRA REPÚBLICA

Alceu de Deus Collares é um advogado e político brasileiro. Foi governador do estado do Rio Grande do Sul entre 1991 e 1995. Também foi deputado federal por cinco mandatos e prefeito de Porto Alegre entre 1986 e 1989. Nascido em 12 de setembro de 1927 em Bagé, Rio Grande do Sul, Alceu Collares veio de uma família pobre e teve de abandonar os estudos aos 11 anos para trabalhar como quitandeiro. Com 16 anos, passou a trabalhar como carteiro e, mais tarde, como telegrafista concursado. Voltou a estudar e

3 SILVA, Ossesio. *O negro na política brasileira*. [S. l.], 16 out. 2015. Disponível em: <http://osseiosilva.com.br/2015/10/16/o-negro-na-politica-brasileira-2/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

4 SÍRIA..., 2016.

se formou no curso clássico em 1956, ingressando em seguida na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mudou-se no mesmo ano para Porto Alegre, onde, como estudante de Direito, ingressou no PTB e se aproximou de Leonel Brizola. Formou-se advogado em 1960. Em 1964, foi eleito pela primeira vez para o cargo de vereador. Por causa do golpe militar de 1964, os partidos políticos foram extintos, criando-se depois o bipartidarismo. Collares se afiliou ao MDB, partido de oposição à ditadura militar. No MDB, foi eleito deputado federal em 1970, sendo o mais votado da legenda no Rio Grande do Sul. Quando da sua reeleição, em 1974, foi o mais votado do estado. Em 1978, foi eleito mais uma vez, com 120 mil votos, e se tornou líder da bancada do MDB. No mesmo ano, fundou o Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta. Foi o primeiro prefeito de Porto Alegre após a redemocratização, governando de 1986 a 1988. Foi um mandato de três anos, para ajustar o calendário eleitoral brasileiro. Foi o primeiro prefeito negro da capital gaúcha e, posteriormente, também o primeiro governador negro do estado.

João Alves Filho é um engenheiro civil e político brasileiro filiado ao Democratas. Foi prefeito de Aracaju (1974-1977), ministro do Interior (1987-1990) e governador de Sergipe durante três mandatos (1983-1987; 1991-1994; 2003-2006). No ano de 2012, foi eleito como prefeito de Aracaju. João Alves Filho nasceu na capital sergipana, no bairro Santo Antônio, em 3 de julho de 1941. Filho do renomado empresário e construtor João Alves e Maria de Lourdes Gomes, é um grande estudioso e conhecedor da problemática nordestina. Preocupado com a questão das águas, tem dedicado boa parte dos seus estudos à causa, envolvido também com a questão da transposição do Rio São Francisco. Sua trajetória política teve início aos 20 anos, quando ingressou no curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da UFBA. Nesse período,

foi membro da Juventude Universitária Católica (JUC) e redator do jornal da frente única das esquerdas e só deixou de exercer essa função a partir do golpe militar de 1964. Em 1965, começou a vida de engenheiro ao lado do pai na Construtora Alves. Iniciou sua carreira pública assumindo a prefeitura de Aracaju (1975-1979), indicado pelos militares, a principal prefeitura da administração sergipana, durante a gestão de José Rollemberg Leite. Foi eleito governador em 1982 e nomeado ministro de Estado do Interior pelo presidente José Sarney em 1987. Em 1990, foi candidato ao governo de Sergipe e venceu com 364.819 votos.

Albuíno Cunha de Azeredo nasceu em Vila Velha, em 1945, onde também morreu, em 16 de setembro de 2018. Foi um engenheiro e político brasileiro eleito governador do Espírito Santo em 1990. Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Antes de ingressar no ensino superior, trabalhou como vendedor ambulante, comerciante e peão de pedreira, com passagem pelo Atlético de Vitória, time em que foi jogador de futebol. Estagiário da Companhia Vale do Rio Doce, trabalhou para a referida empresa após a graduação e a seguir fundou uma empresa de consultoria no ramo do transporte ferroviário. Dividindo suas atividades empresariais com a política, integrou o MDB e também o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi nomeado secretário de Planejamento pelo governador Max Mauro, cujos irmãos eram sócios em sua empresa. Rompida a convivência política entre o governador capixaba e os Camata no início dos anos 1990, tanto Max Mauro quanto Albuíno Azeredo ingressaram no PDT e, nisso, Azeredo foi eleito governador do Espírito Santo no segundo turno das eleições de 1990, derrotando o senador José Ignácio Ferreira após um início de campanha em que suas intenções de voto registradas pelas pesquisas de opinião sequer chegavam a 5%. Ao lado de Alceu Collares, foi um dos primeiros governadores

negros da história do país. Após cumprir integralmente seu mandato, retornou às suas atividades empresariais e, em 1997, foi nomeado secretário de Planejamento do município de Cariacica pelo prefeito Dejair Camata.

Paulo Paim nasceu em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, em 1950, numa família de nove irmãos. Começou a trabalhar aos oito anos de idade, amassando barro em uma fábrica de vasos. Depois, trabalhou como vendedor de quadros e marceneiro. Aos 12 anos, trabalhou auxiliando seu tio na feira livre, em Porto Alegre. Foi quando seu pai foi buscá-lo, pois ele havia conquistado uma vaga no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A partir daí, nasceu sua paixão pelo ensino técnico profissionalizante. Ao deixar o Senai, foi trabalhar como operário metalúrgico profissional. O horizonte se abria para ele, e seu desejo de lutar pelos direitos dos trabalhadores levou-o a ser líder sindical. Estudava à noite e foi presidente do ginásio noturno. A passeata em defesa da democracia retirou-o da presidência, por força da ditadura da época. Mais tarde, buscando emprego, acabou fixando residência em Canoas. Ao longo dessa estrada, foi conhecendo as dificuldades dos trabalhadores, dos aposentados e dos desempregados. Na década de 1980, foi se envolvendo cada vez mais no movimento sindical até se tornar presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, da Central Estadual de Trabalhadores e secretário geral e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional. Passou por experiências marcantes, como a greve de Candiota, em Bagé; participou da caminhada de Canoas a Porto Alegre em que eram exigidos emprego, liberdade, igualdade, justiça e o fim da ditadura; fez parte da greve do Vale dos Sinos, da ocupação da Fazenda Anoni, em Ronda Alta, e de muitas outras batalhas. Veio então sua candidatura a deputado federal para dar prosseguimento a sua

luta pelos direitos da população. Passou a ser o deputado federal mais votado em seu estado. Foi reeleito por quatro mandatos. A luta da Assembleia Nacional Constituinte foi um dos marcos de sua história. Em 2003, assumiu a vaga de senador. Atuou como vice-presidente da casa por dois anos e, no biênio 2007-2008, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Estava formada a integração do povo com o Senado Federal. Diversos debates e audiências públicas foram realizados para tratar de temas como pessoa com deficiência, igualdade racial, meio ambiente, idosos, mulheres, crianças, drogas e muitos outros. A população passou a interagir com os parlamentares e com a casa. Foi uma experiência ímpar. Em oito anos de Senado, apresentou mais de mil propostas. Todas elas nasceram de um olhar atento à sua gente.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TERCEIRA REPÚBLICA

A Terceira República, iniciada como governo Sarney, sucedido por Fernando Collor de Mello e por Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, alternou pontos altos e baixos econômica e socialmente e implantou programas de cunho social que fizeram com que boa parte da população saísse dos níveis de miséria e outra parte alcançasse patamar de consumo razoável, impulsionando a indústria de bens de consumo.

Ao adotar uma política macroeconômica incompatível com as políticas industriais anunciadas, o que também ocorreu com as políticas sociais, o avanço não foi suficiente para provocar na sociedade e nas estruturas de poder o que se chama em Física de Lei de Hooke,⁵ relativa à deformação plástica, isto é: as políticas

.....
5 Lei de Hooke: lei da física relacionada à elasticidade dos corpos. Permite calcular a deformação causada pela força exercida sobre um corpo. Deformação plástica: persiste mesmo após

de desenvolvimento econômico e social, face à contradição com a política macroeconômica, não conseguiram passar da fase da deformação elástica, ou seja: foram ações que não provocaram mudanças consistentes.

O resultado visível é o retrocesso dos últimos três anos, claramente explicitado pela evolução dos Índices de Gini, pela estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo desemprego e pelo sucateamento industrial.

SÍNTESE: A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico.
(Chico Buarque)⁶

Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico.

A construção da nação brasileira é resultado do encontro inicial de vários povos de três raças, em diferentes estágios de civilização: os brancos vindos de Portugal, os indígenas que já aqui estavam e os negros vindos sob a condição de escravizados e provenientes de vários povos africanos.

Aqui, cabe observar que, diferentemente do que ocorreu em outros países americanos em que os escravizados procediam de uma região específica, no caso do Brasil, a origem era ampla, geral e irrestrita.

Diz Maria Consuelo Cunha Campos, no seu trabalho *Movimento Negro no Brasil*:

.....

a retirada das forças que a originaram. Deformação elástica: desaparece com a retirada das forças que a originaram.

6 Chico Buarque, *Construção*, 1971.

Falando diversos idiomas maternos e até guerreando-se, ainda na África, entre si, os escravos provenientes das mais diversas etnias e culturas, inclusive religiosas, tiveram em comum, no Brasil, apenas a condição social, com o aviltamento imposto por uma situação que visava a desarticular-lhes as respectivas identidades, homogeneizando-os de modo forçado, pela redução à cor da pele.

Diferentemente do que sucedeu em outras regiões da América do Sul, como no Peru e na Colômbia, por exemplo, onde a escravidão se circunscreveu a áreas determinadas, numa espécie de regionalização do escravismo, no Brasil, a instituição abarcou toda a imensa extensão territorial: o país teve a maior percentagem de escravos desembarcados do mundo, seis vezes mais do que a dos Estados Unidos e mais do que o dobro em relação à da hispano-América e do Caribe, francês e inglês.⁷

Os povos eram forçados à miscigenação, na maioria das vezes, pelos colonizadores, que adotavam as indígenas como mulheres ou abusavam daquelas que eles escravizavam, criando, assim, um caldeirão étnico – foi este ainda enriquecido com a chegada dos cristãos novos e outros aventureiros que vieram integrá-lo. Posteriormente às levas de imigrantes europeus no século XIX, vieram também outros de diferentes procedências, a exemplo de asiáticos, principalmente japoneses, os quais se adicionaram ao caldeirão étnico.

Mesmo com problemas de diferenças culturais e de discriminações, houve gradual integração, ao ponto de se ver descendente diretos de japoneses, por exemplo, não dominarem o idioma de seus ancestrais e falarem o português com o sotaque da sua região, como ocorre em São Paulo. Esse não foi um processo suave; foi longo, doloroso e evidentemente deixou sequelas, mas a integração foi feita.

.....
7 CAMPOS, 2003, p. 58.

Sob o ponto de vista linguístico, nosso idioma é um português enriquecido pelas línguas indígenas, principalmente a língua tupi, e pelos diferentes idiomas africanos, como o quimbundo, o quicongo e o umbundo, nagô, iorubá, entre outros.

Até meados do século XVIII, a língua brasílica, ou a língua geral, ou o tupi era o idioma mais utilizado no Brasil – isso foi em muito consequência da necessidade dos jesuítas de catequizar os indígenas. Com a proibição da língua tupi pelo Marquês de Pombal, em 1758, o português passou a ser a língua mais falada. Somaram-se a isso, posteriormente, as contribuições dos imigrantes. As manifestações culturais brasileiras nas suas várias modalidades provêm dos diferentes contributos dos diferentes povos que nos formaram: principalmente na música e na dança.

Quando o Brasil se tornou independente em 1822, possuía, basicamente, o mesmo território que hoje possui, derivado do Tratado de Madri. O trabalho do homem sábio e da princesa Leopoldina foi fundamental para manter a união territorial brasileira, que depois foi mantida face às insurreições pela pacificação.

Em meio a conflitos políticos e insurrecionais, o Brasil atravessou a Regência e o Segundo Império mantendo a unidade territorial e cultural via repressão e pacificação; guerreando na Bacia do Rio da Prata; suprimindo a escravatura de modo precário; ao tempo em que se abria para o uso das inovações tecnológicas e implantava seus cursos superiores de Direito, complementava as áreas de formação dos cursos de Medicina com os cursos de Farmácia e Odontologia e evoluía na formação de engenheiros com a Escola Central, futura Politécnica, e a Escola de Minas de Ouro Preto. É o período de criação do Colégio Pedro II e da inação quanto ao ensino elementar.

As artes brasileiras fizeram sua aparição na corte e nas províncias nas suas principais modalidades. Economicamente, continuou

o Brasil a ser uma economia de exportação agrária e mineral e importadora de carvão mineral, maquinário e bens de consumo e também a do surgimento de empreendedores como André Rebouças e Mauá, este último com uma contribuição na área de bens de capital, navegação e bancária. É o período da disseminação das ferrovias e do uso localizado da energia elétrica e das telecomunicações.

O advento da república não altera o quadro econômico e social existente. Ao contrário, reforça as oligarquias agrárias, reprime duramente os movimentos sociais, incrementa os cursos para formação profissional, surpreende o mundo com Santos Dumont e Landell de Moura e caminha da submissão econômica aos interesses ingleses para a submissão econômica aos interesses estadunidenses.

Foi a época da imigração europeia, da política de urbanização à moda de Haussmann, dos cortiços; das tentativas de políticas de industrialização malsucedidas, como o encilhamento; e da fabricação de bens de consumo têxteis e alimentícios. É o primórdio das transmissões de rádio e da reafirmação cultural brasileira com a Semana de 1922.

À Primeira República, sucede a Era Vargas – estruturante da economia e do desenvolvimento nacional, lançando bases institucionais e legais para a industrialização do país. Há uma evolução nas bases de infraestrutura e educacionais, alguns ganhos sociais e ferrenha repressão às reivindicações e manifestações políticas: é o tempo do Estado Novo.

As artes e os movimentos culturais nacionais se consolidam. Há também o surgimento das chamadas indústrias de base e a expansão da energia elétrica.

Com a queda de Vargas, advém a Segunda República, que se inicia abrindo desordenadamente a economia, alinhando-se incondicionalmente à política externa estadunidense e destruindo alguns

pilares e técnicas industriais nacionais, como a fabricação do linho de caroá e o desaparecimento paulatino dos laboratórios farmacêuticos brasileiros.

Com a volta de Vargas, em 1951, há novamente uma política de planejamento nacional, criação de várias instituições e da Petrobrás.

O plano de metas de Juscelino e o advento das indústrias de bens de consumo e de equipamentos de base estrangeira promovem um sensível avanço à industrialização brasileira. Essa época se caracteriza por forte migração do interior do Brasil para as metrópoles.

Segue-se o governo Goulart, que estruturou o chamado Plano Trienal, fundou a Eletrobrás e a Sudene, mas não conseguiu implantar o plano, que teve à frente Celso Furtado e San Tiago Dantas, pois não concluiu seu mandato, deposto que foi pelo golpe militar de abril de 1964. À implantação do governo militar seguiram-se alguns planos emergenciais, merecendo atenção a fabricação de equipamentos pesados, implantação de laboratórios de ensaio etc.

Política e socialmente, foi um período altamente repressivo, com desrespeito aos direitos humanos elementares. Menção a ser feita é quanto ao II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo Geisel, conduzido por Reis Veloso, que proporcionava um crescimento industrial estratégico e diversificado. O governo militar foi um período de forte crescimento econômico, de estruturação nacional na área de ciência e tecnologia. Construíram-se hidroelétricas, a Central Nuclear de Angra dos Reis, criaram-se empresas como a Embraer e a Embrapa, centros tecnológicos estaduais, como Ceped, na Bahia, e instituições de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento.

Com os choques de petróleo, há sensível retração econômica, mas mister é assinalar o crescimento das empresas de engenharia de projetos, de grandes construtoras e do desenvolvimento de

expertise em projetos básicos de engenharia, construção de barragens e construção de equipamentos.

Ao Regime Militar, sucedeu a Terceira República, que adotou planos econômicos heterodoxos e ortodoxos, ampliou inicialmente os horizontes sociais, científicos e tecnológicos, que avançou e teve retrocessos até o grande choque financeiro de 2008, restando hoje um cipoal jurídico que inibe o avanço dos país, uma estrutura administrativa e burocrática falida, uma concentração de poder nas velhas oligarquias agrária e financeira e um desmedido poder sem controle atribuído ao Judiciário. Em suma, uma estrutura estatal ampliada do governo de Thomé de Souza, além de uma inserção mundial subalterna a reboque dos interesses oligárquicos locais.

Esse conjunto é o que constitui as ameaças à nação brasileira, cujos oligarcas atuais estão operando um processo de desmonte do que foi duramente construído ao longo da história. Aos brasileiros, a missão de transformar as “paredes mágicas” erguidas “tijolo por tijolo num desenho lógico” por José Bonifácio em “paredes sólidas”,⁸ mesmo que seja necessário utilizar um desenho mágico para consolidar definitivamente a construção da nação brasileira.

AS AMEAÇAS À NAÇÃO BRASILEIRA

Nação é a reunião de pessoas, geralmente do mesmo grupo étnico, que falam o mesmo idioma e têm os mesmos costumes, formando assim, um povo. Uma Nação se mantém unida pelos hábitos, tradições, religião, idioma, e consciência nacional.⁹

Os elementos território, língua, religião, costumes e tradição, por si só, não constituem o caráter de uma nação. A característica

8 Chico Buarque, *Construção*, 1971.

9 FERREIRA, 1988.

dominante deve ser a plena convicção de um viver coletivo. Quando se abala tal convicção, quando se estiola a cultura nacional através da importação de produtos estrangeiros travestidos de arte; quando se solapa de inverdades a sociedade brasileira com a amplificação dos fatos ruins e da redução da amplitude dos fatos positivos midiática e cotidianamente; quando se corrompe o idioma utilizando palavras forâneas em substituição às existentes no idioma nacional; quando se destroem os que têm capacidade de gerar ciência e tecnologia; quando se reduz o ser à condição de sobrevivência; quando se exacerbam as diferenças salariais, privilegiando as classes-sustentáculo do poder vigente e, desavergonhadamente, os donos do poder se utilizam de métodos espúrios e acintosos para a obtenção de vantagens para seus respectivos clãs e a mídia os trata como cavalheiros; quando a justiça prefere a luz dos holofotes à correta aplicação da lei, é sinal de que ingressamos num processo acelerado de desmonte nacional. Urge refletir e agir rapidamente para reverter tal desmonte, antes que o mesmo venha a atingir o ponto de não retorno.

De todas as ameaças que nos envolvem, vamos nos fixar nas que atingem a ciência e a tecnologia, por estarmos mais próximos delas e por elas representarem elemento fundamental para erguer o presente e alavanca necessária à construção do futuro. Ao examinar as condições atuais da ciência e tecnologia no Brasil, veem-se claramente cinco blocos de ameaças:

- ◇ ameaças provenientes da estrutura de poder;
- ◇ a mistificação da tecnologia;
- ◇ ameaças internas;
- ◇ ameaças externas; e
- ◇ fragilidades nacionais.

AMEAÇAS PROVENIENTES DA ESTRUTURA DO PODER

No que tange às ameaças provenientes da estrutura de poder, destacam-se: a visão monetarista (herança de Cayrú); a estrutura do aparelho de estado (herança de Thomé de Souza); e o cipoal jurídico – a Constituição Cidadã de 1988 e os demais códigos.

Quanto à visão monetarista, desde o governo Geisel, não há, por parte do governo brasileiro, um planejamento de longo prazo. O Ministério do Planejamento dedica-se intensamente a levantar os elementos para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano subsequente e a fazer esporádicas incursões em planejamentos setoriais limitados. O país continua uma colônia de banqueiros, como disse Gustavo Barroso; tem as diretrizes de governo não voltadas para o desenvolvimento do Brasil, mas sim para o pagamento das dívidas governamentais, que crescem cada vez mais. Cortam-se recursos para educação, para ciência e tecnologia, para saúde e infraestrutura; todos os esforços são direcionados para pagar não a dívida pública, mas seus juros. Os recursos destinados à ciência e tecnologia foram reduzidos a tal grau que a continuidade de pesquisas fundamentais ao desenvolvimento do Brasil corre o risco de ser interrompida. As condições de universidades, centros tecnológicos e instituições de pesquisas vão ficando cada vez mais precárias. Assiste-se à evasão dos cérebros brasileiros para o exterior, fomentando o desenvolvimento dos países centrais à custa do cidadão brasileiro. Continuamos a ser exportador de *commodities*, de produtos de baixo valor agregado, continuando a seguir os princípios do Visconde de Cayrú das vantagens econômicas imediatas.

Quanto à estrutura do aparelho de Estado brasileiro, esta continua, seguindo Thomé de Souza em seu Plano de Cargos e Salários, a manter a relação menor/maior salário de 1/100. Os maiores

salários para as carreiras-sustentáculo do poder são ouvidor-geral (Judiciário), provedor-mor (setor de arrecadação fiscal) e capitão-mor (o equivalente à polícia federal e congêneres). Faltam técnicos e profissionais nas áreas de saúde e tecnologia. Elas não são carreiras de Estado e, como na época de Thomé de Souza, são mal remuneradas. Falta quem analise e projete com competência – a maioria de cargos técnicos é preenchida por indicação político-partidária ou por concursos públicos livrescos. No período anterior ao regime militar, os ministros da saúde eram sempre médicos sanitaristas. No regime militar, passaram a ser médicos de outras especialidades e, atualmente, não importa quem. Os antigos órgãos técnicos, como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) – que muito influenciou no sistema viário nacional –, foram colocados como órgãos de segunda ou terceira classe para servir de negociação político-partidária.

Já quanto ao cipoal jurídico – Constituição Cidadã de 1988 os outros códigos –, a legislação no Brasil tem como atores, além do Legislativo, o Executivo, através de seus decretos e medidas provisórias, e, ultimamente, o Poder Judiciário e outros órgãos específicos, em que são baixadas milhares de normas e portarias por quaisquer chefes de áreas graduadas. Mesmo que contrariem, às vezes, documentos no nível de lei, o pobre usuário fica sem ter a quem recorrer – pois o corporativismo institucional bloqueia quaisquer tipos de recursos. Fica-se à mercê da boa vontade do agente público – que utiliza normas, às vezes mal traduzidas e incompletas, e sabe muito bem exercer o papel de “otoridade” que não pode ser desacatada. Nossos ancestrais, à época do Império, podiam se queixar ao bispo. Nós não temos essa vantagem. O resultado desse emaranhado é a paralisação de setores produtivos privados e públicos, pois os gestores esquivam-se de agir para não se sujeitarem a interpretações das autoridades de plantão, arriscando-se a depoimentos, conduções coercitivas e contratação de

advogados, para, no final, provar que agiram corretamente e dentro dos parâmetros legais. Isso leva ao imobilismo e à desconstrução. Exemplos disso são a não aplicação da Lei do Terceiro Setor e da Lei de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação e a aprovação automática dos fornecimentos de menor preço.

A MISTIFICAÇÃO DA TECNOLOGIA

No que tange à mistificação sobre o que é tecnologia, há o grande papel desempenhado diuturnamente pelos meios de comunicação, tentando fazer crer a todos que avanço tecnológico é função do uso de equipamentos digitais, de celulares, de GPS, de *softwares* e sistemas de automação. Na realidade, isso pouco significa. Equivale ao recebimento, na época de Pedro Álvares Cabral, de espelinhos e miçangas. O fato de não desenvolver *hardware* digital, sensores e *chips* torna o Brasil refém do mundo externo. À guisa de ilustração, nas guerras do Iraque e das Malvinas, os Estados Unidos mudaram a atitude dos satélites, falseando as informações para os iraquianos e argentinos respectivamente. Quanto à automação, os robôs midiaticamente montados nas linhas de montagem não deixam de ser interessantes. Mas o exemplo de uma linha de fármacos é ilustrativo: os robôs pesam, prensam, encapsulam e embalam, mas o fármaco vem da Suíça, da França, dos Estados Unidos, da Inglaterra e de outros países. Qual a serventia dos robôs se o Brasil sofrer um bloqueio, como sofreu Cuba?

AMEAÇAS INTERNAS

As ameaças internas englobam: o desconhecimento da realidade brasileira; a falta de um projeto de nação; a ação não objetiva dos governos de oposição nos níveis estadual e municipal; e a postura equivocada da academia.

Sobre o desconhecimento da realidade brasileira, apesar de o Brasil dispor de uma estrutura de Estado forte, seu corpo funcional não o é. Majoritariamente admitidos por concurso público de caráter livre ou por indicação política, os primeiros têm, na maioria das vezes, preparação teórica, sem vivência profissional, o que termina por gerar projetos aplicáveis a uma região do Brasil – ao Sul, por exemplo – e replicados por eles para outras regiões – tais como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde tecnicamente não podem ser aplicados. Muitas das vezes, não se limitam os projetos a apresentar incompatibilidades técnicas com a região, mas também orçamento inadequado para a sua execução. A consequência é a não execução de obras ou obras inadequadas.

A falta de um projeto de nação é o problema mais grave. Não existe um projeto para a nação brasileira. Poucos, ao longo da história do Brasil, realmente planejaram: José Bonifácio, Vargas, Kubitschek, Goulart e Geisel – os demais fizeram proposições para solução de impasses financeiros ou resolução de projetos setoriais/emergenciais. Esse tema é objeto de debates nos meios intelectuais, acadêmicos e de algumas instituições profissionais, mas nunca se transformando num programa exequível de trabalho, em que sejam explicitados recursos humanos, materiais – suas fontes e prazo de execução. Estamos a precisar, novamente, de 50 anos em 5 já.

Já a ação não objetiva estadual e da oposição em nível municipal, independentemente de partidos ou oposições ao governo federal, exercendo gestões municipal ou estadual, tem sempre o mesmo comportamento: infensas a projetos objetivos. É fácil para o gestor municipal ou estadual financiar blocos carnavalescos, festas, apresentação de artistas e outros. Facilmente, o gestor pagará R\$ 1.000.000 ou mais por uma noite de apresentação artística – o objetivo é agradar para se manter no poder. *Panis et circenses*.

Postura diferente esse mesmo gestor terá se lhe for ofertado um projeto piloto ao mesmo custo para ser aplicado em determinado município, durante 12 meses, com a possibilidade quase certeza da melhoria do IDH e o aumento da arrecadação municipal.

Em relação à formação e à política de desenvolvimento e submissão aos cânones, a academia segue os padrões estabelecidos pela Capes, tais como: publicar em revista indexada (Qualis; do CNPq), produtividade de pesquisa, o que também exige publicação; as normas de progressão na sua carreira universitária, cujo barema privilegia, nessa ordem: publicação, pesquisa, ensino de pós-graduação, ensino de graduação, atividades de extensão e gestão universitária.

Como não há um projeto de nação, não existem projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados para o desenvolvimento nacional – o que era anteriormente feito por centros de pesquisas estaduais hoje extintos, a exemplo do Ceped, na Bahia. Em princípio, o professor-pesquisador vai buscar projetos que sejam do seu interesse e que possibilitem fácil publicação em revista indexada – cujos temas são definidos pelo país que a publica, e não pelo interesse nacional. Isso leva a ser mais fácil publicar sobre “O estudo da atmosfera do planeta Vênus”, do que sobre “A segurança hídrica das cidades do semiárido do Nordeste”. Com isso, os projetos tecnológicos de interesse nacional ou regional são deixados de lado – contrariando o capítulo da ciência e tecnologia da Constituição Federal.

Ainda quanto a esse ponto, convém lembrar que a edição de revistas científicas no Brasil não é de forma bilíngue, o que seria desejável, mas somente em idioma inglês, o que representa uma postura subalterna à comunidade internacional.

Registram-se, como contraponto, as pesquisas desenvolvidas pela Petrobrás, Eletrobrás-Aneel, Embrapa, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e outras instituições.

Quanto ao ensino, é comum se escutar por parte dos docentes, quando questionados por alunos de graduação sobre a não abordagem de determinado tema no curso: “Ah! Você vai ver isso na pós-graduação!”. Não, ele não irá ver na pós-graduação! Nem no mestrado ou doutorado, pois o mestrado tem a função de preparar o aluno para desenvolver a pesquisa e o doutorado de prepará-lo para conduzir pesquisas. Em ambos os casos, se dá um *zoom* em um campo restrito, e os “vales” no conhecimento do aluno irão continuar com ele.

Outro ponto a ser observado, embora já mencionado, é a prevalência da publicação sobre a pesquisa. Certa vez, participava de uma banca de livre docência em determinada universidade e comentei com o docente sobre a qualidade do trabalho experimental desenvolvido. Tal docente me respondeu agradecendo, mas informou que não continuaria a trabalhar na área experimental – pois, em três anos, só publicara um artigo e os colegas, no mesmo tempo, haviam publicado vários artigos, tendo eles obtido mais facilidades em suas progressões acadêmicas.

Um colega da UFBA me informou que, cada vez mais, havia interesse para o uso dos computadores (modelagem e simulação) do que para instrumentos ou equipamentos de laboratório experimental. Sempre é bom lembrar que há determinadas influências e parâmetros que não cabem num modelo teórico. A experimentação em laboratório é fundamental.

Os cânones acadêmicos atuais não deixam muito espaço para as pesquisas tecnológicas de cunho regional, que, no entanto, são fundamentais para os que contribuem, com seus impostos, para a manutenção das universidades públicas.

No capítulo “Gestão”, há dois aspectos a observar: o primeiro é o de que, como a educação é dever do Estado, a grande maioria pensa que Brasília deve fornecer todo e qualquer recurso, não havendo,

pois, margem para o estabelecimento de parcerias. Felizmente, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, em ao menos alguns setores, raciocinam de modo diferente, similarmente às congêneres estaduais paulistas.

O segundo aspecto trata-se da reação, na maioria das instituições federais, à aplicação da Lei do Terceiro Setor e da Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação. Quando isso é associado aos contínuos cortes orçamentários procedidos pelo governo federal, fica evidente o risco que correm as atividades desenvolvidas na academia.

AMEAÇAS EXTERNAS

Entre as ameaças externas, estão as tecnológicas, as comerciais e as militares. As ameaças tecnológicas caracterizam-se pela dependência do Brasil da fabricação de elementos essenciais, tais como *chips* (circuitos eletrônicos integrados), fármacos e materiais. Um eventual bloqueio comercial deixaria o Brasil numa situação crítica pela dependência desses produtos importados.

Já no bloco das ameaças comerciais, incluem-se dependência dos valores fixados para as *commodities*, tais como os grãos, petróleo, minerais e produtos petroquímicos, cujos preços são determinados pelos Estados Unidos e Europa. Quanto às ameaças militares, destacam-se a obsolescência dos equipamentos de terra, mar e ar, o que nos deixa vulneráveis a ações externas, e a permeabilidade das fronteiras.

FRAGILIDADES NACIONAIS

Entre as fragilidades nacionais, destacam-se: as da marinha mercante, as de desenvolvimento industrial e a dependência do modal de transportes rodoviários.

Quanto à marinha mercante, os navios de bandeira brasileira transportam apenas 2% da carga. Esse é um ponto que mostra nossa total fragilidade no comércio internacional, em que mais de 90% das cargas são transportadas pelo mar. Agrava essa situação o fato de que, em caso de necessidade, haverá que se formar rapidamente profissionais da área e construir embarcações para navegação internacional, de cabotagem e fluvial, vez que as políticas do Executivo Federal e a postura jurídico-administrativa estão levando ao fechamento de estaleiros e ao desaparecimento de mão de obra qualificada. Tal condição cria para o país um verdadeiro abalo sísmico, no caso de um bloqueio.

Quanto ao desenvolvimento industrial, a falta de desenvolvimento de equipamentos para a defesa nacional e as posturas jurídico-administrativas, além dos cortes orçamentários, estão sucateando as indústrias nacionais da área, que, na falta de demanda, vão perdendo quadros qualificados, rompendo acordos comerciais internacionais ou mesmo encerrando as suas atividades.

Para um país com 8.500 km de litoral, uma superfície de mais de 8 milhões e 500 mil km², fronteiras terrestres de 15.735 km, além da Amazônia Azul, essa é uma condição de extrema fragilidade. Convém não esquecer que, nas embarcações civis ou militares, mais de 85% dos itens empregados nas suas construções são de equipamentos/produtos de eletroeletrônica.

Quanto à dependência do modal de transporte rodoviário, a maioria das cargas é transportada via terrestre, implicando a dependência excessiva do uso de combustíveis fósseis, de sobrecarga e desgaste das rodovias, além de onerar o preço de produtos com baixo valor agregado, tais como os perecíveis, grãos e minérios. A não utilização dos transportes dos modais ferroviários e naval aumenta significativamente o custo do produto e o seu tempo de entrega, além de possibilitar eventuais bloqueios em caso de greves, conforme recentemente ocorrido.

Figura 6 – De uma nação em construção a uma nação em desmonte e a necessidade de reação¹⁰



Fonte: Arraes (2016).

No trabalho *A necessidade de reestruturação da Escola Politécnica da UFBA*, em 2001, há uma citação de Benjamim Franklin que é bom lembrar: “Investir em conhecimento, rende sempre os melhores juros”.¹¹ Seria bom que os condutores da política econômica do Brasil atentassem para isso.

Ao longo do texto, podem-se acompanhar a construção de uma nação brasileira ainda inacabada e as ameaças que há algum tempo pesam sobre a sua concretização. Mister se faz mostrar dados que ilustrem a passagem da nação em construção para nação em desmonte e, em função das reflexões apresentadas ao longo do texto, buscar possibilidades de saída desse imbróglio através

10 Janus, deus romano das mudanças e transições, um deus bifronte em que uma das faces olha para o passado e a outra para o futuro. A ele, deve-se o nome do mês de janeiro.

11 BENJAMIM FRANKLIN apud COSTA, 2001.

de propostas de um projeto para o Brasil ou, pelo menos, o lançamento de algumas ideias que tenham tal objetivo.

EVOLUÇÃO DA ENGENHARIA BRASILEIRA A PARTIR DE 1950

A partir dos anos 1950, a engenharia brasileira muito evoluiu, desde o número de instituições de ensino ao crescimento das empresas de construção e montagem e das empresas de engenharia consultiva.

O Quadro 1 mostra tal evolução.

A partir do início dos anos 1980, a evolução da engenharia brasileira sofreu as consequências das políticas governamentais adotadas, alternando períodos de ascenso e descenso nas diversas áreas, exceção feita à área da engenharia consultiva, que só fez decair a partir do ano 1990.

Atualmente, a engenharia brasileira vive uma imensa e intensa crise gerada pelos reflexos das políticas governamentais adotadas nas últimas décadas, o que, como consequência, incentiva as aplicações financeiras em detrimento dos setores produtivos. Isso se consubstancia na retração da economia do país.

Quadro 1 – A evolução da engenharia brasileira

ESPECIALIDADES	DÉCADA DE 1950	DÉCADA DE 1960	DÉCADA DE 1970	DÉCADA DE 1980 (85)
Projeto básico	Inexistente	Capacidade relativa 20%	Capacidade relativa 50%	Capacidade relativa 70%
Projeto de detalhamento	Parcialmente existente (10%)	Parcialmente existente (40%)	Suficiente	Suficiente
Construção industrial	Parcialmente existente (30%)	Parcialmente existente (70%)	Suficiente	Suficiente

Construção civil	Nacionalização média de 70%	Suficiente	Suficiente	Suficiente
Indústria de bens capital	Nacionalização média de 70%			

Fonte: Longo (1998, p. 178).¹²

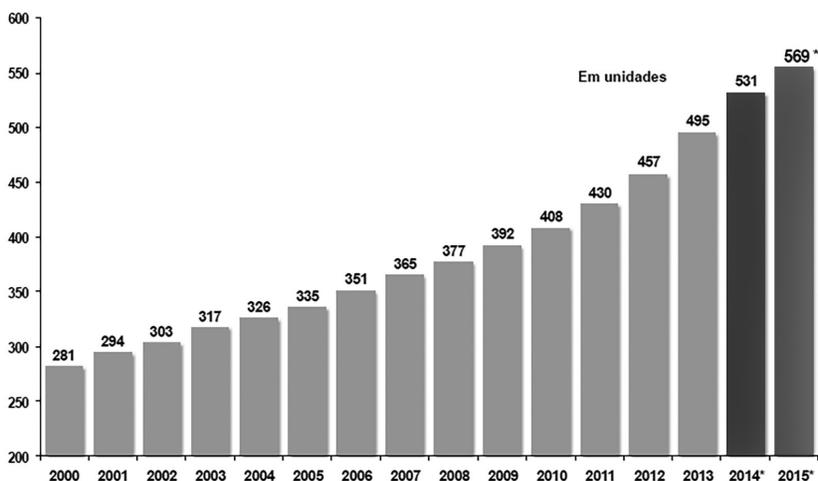
Por outro lado, as políticas de licitação do menor preço, que têm jurisprudência firmada, sem existência de projetos consistentes, foram agravadas pelos procedimentos aéticos adotados pelas grandes empreiteiras e pela forma de condução do processo de apuração e julgamento das irregularidades.

Em síntese, o Brasil parou e, como consequência, houve o aumento vertiginoso do desemprego, da desindustrialização, de sua transformação em mero exportador de *commodities*, da não geração de tecnologia, do desaparecimento de suas empresas de engenharia e dos seus quadros técnicos, havendo o risco do desaparecimento da engenharia brasileira, em especial devido ao não enfrentamento de desafios de grandes obras e projetos pelos jovens engenheiros, ao tempo em que a memória viva da engenharia brasileira se esvai naturalmente, ao passar do tempo. O risco é enorme: tal situação vem ainda se agravando nos últimos anos, a partir do choque da especulação imobiliária, em 2008, que o Brasil aparentemente superou até 2012, quando então os efeitos começaram a ser visíveis.

Faltou, mais uma vez, um projeto estruturante para o Brasil. Houve os incentivos ao consumo, através de medidas facilitadoras de crédito e de isenções fiscais a setores da produção de bens de consumo, conforme demonstra a Figura 7, relativa ao incremento quanto ao número dos *shopping centers* no Brasil. Vale observar que esse número praticamente duplicou em apenas 15 anos.

.....
 12 LONGO, Waldimir Pirró e. Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: evolução após a 2ª Grande Guerra. In: RODRIGUES, Paulo dos Santos et al. *A universidade e a pesquisa: o público e o privado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 141-208.

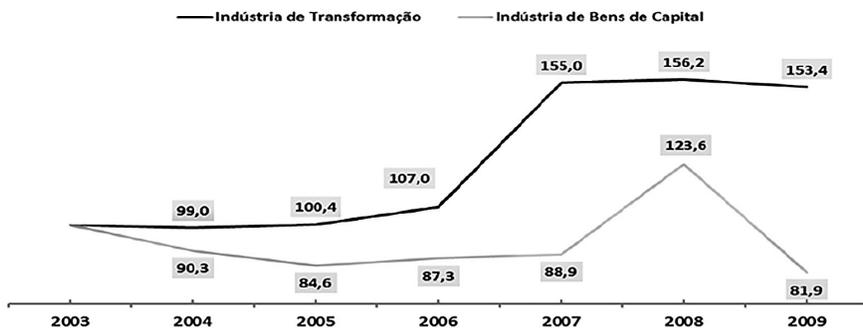
Figura 7 – Evolução do número de *shopping centers* no Brasil, 2000-2015



Fonte: Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento ([2015]).

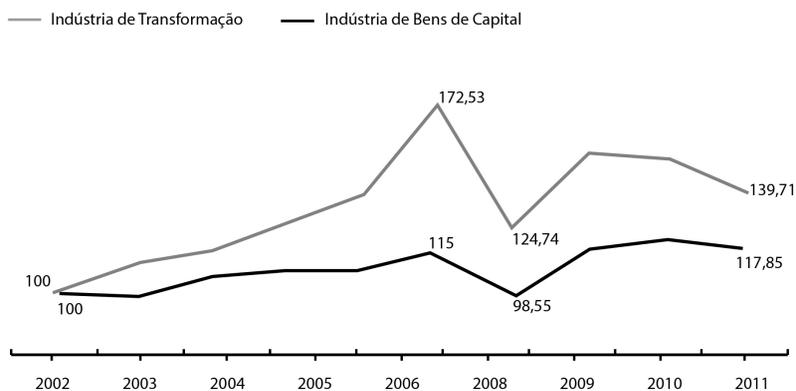
Entretanto, a indústria de bens de capital tem tido um comportamento de produção decrescente, principalmente no que concerne aos bens de capital para fins industriais. As Figuras 9 e 10 demonstram tal involução:

Figura 8 – Investimento na indústria de transformação e indústria de bens de capital, 2002-2009, Brasil



Fonte: Confederação Nacional dos Metalúrgicos (2012, p. 9).

Figura 9 – Índice da produção física da indústria de bens de capital e da indústria de transformação (base 2000=100), 2002-2011, Brasil



Fonte: Confederação Nacional dos Metalúrgicos (2012, p. 5).

Figura 10 – Produção e consumo de bens de capital



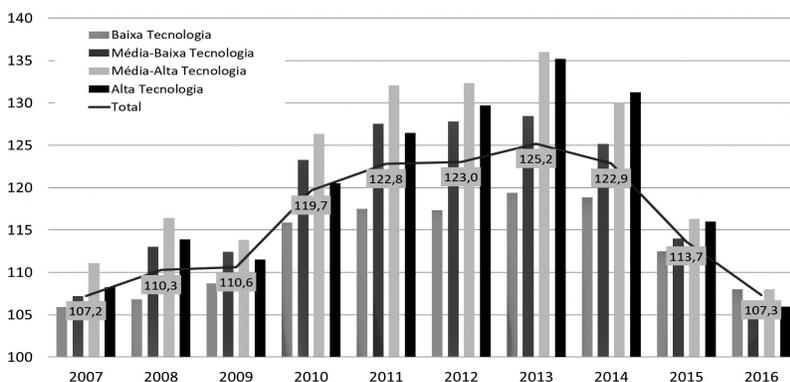
Fonte: Bradesco (2019, p. [3]).

Figura 11 – Produção de bens de capital para fins industriais



Fonte: Bradesco (2019, p. [5]).

Figura 12 – Estoque de emprego formal na indústria de transformação, por intensidade tecnológica (2006=100)

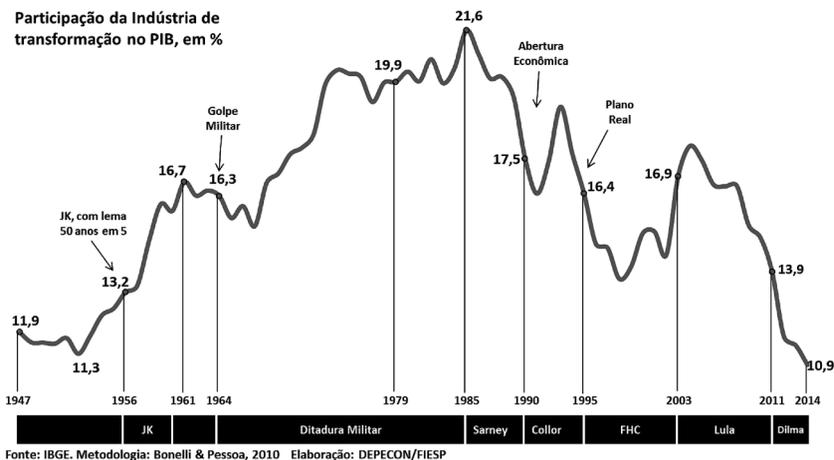


Fonte: Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (2017).¹³

¹³ INSTITUTO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. O emprego industrial por intensidade tecnológica: impacto da recessão e desempenho recente. *Carta IEDI*, n. 81, São Paulo, 1 dez. 2017. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_818.html. Acesso em: 19 mar. 2019.

Some-se a isso a rápida evolução tecnológica, com a resultante obsolescência do parque industrial, o envelhecimento da capacidade técnico-profissional disponível e a não preparação prática, face à não oferta de postos de trabalho aos jovens profissionais que chegam ao mercado.

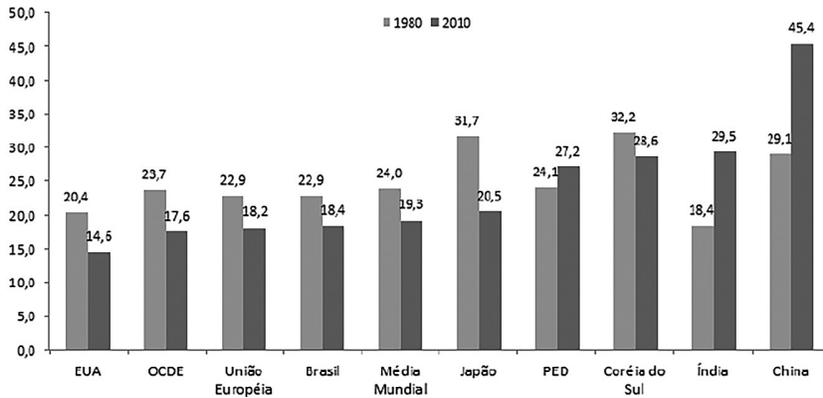
Figura 13 – Evolução da participação da indústria de transformação no PIB (%) de 1947-2014



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2015, p.15).¹⁴

14 FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia. Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB. São Paulo, maio 2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

Figura 14 – Mundo e regiões/países selecionados: formação bruta de capital fixo, 1980 e 2010 (em % do PIB)



Fonte: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2011, p. 12).¹⁵

Comparativamente aos outros países, nota-se (a partir dos gráficos e dados apresentados anteriormente) que o Brasil acompanhou a involução mundial na formação de capital fixo, da qual escaparam a China e a Índia.

UM OLHAR SOBRE A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E A INOVAÇÃO

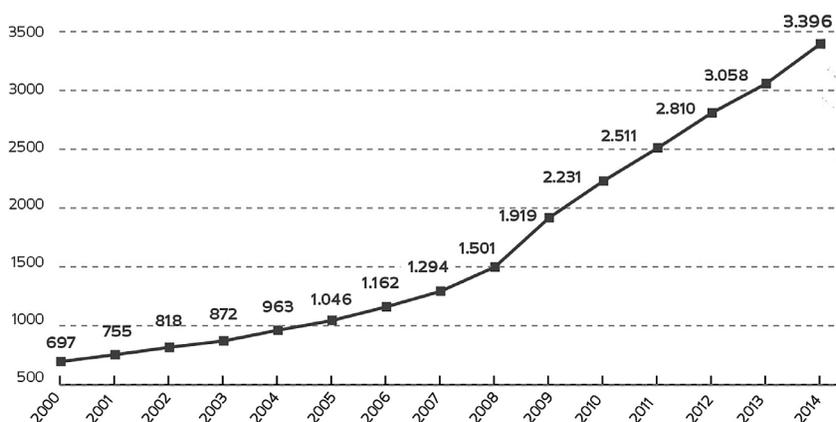
O patrimônio tecnológico de uma nação é um dos elementos que suportam a sua independência política e econômica. Mesmo num mundo globalizado, gerador de interdependências em todos os campos em escala planetária, um país tem fragilizada a sua capacidade de decidir sobre políticas de desenvolvimento se não domina tecnologias básicas e não

15 AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Relatório de acompanhamento setorial: nota sobre a competitividade atual da indústria brasileira de bens de capital. [S. l.], 2011. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/Neit/images/stories/arquivos/Relatorios_NEIT/Relatorio-Bens-de-Capital.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

desenvolve continuamente novas tecnologias, mantendo-se refém dos que as detêm e impõem caminhos que podem não ser os que interessam à nação.¹⁶

Ao observar as áreas de ciência, tecnologia e inovação, a primeira preocupação reside na adequada e eficiente formação dos seus profissionais. Evidentemente, uma das áreas expressivas nesse setor é a da engenharia. No trabalho “Uma engenharia mais ampla”,¹⁷ da Poli-USP, é fornecido o gráfico de evolução dos cursos de Engenharia no Brasil a partir do ano 2000. Não se deve esquecer que, em 1950, o Brasil possuía apenas 16 escolas de Engenharia.

Figura 15 – Total de cursos de Engenharia entre 2000 e 2014



Fonte: Andrade (2017, p. 96).

Contudo, apesar de o número de cursos no país haver crescido substancialmente, o Brasil não se encontra do *ranking* dos

.....
16 Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE).

17 ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Uma engenharia mais ampla. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 253, p. 95-97, mar. 2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/17/uma-engenharia-mais-ampla/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

dez países que mais formam engenheiros, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Formação de engenheiros por país (2015)

PAÍS	N° DE ENG.	POPULAÇÃO	PAÍS	N° DE ENG.	POPULAÇÃO
Rússia	454.436	144,3 mi	Indonésia	140.169	251,2 mi
EUA	237.826	325 mi	Ucrânia	130.191	44,6 mi
Irã	233.695	77 mi	México	113.944	119,5 mi
Japão	168.214	127 mi	França	104.746	67,5 mi
Coreia do Sul	147.858	51,3 mi	Vietnã	100.390	94,5 mi

Fonte: adaptado de Santos (2016).¹⁸

Nesse mesmo ano, o Brasil formou 82.363 engenheiros, sendo 58.032 oriundos de instituições privadas. Estudos outros demonstraram que, dos citados formados, apenas 23.500 atuavam em áreas efetivamente ligadas à engenharia. Professor de Engenharia Elétrica, Caiuby Alves da Costa teve, ao longo do tempo, ex-alunos que migraram para as áreas financeira, fiscal e jurídica, tendo inclusive alunos que vieram a se tornar procuradores do Estado e juízes federais.

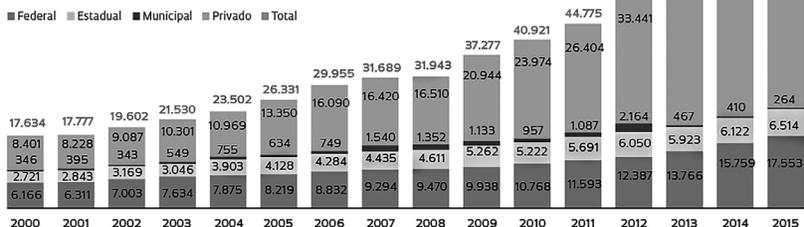
Um outro enfoque a ser abordado é quanto às modalidades dos engenheiros formados. Entre os profissionais em consideração e por área de atuação, constatou-se: civis (25%), de produção (15%), mecânicos (9%), eletricitas (8%), químicos (3%), sanitaristas/ambientais (2,5%), de computação e outros (aproximadamente 2%). O menor número registrado coube à Engenharia de Minas: apenas 478 formados.¹⁹

.....
18 SANTOS, Altair. *Rússia é o país que mais forma engenheiros no mundo*. [S. l.], 9 nov. 2016. Disponível em: <https://www.cimentoitambe.com.br/russia-forma-engenheiros/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

19 REVISTA PESQUISA FAPESP. São Paulo: FAPESP, n. 254, abr. 2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/04/19/folheie-a-edicao-254/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

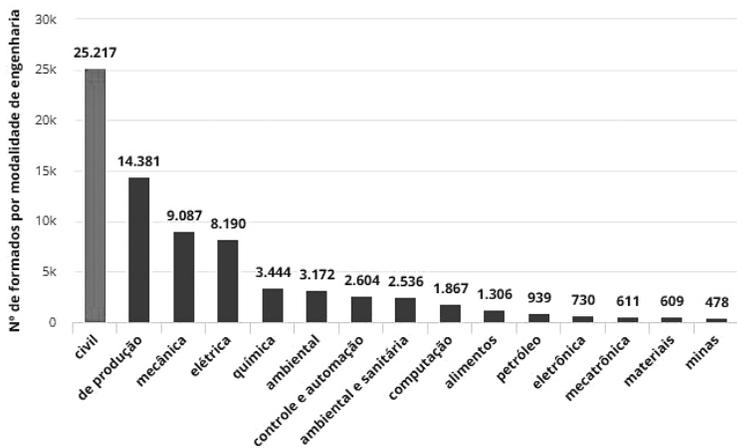
Figura 16 – Concluintes por categoria administrativa (2000-2015)

De 2000 a 2015 houve um crescimento de 360% no número de engenheiros formados no Brasil. O setor privado liderou o processo, ampliando em quase 600% a quantidade de formandos na área, no período. Os sistemas federal e estadual cresceram 185% e 139%, respectivamente, e o sistema municipal teve pequena participação



Fonte: Revista Pesquisa Fapesp (2017, p. 11).

Figura 17 – Formação por modalidade de Engenharia



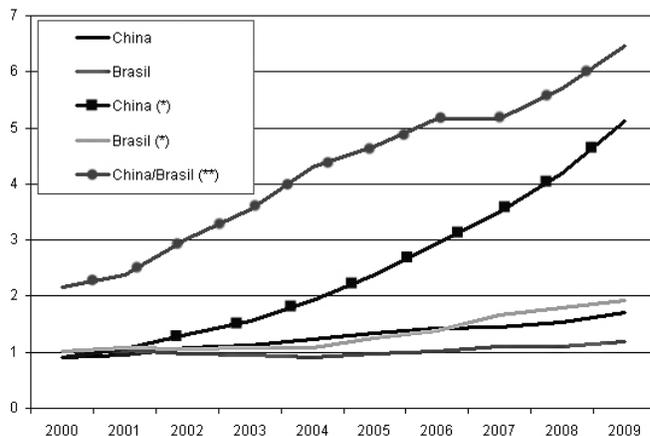
Fonte: Revista Pesquisa Fapesp (2017).

A VISÃO GOVERNAMENTAL QUANTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO

Exceto os governos já mencionados e o período entre 1980 e 2010, os investimentos nos setores de ciência e tecnologia, embora não ideais, raramente foram considerados como em sendo prioritários. O atual governo federal, na sua visão monetarista, aparentemente encara tanto a ciência quanto a tecnologia como “itens de dispêndio” e não os qualifica como investimento.

A Figura 18 ilustra os comentários e as considerações anteriores através de uma comparação de gastos neste setor, à guisa de exemplo, entre o Brasil e a China.

Figura 18 – Gasto em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB: Brasil e China, 2000 a 2009. Valores correntes e em relação ao PIB de 2000



Fonte: adaptada de Leite (2013, p. 16).²⁰

Nota: Em economia, a Paridade do Poder de Compra (PPC) ou Paridade do Poder Aquisitivo (teoria de longo prazo) é um método alternativo à taxa de câmbio para se calcular o poder de compra de dois países. A PPC é necessária porque a comparação dos PIB em uma moeda comum não descreve com precisão as diferenças em prosperidade

.....
20 LEITE, Alexandre César Cunha. Investimento em P&D no Brasil e China: uma questão de estrutura. *Boletim Meridiano* 47, [s. l.], v. 14, n. 137, p. 13-19, maio/jun. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4347450/Investimentos_em_P_and_D_no_Brasil_e_na_China_uma_quest%C3%A3o_de_estrutura. Acesso em: 20 mar. 2019.

material. A PPC, ao revés, leva em conta tanto as diferenças de rendimentos como também as diferenças no custo de vida. Isso é complicado porque os preços não flutuam num nível uniforme; na verdade, a diferença nos preços dos alimentos pode ser maior que a dos preços de habitação ou a dos preços de entretenimento. Ademais, os padrões de compra e até mesmo os bens disponíveis para compra são diferentes de país para país, portanto uma cesta constante de bens não pode ser utilizada para comparar preços em diferentes países.

SISTEMAS SETORIAIS DE INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE PESQUISA NO BRASIL

Em 2016, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) produziu uma aprofundada pesquisa sobre o tema em foco, revelando dados importantes sobre o setor relativos ao ano de 2013. Ressaltam-se, entre os pontos principais por ela observados: a evolução da infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação, a intensidade de utilização dessas estruturas, a avaliação das suas condições operacionais por seus coordenadores e a distribuição geográfica dessas infraestruturas de pesquisa no Brasil.

A seguir, algumas das informações obtidas:

Tabela 15 – Número de infraestruturas de interesse para análise dos sistemas setoriais de inovação

ÁREAS	NÚMERO DE INFRAESTRUTURAS
Saúde	412
Petróleo e gás	117
Defesa	44
Aeronáutica	204
Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	191
Energias renováveis	100
Agropecuária	284
Construção civil	52

Fonte: adaptada do IPEA (2016, p. 30).²¹

.....
²¹ IPEA. *Sistemas setoriais de infra estrutura de pesquisa no Brasil*. Brasília, DF, 2016.

Tabela 16 – Número de infraestruturas mapeadas segundo ano de início de operação

INÍCIO DE OPERAÇÃO	NÚMERO DE INFRAESTRUTURAS	%
Antes de 1970	50	2,8
De 1970 a 1979	110	6,3
De 1980 a 1989	193	11,0
De 1990 a 1999	410	23,3
De 2000 a 2009	654	37,1
De 2010 a 2012	343	19,5
Total	1.760	100,0

Fonte: IPEA (2016, p. 31).

Tabela 17 – Distribuição das infraestruturas por grande área do conhecimento

GRANDE ÁREA	NÚMERO DE INFRAESTRUTURAS	(%)
Ciências Agrárias	277	13,30
Ciências Biológicas	459	22,05
Ciências Exatas e da Terra	545	26,18
Ciências da Saúde	143	6,87
Engenharias	658	31,60
Total	2.082	100,0

Fonte: IPEA (2016, p. 33).

Tabela 18 – Número de pesquisadores nas infraestruturas de pesquisas por tempo de dedicação à infraestrutura

TEMPO DE DEDICAÇÃO	TOTAL	(%)
Até 10h	2.311	29
Mais de 10h a 20h semanais	906	11
De 20h a 30h semanais	470	6
Mais de 30h semanais	4.371	54
Total	8.058	100

Fonte: IPEA (2016, p. 34).

Tabela 19 – Número de membros das equipes de apoio técnico e administrativo nas infraestruturas de pesquisa por tipo de vínculo

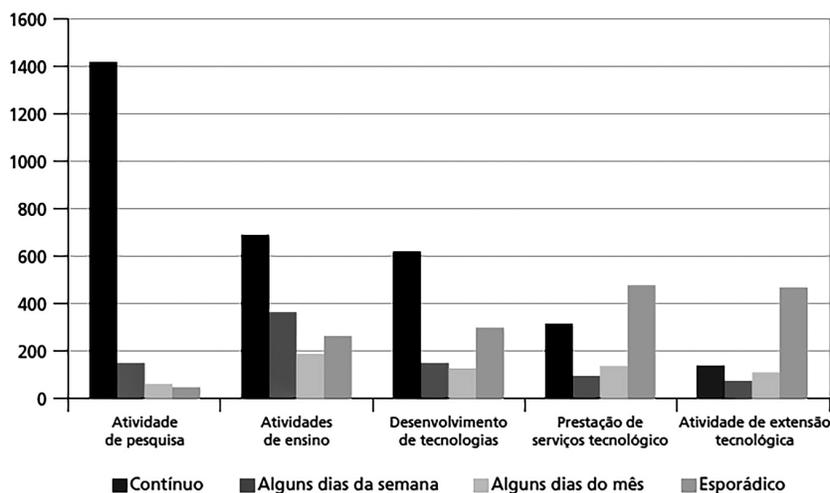
TIPO DE VÍNCULO	NÚMERO	(%)
Outro	1.137	19
Prestador de serviço terceirizado	891	15
Servidor/funcionário	3.886	66
Total	5.914	100

Fonte: IPEA (2016, p. 35).

A pesquisa mostra um crescimento das estruturas de 1980 até 2012. Mostra também que boa parte dos pesquisadores não se dedica integralmente à infraestrutura, o que é compreensível, pois muitos são docentes com compromissos com outras entidades e atividades.

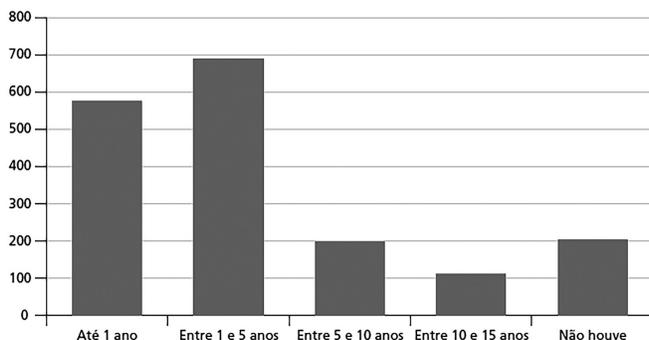
Nas Figuras 19 e 20, a pesquisa do Ipea demonstra o modo de utilização dessas infraestruturas.

Figura 19 – Intensidade de uso das instalações e equipamentos por atividade



Fonte: IPEA (2016, p. 38).

Figura 20 – Número de infraestruturas segundo período de realização do último investimento significativo em modernização ou ampliação



Fonte: IPEA (2016, p. 32).

A pesquisa constatou que o número total de estruturas “acreditadas no Imetro” era de 152, assim distribuídas: calibração: 31; ensaios: 125; outras modalidades: 73.

Segundo a avaliação dos próprios coordenadores, as condições operacionais das infraestruturas são expressas na tabela a seguir:

Tabela 20 – Avaliação das condições gerais da infraestrutura

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS	INSUMOS	EQUIPAMENTOS	MANUTENÇÃO	INSTALAÇÕES
Muito bom	730	210	420	110
Bom	746	731	893	493
Regular	160	614	369	710
Ruim	12	183	51	426
Não se aplica	111	21	26	20
Não informado	1	1	1	1

Fonte: IPEA (2016, p. 48).

Vale observar as avaliações qualificadas como “regular” e “ruim”, principalmente quanto à manutenção e instalações físicas. Outra

flagrante anomalia diz respeito à distribuição geográfica das infraestruturas de pesquisa no Brasil:

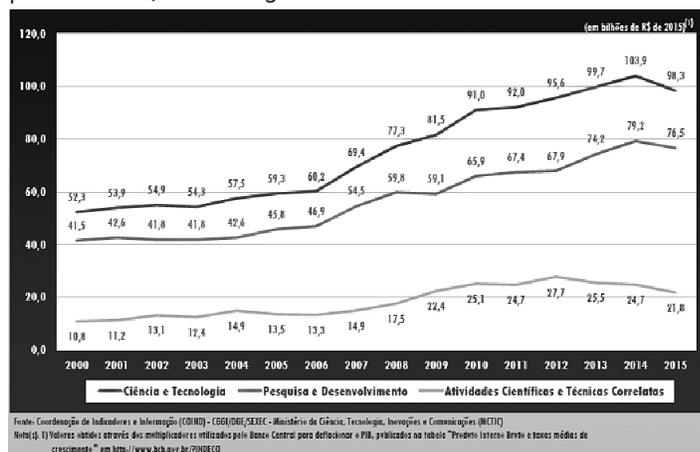
Tabela 21 – Número de infraestruturas e área física total por região geográfica

REGIÃO	NÚMERO DE INFRAESTRUTURAS	ÁREA FÍSICA (M ²)
Centro-Oeste	113	16.211,18
Nordeste	170	22.828,88
Norte	54	8.890,16
Sudeste	1.004	237.438,27
Sul	419	76.045,48
Total	1.760	361.413,97

Fonte: IPEA (2016, p. 32).

Os dados do governo federal mostram as aplicações mais recentes nas áreas de ciência, tecnologia e inovação:

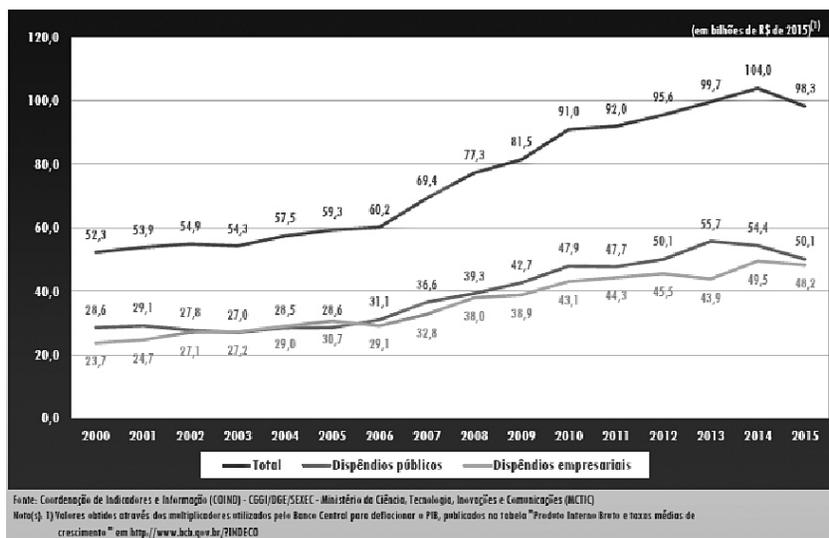
Figura 21 – Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (em valores de 2015) por atividade, 2000-2015



Fonte: Brasil (2017, p. 21).²²

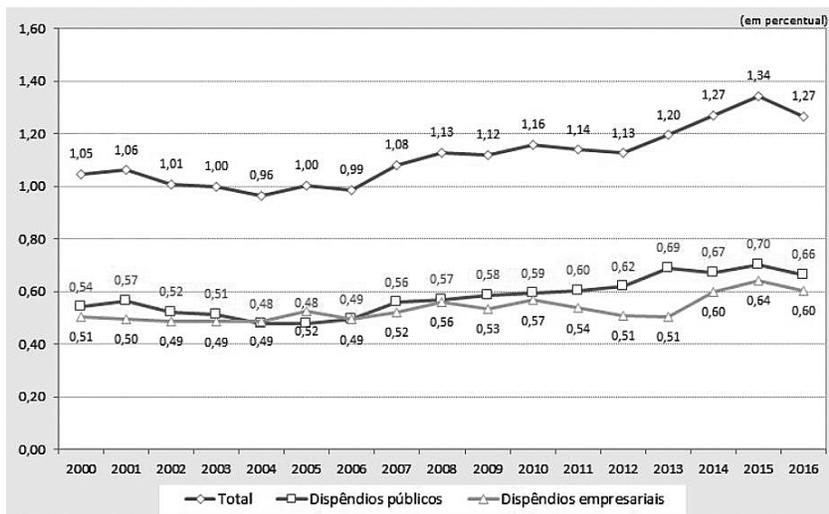
22 BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. *Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação*. Brasília, DF, 2017.

Figura 22 – Dispêndio ciência e tecnologia (em valores de 2015) total e por setor institucional, 2000-2015



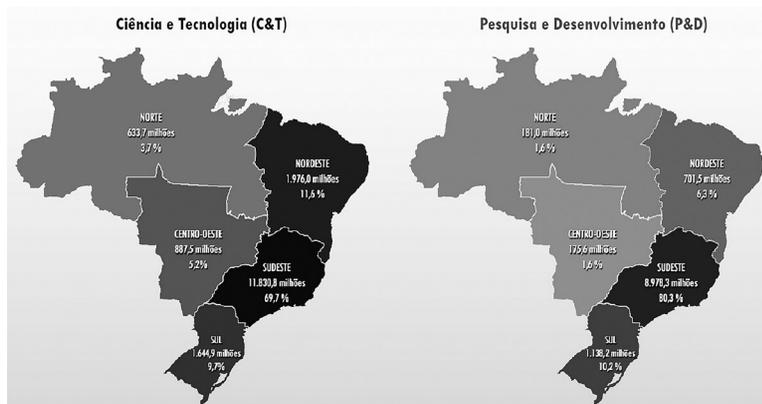
Fonte: Brasil (2017, p. 23).

Figura 23 – Dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB por setor, 2000-2015



Fonte: Brasil (2017, p. 27).

Figura 24 – Despesas percentuais das regiões em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento



Fonte: Brasil (2017, p. 43).

Figura 25 – Despesas por países em pesquisa e desenvolvimento

	Country/Region	Expenditures on R&D (billions of US\$, PPP)	% of GDP PPP	Expenditures on R&D per capita (US\$ PPP)	Year	Source
1	United States	511.1	2.744%	1,586.35	2016	[2]
2	China	451.9	2.107%	321.99	2016	[2]
3	Japan	165.7	3.147%	1,297.39	2016	[2]
4	Germany	118.8	2.94%	1,450.17	2016	[2]
5	South Korea	91.6	4.292%	1,518.47	2014	[3]
6	India	66.5	0.85%	39.37	2015	[4]
7	France	60.0	2.256%	905.8	2014	[5]
8	United Kingdom	44.8	1.701%	692.9	2014	[5]
9	Russia	42.6	1.187%	290.21	2014	[3]
10	Brazil	38.4	1.17%	177.89	2012	[6][2][7]
11	Taiwan	33.7	3.1%	1,383.84	2015	[8][3]
12	Italy	27.4	1.287%	452.14	2014	[3]
13	Canada	25.7	1.612%	723.5	2014	[5]
14	Australia	23.3	2.12%	986.86	2014	[9]
15	Spain	19.2	1.222%	413.46	2014	[3]
16	Netherlands	16.3	1.973%	967.8	2014	[5]
17	Turkey	15.3	1.007%	198.36	2014	[3]
18	Sweden	14.2	3.161%	1,468.1	2014	[5]
19	Switzerland	13.1	2.967%	1,647.90	2012	[3]
20	Israel	12.7	4.3%	1,361.56	2015	[3]
21	Belgium	12.4	2.465%	1,102.9	2014	[5]

Fonte: List of countries by research and development spending (2019).²³

.....
²³ LIST of countries by research and development spending. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 2019. Disponível em: <https://>

A relação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) colocou o Brasil, em termos de valores absolutos, em 10^o lugar em 2014.

Quando se observa a proporção aplicada em ciência e tecnologia por PIB, o Brasil ocupa a 36^a posição, enquanto as 5 primeiras posições são ocupadas por: Israel (4,2% PIB), Finlândia, Coreia do Sul, Japão e Suécia (3,4% PIB).

A condição demonstrada anteriormente piorou com as medidas governamentais recentes, já que se teve, para 2015, 0,63% do PIB e reduzindo seguidamente em 2016 e 2017, com previsão de apenas 0,35% do PIB para 2018.

Conforme demonstrado ao longo do texto, o problema é de natureza estrutural, e não conjuntural, indicando a necessidade de reestruturação do país quanto a essa problemática, o que significa a proposição de um projeto de reconstrução do Brasil à maneira das propostas apresentadas em suas respectivas épocas por André Rebouças e José Bonifácio de Andrada e Silva.

.....
en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_research_and_development_spending. Acesso em: 20 mar. 2019.

O QUE FAZER?

Evidentemente, há várias possibilidades. Esboço uma delas, que está exposta num artigo escrito há algum tempo e que é basicamente apresentado a seguir.

CINQUENTA ANOS EM CINCO JÁ: AÇÕES PARA A RETOMADA DA ENGENHARIA BRASILEIRA

A soberania de um País depende da sua independência científica, técnica e tecnológica, tanto na administração pública como no setor produtivo.¹

Um pouco de história

O ano de 1955 findou com a eleição de Juscelino Kubitschek, após um processo conflitante, antecedido pelo suicídio de Vargas. Empobrecido, o Brasil se caracterizava por uma população majoritariamente rural (60%) e carecia fortemente de infraestrutura. Nesse momento, Kubitschek lançou seu plano de metas e o *slogan* “50 anos em 5”, que, entre outras coisas, além das obras de infraestrutura e da construção de Brasília, pregava a criação das condições da consolidação e do avanço das ações do governo Vargas: produzir no Brasil o que o Brasil precisava.

.....

¹ Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

O plano de metas englobava:

- ◊ energia (metas de 1 a 5): energia elétrica, energia nuclear, carvão, produção e refino de petróleo;
- ◊ transportes (metas de 6 a 12): reativar estradas de ferro, estradas de rodagem, portos, barragens, marinha mercante, aviação;
- ◊ alimentação (metas de 13 a 18): trigo, armazenagem e silos, frigoríficos, matadouros, tecnologia no campo, fertilizantes;
- ◊ indústrias de base (metas 19 a 29): alumínio, metais não ferrosos, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria automobilística, indústria de construção naval, máquinas pesadas, material elétrico;
- ◊ educação (meta 30);
- ◊ Brasília (meta 31).

O desenvolvimento de cada um dos setores seria alcançado através de grandes investimentos estatais e da orientação do investimento privado para os setores produtivos. Segundo o IBGE,² a industrialização ocorrida a partir da década de 1960 gerou quase 25 anos de crescimento nos valores exportados pelo país.

Após o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil passou por um governo de curta duração – Jânio Quadros, seguido pelo governo João Goulart. Goulart – apesar de ter concebido com sua equipe um ano trienal marcado pela implantação da Eletrobrás, centrais elétricas brasileiras e a realização de algumas obras de infraestrutura, como, por exemplo, o asfaltamento da rodovia Rio-Bahia, BR 116 – não concretizou outras realizações no que tange ao desenvolvimento econômico.

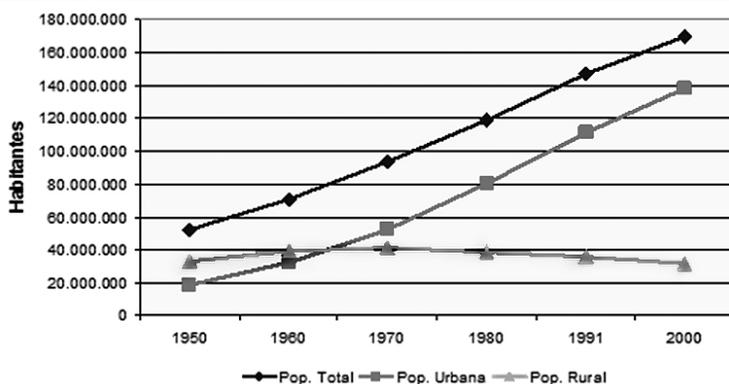
A interrupção abrupta da Segunda República com a implantação do Regime Militar trouxe consigo uma era de opressão que

.....
2 IBGE, 2006.

agravou as condições e as desigualdades sociais e regionais, embora obtivesse altas taxas de crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico. A restauração democrática, com o restabelecimento dos direitos humanos, trouxe no seu bojo, com a Constituição de 1988, o estabelecimento legal de amplos direitos sociais. Concretamente, caracterizou-se pelo não desenvolvimento do país, sendo o final da década de 1980 e a década de 1990 marcados por uma acentuada desindustrialização e o crescimento do setor produtivo primário. Foi a chamada “década perdida”, caracterizada pelo aumento do desemprego e do decréscimo das atividades tecnológicas.

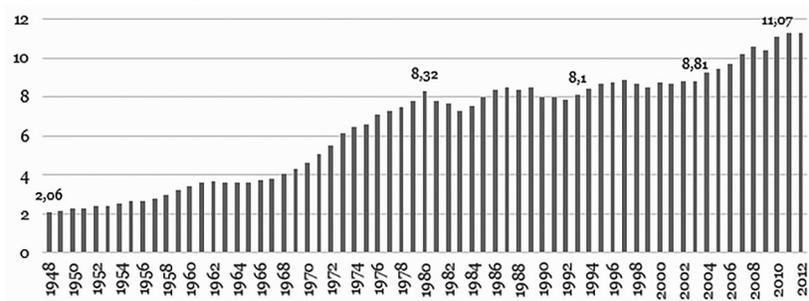
Embora houvesse uma retomada do crescimento durante o período de 2003 a 2014, o Brasil, posteriormente, voltou às condições da década perdida. A realidade brasileira, hoje, quando comparada com a época de Kubitscheck, quando a população era majoritariamente rural, é outra: 84,36% da população concentram-se nas cidades, seja nos grandes conglomerados urbanos, seja na sede dos municípios no interior do país. É o caos do engarrafamento, da poluição, da ocupação indevida do solo, da contaminação dos recursos hídricos, da morte dos corpos d’água, da violência, da exclusão social.

Figura 26 – Evolução da população brasileira: 1950-2000



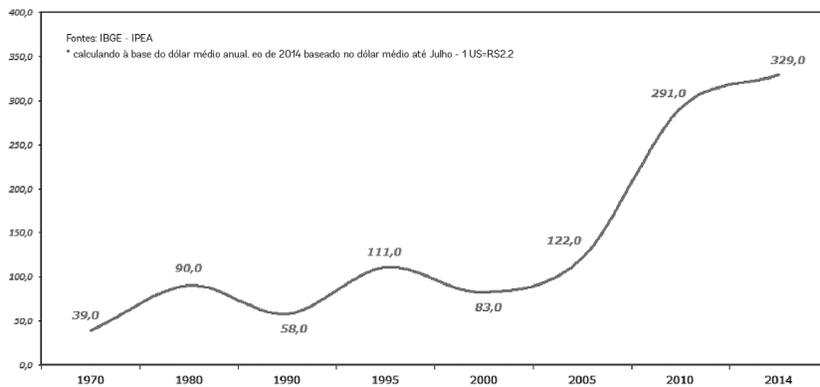
Fonte: Girardi ([200-]).

Figura 27 – Evolução do PIB *per capita* de 1948 a 2012



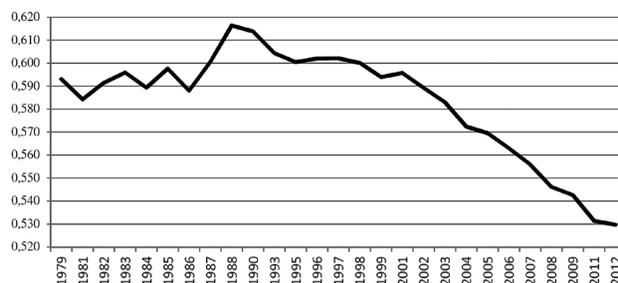
Fonte: Andrada (2017).

Figura 28 – Evolução do salário mínimo em US\$ de 1970 a 2014



Fonte: Brasil Fatos e Dados (2010).

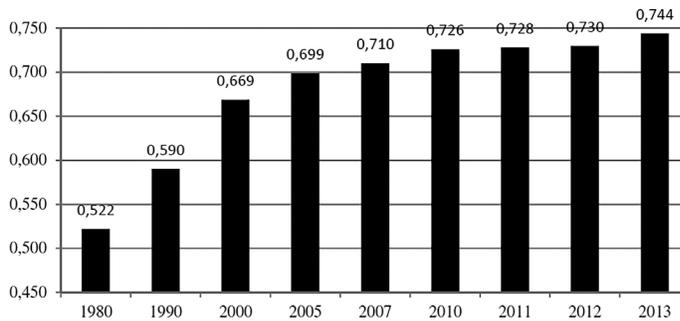
Figura 29 – Trajetória do Índice de Gini de 1979 a 2012



Fonte: Goularti Filho e Rabelo (2017, p. 118).

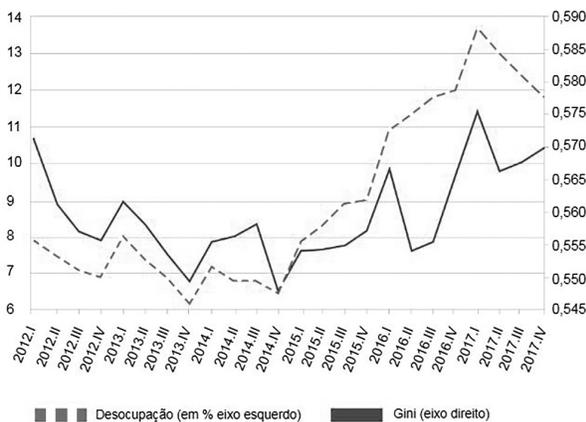
Nota: O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Figura 30 – Evolução do IDH brasileiro de 1980-2013



Fonte: Goularti Filho e Rabelo (2017, p. 122).

Figura 31 – Crescimento, precarização e desigualdade



Fonte: Crescimento... (2018).

Face à realidade atual, só resta ao Brasil a opção explicitada por Mitterrand na sua campanha de 1981, “Il fault changer”, segundo a qual é necessário mudar: as políticas de educação, de ciência e tecnologia; a política econômica, privilegiando os setores produtivos; a estrutura do Estado e de sua estrutura tributária; mas, antes de tudo, urge mudar a postura em relação ao Brasil: 50 anos em 5 já!

UM CAMINHO PARA A RETOMADA

O jornal *O Estado de S. Paulo*,³ em julho de 2016, informava que o Brasil tinha 5 mil obras paradas, sendo que, entre elas, estão cinco grandes obras: transposição do Rio São Francisco, Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, Usina Hidrelétrica de Jirau, Ferrovia Norte-Sul e Refinaria Abreu e Lima. Ressalta-se ainda que, além das obras paralisadas, há um grande número de projetos de infraestrutura também inativos e desativados.

Na Bahia, exceção das obras de mobilidade urbana em Salvador, os grandes projetos como Porto Sul ou Ferrovia Oeste ou estão parados ou tocados em ritmo lento. Na área de obras rodoviárias, “são R\$ 2,8 bilhões que deixam de ser investidos na Bahia por conta do corte do orçamento previsto no Ministério dos Transportes”.⁴ Além disso, há obras paralisadas em quase todos os municípios da Bahia (cerca de 200). Somam-se ainda a desativação de unidades dentro do complexo industrial da Bahia e o fechamento de fábricas como a Gerdau e a Tigre, enquanto continuamos a exportar minérios e importar perfis de aço e produtos acabados.

O Instituto Politécnico da Bahia (IPB), em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (Crea-BA),

.....
3 PEREIRA, Renée. Brasil tem cerca de 5 mil obras paradas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 2016. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-cerca-de-5-mil-obras-paradas,1887811>. Acesso em: 15 mar. 2019.

4 UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA, 2015.

tem realizado o programa Agenda de Desenvolvimento Bahia: a engenharia como propulsora do desenvolvimento econômico e social. Foram realizados três fóruns em 2016: Vasco Neto-Transporte e Mobilidade Urbana; José Walter Bautista Vidal: Energia, Desenvolvimento e Sustentabilidade; e Carlos Espinheira de Sá: Indústria, Processos Industriais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Em 2017: Fórum Theodoro Fernandes Sampaio – Água, vetor de desenvolvimento sustentável; Fórum Sylvio de Queirós Mattoso – Mineração, metalurgia, sustentabilidade e desenvolvimento; e Fórum Hernani Sávio Sobral – Edificações: métodos construtivos, eficiência e sustentabilidade. Três outros fóruns em 2018: Fórum Octavio Mangabeira – Transporte, Armazenamento, Desenvolvimento (março); Fórum Geraldo Rocha – Interiorização do Conhecimento, Industrialização e Desenvolvimento (julho); e Fórum Antônio José Valente (outubro) – Tecnologias Novas e Revisitadas: vetor de desenvolvimento.

Entretanto, essas medidas, que são desejáveis, são insuficientes. Urge propor ações concretas no sentido de o Crea-BA e as entidades ligadas à engenharia lutarem para que, a partir dos levantamentos já disponíveis das obras paralisadas, haja atuação na verificação do seu estado atual, por região, podendo contar com o apoio das delegacias do Crea e, posteriormente, proceder à definição de prioridades, face ao impacto de cada uma delas no desenvolvimento socioeconômico. Paralelamente, deve-se agir junto à Frente Parlamentar para implementação de legislação que facilite a geração de tecnologias visando cidades sustentáveis, a capacitação da gestão dos municípios, a interiorização da pesquisa e da industrialização e a transformação das carreiras tecnológicas em carreiras de estado. Deve-se também fomentar a correta atuação das instituições definidas pela legislação do Terceiro Setor e atuar para remoção dos óbices quanto à execução de projetos e obras. Além disso, é necessário, simultaneamente, propor facilidades para a criação de

pequenas e médias empresas e projetos de desenvolvimento num prazo curto nas áreas de:

- ◇ energia: energias renováveis, gás, campos maduros, liquefação do carvão;
- ◇ transportes: reativar e ampliar estradas de ferro, estradas de rodagem – garantindo mobilidade urbana e rural, navegação fluvial e de cabotagem, portos, barragens, marinha mercante, aviação –, retomando rapidamente o domínio dos navios de bandeira nacional;
- ◇ alimentação: industrialização local de grãos e produtos agrícolas, armazenagem e silos, frigoríficos, matadouros, tecnologia no campo, fertilizantes, alcoolquímica;
- ◇ indústrias: produção de perfis e chapas de alumínio, metais não ferrosos e seus perfis, papel e celulose, borracha, exportação de produtos manufaturados, indústria de bens de capital, indústria de construção naval, material elétrico, indústria eletrônica e de informática, mecânica fina e nanoindústria;
- ◇ educação: fortalecimento do ensino fundamental e da pesquisa tecnológica, principalmente no que tange à utilização dos recursos naturais brasileiros, cumprindo a Constituição Federal, a real adoção do Marco Legal da Ciência e Tecnologia, estreitando a relação da comunidade acadêmica com a sociedade.

Lembremo-nos de que o desenvolvimento de cada um dos setores será alcançado através de grandes investimentos estatais e da orientação do investimento privado para os setores produtivos, o que implica uma reestruturação da dívida pública.

Essa mesma proposição deverá ser aplicada em cada estado e no Distrito Federal, sendo a coordenação nacional efetuada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). Uma vez posta em prática essas iniciativas, há necessidade de uma intensa participação dos profissionais das áreas tecnológicas nos órgãos e instituições profissionais, regulamentadores e de classe.

Urge contribuir decisivamente na construção de um projeto para o Brasil. Urge utilizar o conhecimento disponível dos profissionais mais experientes, incluindo os idosos, e incentivar a real participação dos jovens estudantes.

A efetiva participação nos diferentes fóruns temáticos de discussão e debates, como a Agenda de Desenvolvimento Bahia, aliada à contribuição cidadã aos movimentos de incentivo da inovação e da participação dos jovens, como o Prêmio Arlindo Frago, e aos de defesa da cidadania são as ferramentas eficazes para, objetivamente, alcançar 50 anos em 5 já e obter o ressurgimento da engenharia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta interpretar o mundo, é necessário transformá-lo.
(Karl Marx)

Não há muito tempo disponível para ação, mas é necessário que as instituições da sociedade civil, as instituições acadêmicas e as pessoas parem e reflitam sobre o momento atual e momentos que já viveram e busquem aquela junção que os brasileiros fazem, solidariamente, em épocas de desastre: se dão as mãos, se unem e trabalham para o bem de outrem. No presente caso, o outrem é uma nação inteira, o Brasil-nós.

O Brasil é uma nação rica por seus recursos naturais, por seu caldeirão étnico, por sua biodiversidade e seu multiculturalismo. Em seu livro *A reconquista do Brasil*, J. W. Bautista Vidal comenta sobre suas publicações e a realidade brasileira:

A 'Reconquista do Brasil' e aqueles (livros) que o precederam surgiram assim de uma premente necessidade de tentar superar a brutal desinformação dos brasileiros sobre as principais questões de nosso tempo. Desinformação que atinge amplos setores e camadas da vida nacional, desde sofisticados intelectuais e oficiais superiores das Forças Armadas; de juízes dos tribunais superiores a ministros de Estado e altos funcionários; de embaixadores e industriais a produtores rurais; de professores universitários a líderes sindicais; estudantes a trabalhadores organizados e, evidentemente, o que se costuma chamar de 'povão', em cujo meio está a terrível realidade dos 'excluídos'. O bloqueio monolítico da grande mídia sobre as informações necessárias ao entendimento da realidade nacional e mundial,

ou seu falseamento por conveniência de grupos hegemônicos, impondo à população versões deformadas com viés ideológico de grupos dominantes, ademais unilateral e antinacional, sem a presença do contraditório, forma um quadro que impede que a sociedade possa refletir e tomar conhecimento do que está ocorrendo com o país e com o seu povo, ou seja com a Nação.¹

Faz-se, então, necessário refletir e agir.

.....
1 VIDAL, José Walter Bautista. *A reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997. p. 29. (Coleção Brasil Hoje).

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução e notas de Edgar Süssekind de Mendonça. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Relatório de acompanhamento setorial: nota sobre a competitividade atual da indústria brasileira de bens de capital*. [S. l.], 2011. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/Neit/images/stories/arquivos/Relatorios_NEIT/Relatorio-Bens-de-Capital.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

ALBUQUERQUE, L. *Alguns documentos sobre a colonização do Brasil: (século XVI)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

ALVES, Marcio Moreira. *Bê a Bá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edição Gemasa, 1968.

ANDRADA, Alexandre. Uma breve história da economia brasileira (1948-2018). *Huffpost*, [s. l.], 26 jan. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/alexandre-andrada/uma-breve-historia-da-economia-brasileira-1948-2018_a_21686394/. Acesso em: 20 mar. 2019.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Uma engenharia mais ampla. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 253, p. 95-97, mar. 2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/03/17/uma-engenharia-mais-ampla/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1985.

ARRAES, Roosevelt. Alienação, fanatismo e elitismo: sobre as suscetibilidades humanas na política. *Gazeta do povo*, [s. l.], 21 mar. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/mergulhando-na-politica/alienacao-fanatismo-e-elitismo-sobre-as-suscetibilidades-humanas-na-politica/>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. (Biblioteca Breve, v. 79).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFRIGERAÇÃO, AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E AQUECIMENTO. *Shopping centers no Brasil*. São Paulo, [2015]. Disponível em: <http://www.abrava.com.br/arquivos/3/de105093ce1187e9422b1c07dde5c9a5.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

AZEVEDO NETO, Vasco. *Transportes na América do Sul: desenvolvimento e integração continental, ligação ferroviária Atlântico-Pacífico*. Salvador: Helvécia, 2004.

BALEIRO, Aliomar. *As constituições brasileiras: volume II: 1891*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 2).

BALEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Constituições brasileiras: volume V: 1946*. 3. ed. Brasília, DF, Senado Federal, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 5).

BARROSO, Gustavo. *Brasil colônia de banqueiros*. Porto Alegre: Revisão, 1989.

BOLETIM ESTATÍSTICO. [S. l.]: Seguradora Líder DPVAT, ano 5, v. 4, jan./dez. 2015.

BONFIM, Manoel. *A potencialidade do semiárido brasileiro*. Brasília, DF: Edição do Autor, 2007.

BRADESCO. Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. *Bens de capital*. Osasco, SP, 2019. Disponível em: https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_bens_de_capital.pdf. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL FATOS E DADOS. [S. l.], 1 out. 2010. Disponível em: <https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/10/01/renda-salario-minimo-em-dolaru-evolucao-nominal-e-crescimento-percentual-por-mandato-1995-2010/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

- BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951*. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Brasília, DF: Senado Federal, 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1390.htm. Acesso em: 23 fev. 2018.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. *Indicadores nacionais de ciência, tecnologia e inovação*. Brasília, DF, 2017.
- CALMON, P. Prefácio. In: BRASIL. Secretaria da Câmara dos Deputados. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Movimento negro no Brasil. *Diálogos Latino Americanos*, Aarhus, n. 7, p. 56-80, 2003.
- CAMPOS, Paulo Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. *Política industrial do governo Lula. Texto para Discussão*, Campinas, n. 181, p. 1-27, jul. 2010.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.
- CARVALHO, Sandro Sacchet de. *As relações comerciais brasileiras no final do século XIX até 1945*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CAVALCANTI, Flavio. *1874 – Planos Ferroviários: plano Rebouças*. [S. l.], 23 nov. 2014. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferroviarios/1874-Plano-Reboucas.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- COELHO FILHO, Luiz Walter. *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar, 1541-1550*. Salvador: Vila Velha, 2000.

COLÉGIO BRASIL. *Família Brasil*. Niterói, 5 jul. 2012. Facebook: Colégio Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/ColegioBrasilNiteroi/posts/245397075580116>. Acesso em: 18 out. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *A indústria de bens de capital no Brasil*. [São Bernardo do Campo], 2012.

CORREIA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

COSTA, Caiuby Alves de. *A necessidade de reestruturação da Escola Politécnica da UFBA*. Salvador: Edufba, 2001.

COSTA, Caiuby Alves de. *As técnicas, a engenharia e a tecnologia no Brasil através da sua história: aspectos fundamentais*. Salvador, 2013a. v. 1. Não publicado.

COSTA, Caiuby Alves de. *As técnicas, a engenharia e a tecnologia no Brasil através da sua história: as indústrias de bens de consumo*. Salvador, 2013b. v. 5. Não publicado.

COSTA FILHO, Wenceslau Tavares. Tobias Barreto e a questão racial no Brasil pré-republicano. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 5 set. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-set-05/wenceslau-filho-tobias-barreto-questao-racial-brasil>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CRESCIMENTO, precarização e desigualdade em 2017. *Carta Capital*, São Paulo, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/crescimento-precarizacao-e-desigualdade-no-fechamento-de-2017/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1968. Não publicado.

D'ARAÚJO, Maria Celina de Soares. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: [s. n.], 17 dez. 1946.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil em 1872*. [S. l.], 1872. v. 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Departamento de Economia, Competitividade e Tecnologia. *Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB*.

São Paulo, maio 2015. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*.

São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FRAGOSO, Arlindo. *Notas econômicas e financeiras*. Salvador: Imprensa Oficial Bahia, 1916.

FORNARI, Ernani. *O “incrível” padre Landell de Moura*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1984.

FULBRIGHT, William. *Velhos mitos e novas realidades*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da Questão Agrária Brasileira*. [200-]. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

GODOY, Arnaldo Sampaio De Moraes. Um relato de Graça Aranha sobre Tobias Barreto. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-out-05/embargos-culturais-relato-graca-aranha-concurso-tobias-barreto>. Acesso em: 17 mar. 2019.

GOMES, Gerson; CRUZ, Carlos Antônio Silva da. *Vinte anos de economia Brasileira 1994/2014*. Brasília, DF, jul. 2014. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2014/09/vinte-anos-de-economia-brasileira-1994-2014-versc3a3o-ampliada.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides; RABELO, Giani. Crescimento, educação e desigualdade social no Brasil: invertendo prioridades. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 109-135, dez. 2017.

IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. *Brasil/Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1972.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. O emprego industrial por intensidade tecnológica: impacto da recessão e desempenho recente. *Carta IEDI*, São Paulo, n. 818, 1 dez. 2017. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_818.html. Acesso em: 19 mar. 2019.

IPEA. *Atlas da violência*. Rio de Janeiro, 2017.

IPEA. *Sistemas setoriais de infra estrutura de pesquisa no Brasil*. Brasília, DF, 2016.

LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LAMARÃO Sergio Tadeu N. A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil. *América Latina en la Historia Económica Boletín de Fuentes*, Cidade do México, n. 8, p. 39-49, 1997.

LEITE, Alexandre César Cunha. Investimento em P&D no Brasil e China: uma questão de estrutura. *Boletim Meridiano* 47, [s. l.], v. 14, n. 137, p. 13-19, maio/jun. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4347450/Investimentos_em_P_and_D_no_Brasil_e_na_China_uma_quest%C3%A3o_de_estrutura. Acesso em: 20 mar. 2019.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. Anúncios de escravos: os classificados da época. *Portal Geledés*, São Paulo, 12 maio 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/anuncios-de-escravos-os-classificados-da-epoca/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LIST of countries by research and development spending. *In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia*. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 2019. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_research_and_development_spending. Acesso em: 20 mar. 2019.

LONGO, Waldimir Pirró e. Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: evolução após a 2ª Grande Guerra. *In: MEIS, Leopoldo de et al. (org.). A universidade e a pesquisa: o público e o privado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. p. 141-208.

LYRIO, Alexandre. *Juliano Moreira: o terapeuta do afeto*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2012. (Coleção Gente da Bahia, n. 23).

MASSON, Vinícius. *O desenvolvimento Juscelinista: cinquenta anos em cinco: o Plano de Metas: 1956-1961*. Juiz de Fora, 19 jul. 2011. Disponível em: <https://estudoeconomia.webnode.com.br/news/jucelino-kubitschek/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & Cia e ao Público*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Consto de J. Villeneuve & C, 1878.

MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Ancien Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO, Alessandra. Frente negra brasileira tem ideais sufocados. *Estado de Minas Política*, Belo Horizonte, 1 set. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml. Acesso em: 17 mar. 2019.

MELO, Hildete Pereira de *et al.* O BNDE e a execução do Plano de Metas: 1956/60. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 8.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 9., 2009, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: ABPHE, 2009. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/hildete-pereira-de-melo_ana-claudia-caputo_victor-leonardo-de-araujo_gloria-maria-moraes-da-costa.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

MENEZES, Marta V. Santos. A utopia agrária e democrática de André Rebouças. *Revista Três Pontos*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 131-140, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3246>. Acesso em: 17 mar. 2019.

MILANI, R. M. *A importância do sistema ferroviário para o desenvolvimento capitalista: uma análise do caso brasileiro – da implantação ao avanço industrial em 1950*. São Paulo: Ed. FAAP, 2010.

MIROW, Kurt. *A ditadura dos cartéis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta d'Areia*. 2007.

Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

NASCIMENTO, Douglas. *Os repugnantes anúncios de escravos em jornais do século 19*. São Paulo Antiga, [São Paulo], 5 jul. 2013. Disponível em: <http://www.saopauloantiga.com.br/anuncios-de-escravos/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

NOBRE, Carlos. O crime da água dos irmãos Rebouças. *Portal Geledés*, São Paulo, 31 jul. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-crime-da-agua-dos-irmaos-reboucas/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NOGUEIRA, Octaciano. *As constituições brasileiras*: volume I: 1824. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 1).

NOTAS de aula: planejamento e política econômica: O Plano (Programa) de Metas –1956/1961. [S. l.], [200-]. Disponível em: http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_Plano_Metas.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

PEREIRA, Renée. Brasil tem cerca de 5 mil obras paradas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 2016. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-cerca-de-5-mil-obras-paradas,1887811>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PINTO FERREIRA. *Direito agrário*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Pinto+Ferreira+ac+Direito+Agrario+Lincoln+garantiu+a+impenhorabilidade+da+pequena+propriedade+agricola& oq=Pinto+Ferreira>. Acesso em: 17 mar. 2019.

POLETTI, Ronaldo. *As constituições brasileiras*: volume III: 1934. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Brasília, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 3).

REBOUÇAS, André. *Diários*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. (Coleção de Documentos Brasileiros).

REGO, Maria Filomena. *O aprendizado da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

REVISTA PESQUISA FAPESP. São Paulo: FAPESP, n. 254, abr. 2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/04/19/folheie-a-edicao-254/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- RIBEIRO, Manoel Bomfim. *A potencialidade do semi-árido brasileiro*. Brasília, DF: Edição do Autor, 2007.
- O RIO de Janeiro na República do Brasil: Getúlio Vargas e o Estado Novo – 1930-1945: A economia na Era Vargas. [S. l.], [200-]. Disponível em: <http://www.marcellio.com/rio/hiregeco.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- SANTOS, Ademir Pereira dos. *Theodoro Sampaio nos Sertões e nos campos*. Salvador: Odebrecht, 2010.
- SANTOS, Altair. *Rússia é o país que mais forma engenheiros no mundo*. [S. l.], 9 nov. 2016. Disponível em: <https://www.cimentoitambe.com.br/russia-forma-engenheiros/>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- SILVA, Marcos. *História da educação brasileira*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. p. 91-92.
- SILVA, Jose Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Ossesio. *O negro na política brasileira*. [S. l.], 16 out. 2015. Disponível em: <http://ossesiosilva.com.br/2015/10/16/o-negro-na-politica-brasileira-2/>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- SÍRIA teve 60 mil mortes em 2016, segundo ONG: o Observatório Sírio dos Direitos Humanos condena o o silêncio da comunidade internacional e pede que as potências mundiais atuem de maneira mais séria. *Exame*, [São Paulo], 31 dez. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/siria-teve-60-mil-mortes-em-2016-segundo-ong/>-. Acesso em: 16 mar. 2019.
- SISS, Ahyas. Educação, cidadania e multiculturalismo. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Poços de Caldas. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da cultura brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.
- SOLOW, Arthur. Evolução da dívida pública brasileira desde 1978. *Terraço Econômico*. [S. l.], 5 ago. 2016. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/evolucao-da-divida-publica-brasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

- SOUZA, Antonio Loureiro de. *Baianos ilustres*. São Paulo: Ibrasa, INL, 1979.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. Salvador: Edufba, 2008.
- TOMASI DI LAMPEDUSA, Giuseppe. *O Leopardo*. Lisboa: Bertrand, [19--].
- TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA. *Bahia tem R\$ 2,8 bi em obras rodoviárias paradas*. Salvador, 22 maio 2015. Disponível em: <http://upb.org.br/noticias/bahia-tem-r-28-bi-em-obras-rodoviaras-paradas>. Acesso em: 18 out. 2018.
- VIDAL, José Walter Bautista. *A reconquista do Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997. (Coleção Brasil Hoje).
- VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política de governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1973.
- WÖLBERT, Alex. *O Brasil de João. SIM São Gonçalo*, São Gonçalo, 4 jun. 2014. Disponível em: <https://simsaogoncalo.com.br/educacao/o-brasil-de-joao/>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- XAVIER, Lauro P. *O caroá*. Natal: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte: Fundação Guimaraes Duque, 1982.

APÊNDICE A – Revoltas e insurreições no Brasil

I – REVOLTAS E INSURREIÇÕES NO IMPÉRIO BRASILEIRO (1822-1889)

- ◇ Confederação do Equador: revolta separatista, Nordeste (1823-1824);
- ◇ Guerra da Cisplatina: Brasil contra Argentina e rebeldes uruguaios (1825-1828);
- ◇ Revolta dos Mercenários: mercenários contra Império do Brasil, Rio de Janeiro (1828);
- ◇ Noite das Garrafadas: insurreição popular e confronto entre brasileiros e portugueses, Rio de Janeiro (abril de 1831);
- ◇ Cabanada: insurreição popular, Pernambuco e Alagoas (1832-1835);
- ◇ Federação do Guanais: revolta separatista e republicana, Bahia (1832);
- ◇ Revolta do Ano da Fumaça: Minas Gerais (1833);
- ◇ Revolta de Carrancas: insurreição de escravizados, Minas Gerais (1833);
- ◇ A Rusga: revolta entre conservadores, que queriam manter o Império, e republicanos, Mato Grosso (1834);

- ◇ Cabanagem: insurreição popular, Pará (1835-1840);
- ◇ Revolta do Malês: insurreição religiosa, Bahia (1835);
- ◇ Revolução Farroupilha: revolta separatista e republicana, Rio Grande do Sul (1835-1845);
- ◇ Sabinada: insurreição popular, Bahia (novembro de 1837-1838);
- ◇ Balaiada: insurreição popular, Maranhão (1838-1841);
- ◇ Revoltas Liberais: revolta liberal, São Paulo e Minas Gerais (1842);
- ◇ Revolta dos Lisos: revolta liberal, Alagoas (1844);
- ◇ Motim do Fecha-Fecha: Pernambuco (1844);
- ◇ Motim do Mata-Mata: Pernambuco (1847-1848);
- ◇ Insurreição Praieira: revolta liberal e republicana, Pernambuco (1848-1850);
- ◇ Revolta do Ronco de Abelha: Nordeste (1851-1854);
- ◇ Levante dos Marimbondos: Pernambuco (1852);
- ◇ Revolta da Fazenda Ibicaba: São Paulo (1857);
- ◇ Revolta dos Muckers: insurreição popular-messiânica, Rio Grande do Sul (1868-1874);
- ◇ Revolta dos Quebra-Quilos: insurreição popular, Nordeste (1874-1875);
- ◇ Guerra das Mulheres: insurreição popular, Nordeste (1875-1876);
- ◇ Revolta do Vintém: insurreição popular, Rio de Janeiro (1880);
- ◇ Revolta do Vintém: insurreição popular, Curitiba (1883);

◊ Golpe de 15 de Novembro: golpe militar, Proclamação da República, Rio de Janeiro (1889).

II – REVOLTA DO MALÊS: INSURREIÇÃO RELIGIOSA, BAHIA (1835)

Maria Consuelo Cunha Campos, no trabalho *O movimento no Brasil*, relata:

Julio J. Chiavenato, em *O Negro no Brasil*, reporta tentativas de fundação, na Bahia, de um estado teocrático islâmico, orientadas a partir da África [...], onde alufás islamizavam os outros negros e os ensinavam a ler o Alcorão e a escrever em árabe, hauçá, iorubá com o alfabeto arábico.

Hauçás e nagôs, que protagonizaram as guerras religiosas na Bahia, constituíam uma elite intelectual africana, mantendo a ligação com o continente de origem, onde as jihads ou guerras santas contra os infiéis eram decretadas.¹

Quando a rebelião de 1835 foi vencida, os documentos apreendidos revelaram o alto grau da organização hauçá, tendo sido encontrados manuscritos em árabe com os planos da revolta, além de diversos livros no idioma, que a ignorância policial jogou fora: chegou a haver, portanto, uma literatura hauçá na Bahia.

III – REVOLTAS E INSURREIÇÕES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

◊ Revolta da Armada: o primeiro bombardeio da cidade do Rio de Janeiro pelas forças rebeldes – Almirante Custódio de Mello (outubro de 1893);

.....
1 CAMPOS, 2003, p. 62.

- ◊ Revolução Federalista: guerra civil, Rio Grande do Sul (1893-1894);
- ◊ Revolta da Armada: revolta militar conservadora, Rio de Janeiro (1894);
- ◊ República de Cunani: insurreição popular-separatista, Amapá (1895-1900);
- ◊ Guerra de Canudos: insurreição popular Bahia (1896-1897);
- ◊ Revolução Acreana: guerra pela independência e anexação do Acre ao Brasil, contra a Bolívia (1898-1903);
- ◊ Revolta da Vacina: insurreição popular, Rio de Janeiro (1903);
- ◊ Revolta da Chibata: revolta militar, Rio de Janeiro (1910);
- ◊ Guerra do Contestado: insurreição popular, Santa Catarina e Paraná (1912-1916);
- ◊ Sedição de Juazeiro: insurreição política, Ceará (1914);
- ◊ Levante Sertanejo: insurreição dos coronéis contra o governo do estado da Bahia (1919-1930);
- ◊ Revolta dos 18 do Forte: revolta do movimento tenentista, Rio de Janeiro (1922);
- ◊ Coluna Prestes: insurreição militar (1923-1925);
- ◊ Revolução de 1930: movimento armado civil-militar (1930).

IV – GUERRA DE CANUDOS: INSURREIÇÃO POPULAR BAHIA (1896-1897)

A Guerra de Canudos foi resultante do confronto entre o movimento liderado por Antônio Conselheiro, de fundo sociorreligioso,

que havia fundado uma comunidade no interior do sertão baiano (Belo Monte) e o Exército brasileiro.

Essa comunidade, para a qual migraram milhares de sertanejos e que funcionava de forma autônoma, provocou o temor e a reação dos oligarcas locais com o clero, cujos representantes agiram junto ao governo federal para reprimir o movimento.

O conflito durou de 1896 a 1897, sendo necessárias quatro expedições: as três primeiras foram derrotadas – a primeira comandada pelo tenente Manoel da Silva Pires Ferreira (100 homens); a segunda, em janeiro de 1897, comandada pelo major Febrônio de Brito (200 homens); e a terceira comandada pelo coronel Moreira César, que já havia reprimido com violência a Revolução Federalista, com mais de 1.300 homens.

Finalmente, o governo de Prudente de Moraes enviou duas colunas com mais de 4 mil homens liderados por João da Silva Barbosa e Claudio Amaral Savaget, ambos generais. As duas colunas são equipadas com as mais modernas armas da época. Essa última expedição pôs fim a Canudos, destruindo 5.200 casebres. Antônio Conselheiro, que já havia morrido, teve seu corpo exumado, decapitado e queimado. Esse foi, talvez, o maior massacre da história brasileira – deixando 25 mil mortos.

V – REVOLTA DA CHIBATA: REVOLTA MILITAR, RIO DE JANEIRO (1910)

A Revolta da Chibata ocorreu em 1910, comandada pelo gaúcho João Cândido Felisberto, um marujo negro e analfabeto. A revolta tinha por objetivo diminuir a jornada de trabalho, aumentar os baixos salários e, principalmente, pôr fim aos castigos corporais que sofriam na Marinha brasileira os marinheiros e que persistiam contrariamente ao expresse pela República, que abolira o uso da chibata quando da sua proclamação.

Tendo sido aplicada a pena de 250 chibatadas a um marinheiro a bordo do encouraçado Minas Gerais e todos os marinheiros convocados a assistir à execução da pena, houve uma revolta que culminou com a tomada do Minas Gerais, aproveitando que o comandante não estava a bordo. Quando o comandante retornava ao navio, foi impedido de fazê-lo. Houve troca de tiros e o comandante Batista Neves acabou morrendo.

Em seguida, os revoltosos tomaram o navio São Paulo e enviaram um telegrama ao presidente Hermes da Fonseca, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro caso as suas reivindicações não fossem atendidas. Após negociações, o Senado aprovou o fim dos castigos corporais na Marinha e concedeu anistia aos revoltosos, caso eles depusessem as armas. Essas condições foram aceitas pelos rebelados. O decreto, entretanto, não foi cumprido, causando a eclosão de outra revolta, dessa vez no navio Rio Grande do Sul e no Batalhão de Fuzileiros Navais, na Ilha das Cobras. A nova revolta foi reprimida pelo Exército a mando do governo federal, e os novos e antigos revoltosos foram duramente perseguidos. Vários foram mortos, alguns presos, outros desterrados para o Acre, condenados a trabalhos forçados. O líder da Revolta da Chibata, João Cândido, sobreviveu e foi encaminhado a um hospital psiquiátrico. Foi julgado em 1912 e considerado inocente. Não foi anistiado nem recebeu qualquer pensão por parte da Marinha. Morreu em 1969.

Em 2008, o então presidente Lula sancionou uma lei concedendo anistia a João Cândido, mas houve veto à sua reincorporação à Marinha, o que daria direito a indenizações à família.

VI – COLUNA PRESTES: INSURREIÇÃO MILITAR (1923-1925)

A Coluna Prestes foi um movimento liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes, iniciado em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul,

contra o governo central brasileiro, à época presidido por Arthur Bernardes, pela condução das políticas socioeconômicas que privilegiavam a oligarquias agrária, falta de democracia, fraudes eleitorais, exploração das camadas mais pobres pelos chamados “coronéis” (líderes políticos locais). Objetivava a derrubada de Arthur Bernardes.

Mesmo após o fim da Primeira Guerra Mundial, em que já havia um certo grau de concentração populacional nas cidades com a presença de funcionários públicos, operários, trabalhadores autônomos e militares, só havia espaço político para a oligarquia rural.

A Coluna durou de 1925 a 1927, já no governo de Washington Luís, e percorreu cerca de 25 mil km (a grande Marcha Chinesa de Mao – 9.650 km) e 11 estados pelo interior do território brasileiro, tendo um núcleo fixo de 200 homens, embora em alguns momentos tivesse um contingente superior a 1.500. Buscava implantar o voto secreto, tornar o ensino fundamental obrigatório, dar um fim à miséria e às injustiças sociais. Continuidade do movimento tenentista, com destaque para Siqueira Campos, João Alberto e Luís Carlos Prestes, entre os gaúchos, e Juarez Távora e Eduardo Gomes, entre os demais.

Com a derrota do movimento tenentista de 1924, em São Paulo, as tropas comandadas por Miguel Costa migram para o Paraná, encontrando o grupo comandado por Prestes. Entre os comandantes de destacamento de Miguel Costa, estavam Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra. À Coluna, se juntou Juarez Távora. Eduardo Gomes foi preso antes de alcançá-la.

No seu percurso pelo Brasil, a Coluna Prestes teve adesão de parte da população dos locais por onde passava. A Coluna tomou contato de perto com a miséria e as consequências perversas do poder da oligarquia dominante. Após várias escaramuças com tropas federais ou jagunços dos coronéis, terminaram se retirando

para Bolívia com os quadros já reduzidos por doenças e desistências, sem conseguir a adesão da população à causa revolucionária.

VII – REVOLTAS E INSURREIÇÕES NA ERA VARGAS

- ◇ Revolução Constitucionalista de 1932 – revolta político-militar; guerra civil, São Paulo;
- ◇ Intentona Comunista – insurreição comunista, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte, 1935;
- ◇ Revolta Mineira de 1935 – movimento separatista, Minas Gerais, 1935-1936;
- ◇ Intentona Integralista – insurreição integralista, Rio de Janeiro, 1938;
- ◇ Deposição de Vargas, 1945;

VIII – REVOLTAS E INSURREIÇÕES NA SEGUNDA REPÚBLICA

- ◇ Novembro de 1955: à noite do dia 10, os generais Odílio Denys, comandante da Zona Militar Leste, e Olympio Falconière, comandante da Zona Militar Centro, reuniram-se com diversos oficiais-generais e decidiram não aceitar a dispensa de Lott do Ministério, em face do golpe que se aproximava. Informado de tal decisão, Lott determinou o cerco ao Palácio do Catete durante a madrugada do dia 11, além da ocupação dos quartéis da polícia e da sede da companhia telefônica;
- ◇ Jacareacanga: iniciou com a partida dos militares do Campo de Afonsos, no Rio de Janeiro, no dia 11 de fevereiro, quando tomaram um avião militar para a base militar de Jacareacanga. Os militares se instalaram na base

paraense e lá estabeleceram um quartel-general para o movimento. Passados dez dias do levante, os militares conseguiram dominar algumas cidades próximas ao local de onde se concentrava a rebelião; eram elas: Santa-rém, Itaituba, Aragarças e Belterra. Além dos militares, o movimento passou a contar com o apoio das populações locais. Terminou no final de fevereiro;

- ◇ Aragarças: revolta militar que se iniciou em 2 de dezembro de 1959, feita principalmente por militares da Aeronáutica e Exército ligados a militares de outra revolta conhecida como Revolta de Jacareacanga;
- ◇ Revolta das Barcas: levante popular, Niterói (22 de maio de 1959). Na noite de 21 de maio de 1959, o sindicato entrou em greve mais uma vez, de surpresa, reivindicando melhores condições de trabalho e organização para os cerca de 4 mil funcionários da empresa. Com a greve, as Forças Armadas foram encarregadas de administrar provisoriamente as viagens entre Niterói e o Rio, desde a condução até a organização das filas. Foram utilizadas duas embarcações especiais para tal, denominadas “avisos”, que, porém, tinham capacidade reduzida. Com o serviço reduzido e, logicamente, sem dar vazão à demanda, a população começou a se aglomerar na Praça Martim Afonso (atual Arariboia), e o desconforto e o atraso foram aumentando a tensão local. Para piorar, os fuzileiros navais que tentavam “organizar” a fila – então um grande aglomerado – começaram a agir com truculência, aumentando o descontentamento e a agitação. Quando um dos militares resolveu dar coronhadas nos passageiros, uma pedra foi lançada contra uma vidraça das barcas, e a resposta dos fuzileiros foi uma rajada de tiros para o alto, o

que foi o estopim da fúria popular. Iniciou-se um quebra-quebra pela estação das barcas, que foi incendiada e teve a frota destruída. Os móveis da estação e pedaços das embarcações foram arremessados na rua e incendiados. A revolta seguiu, com a população em marcha para a Rua São João, onde ficava o escritório da empresa, igualmente invadido e destruído, com papéis e móveis sendo arremessados da janela e ateados em chamas. Por fim, os revoltosos marcharam em direção à residência dos Carreiros no bairro Fonseca, a três quilômetros do foco da revolta. A casa foi incendiada; os pertences, destruídos; e os móveis caros, arremessados do telhado. No fim, encontrou-se escrito em uma parede: “Aqui jazem as fortunas do Grupo Carreiro, acumuladas com o sacrifício do povo”. No dia seguinte, a situação já estava sob controle e o governo brasileiro assumiu o controle das barcas, estatizadas. A revolta, o vandalismo e a luta entre populares e militares resultaram em 6 mortos e 118 feridos. Alguns periódicos compararam o episódio à Revolução Francesa, chamando Niterói de “uma pequena Bastilha”.

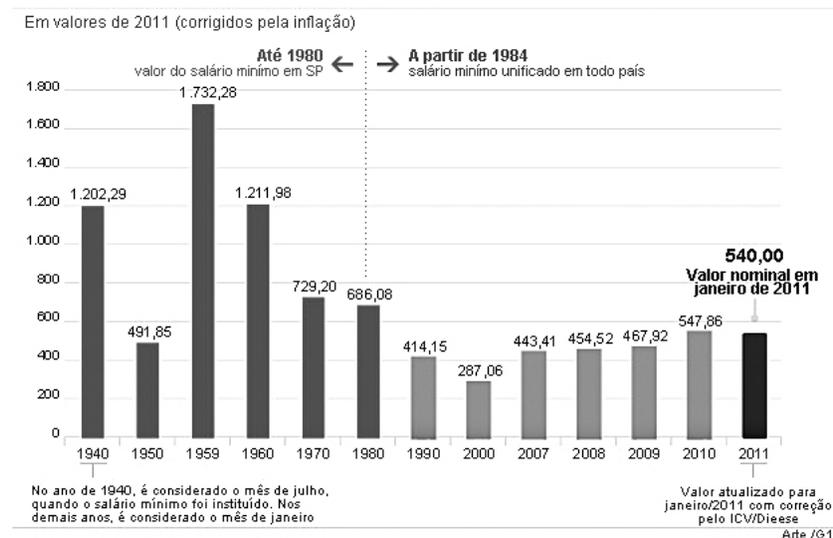
IX – GOLPE MILITAR DE 1964: INTERVENÇÃO CIVIL-MILITAR (1964)

X – REVOLTAS E INSURREIÇÕES NO REGIME MILITAR

- ◇ Guerrilha de Três Passos: comandada pelo coronel Jefferson Cardim A Osório (1965);
- ◇ Guerrilha de Caparaó (1967);
- ◇ Guerrilha do Araguaia (1967-1974);
- ◇ Guerrilhas Urbanas.

APÊNDICE B – Evolução do salário mínimo da sua criação até 2018

Evolução do salário mínimo em US\$



Fonte: DIEESE.

Valor do salário mínimo desde a sua criação até 2018

Vigência a partir de	Moeda	Valor
Janeiro de 2018	R\$	954,00
Janeiro de 2017	R\$	937,00
Janeiro de 2016	R\$	880,00
Janeiro de 2015	R\$	788,00
Janeiro de 2014	R\$	724,00
Janeiro de 2013	R\$	678,00
Janeiro de 2012	R\$	622,00
Março de 2011	R\$	545,00
Janeiro de 2011	R\$	540,00
Janeiro de 2010	R\$	510,00
Fevereiro de 2009	R\$	465,00
Março de 2008	R\$	415,00
Abril de 2007	R\$	380,00
Abril de 2006	R\$	350,00
Maio de 2005	R\$	300,00
Maio de 2004	R\$	260,00
Abril de 2003	R\$	240,00
Abril de 2002	R\$	200,00
Abril de 2001	R\$	180,00
Abril de 2000	R\$	151,00
Maio de 1999	R\$	136,00
Maio de 1998	R\$	130,00
Maio de 1997	R\$	120,00
Maio de 1996	R\$	112,00
Maio de 1995	R\$	100,00
Setembro de 1994	R\$	70,00
Julho de 1994	R\$	64,79
Março de 1994	URV	64,79
Fevereiro de 1994	CR\$	42.829,00
Janeiro de 1994	CR\$	32.882,00
Dezembro de 1993	CR\$	18.760,00
Novembro de 1993	CR\$	15.021,00
Outubro de 1993	CR\$	12.024,00
Setembro de 1993	CR\$	9.606,00
Agosto de 1993	CR\$	5.534,00
Julho de 1993	Cr\$	4.639.800,00
Maio de 1993	Cr\$	3.303.000,00
Março de 1993	Cr\$	1.709.400,00
Janeiro de 1993	Cr\$	1.250.700,00
Setembro de 1992	Cr\$	522.186,94
Maio de 1992	Cr\$	230.000,00
Janeiro de 1992	Cr\$	96.037,33
Dezembro de 1991	Cr\$	63.000,00
Setembro de 1991	Cr\$	42.000,00
Agosto de 1991	Cr\$	36.161,60
Maio de 1991	Cr\$	23.131,68
Abril de 1991	Cr\$	20.000,00
Março de 1991	Cr\$	17.000,00
Fevereiro de 1991	Cr\$	15.895,46
Janeiro de 1991	Cr\$	12.325,60
Dezembro de 1990	Cr\$	8.836,82

(continuação)

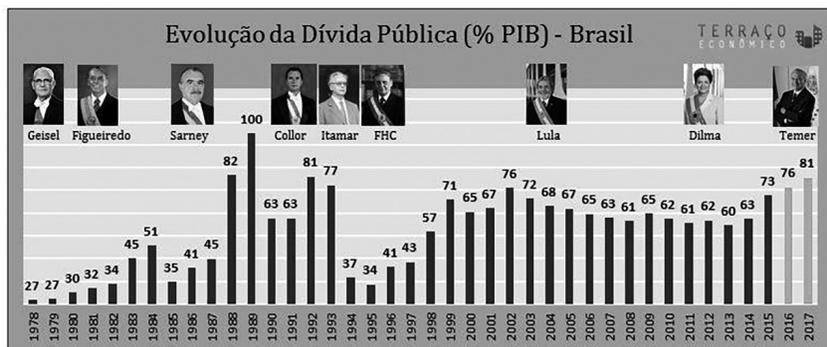
Vigência a partir de	Moeda	Valor
Novembro de 1990	Cr\$	8.829,55
Outubro de 1990	Cr\$	6.425,14
Setembro de 1990	Cr\$	6.056,31
Agosto de 1990	Cr\$	5.203,46
Julho de 1990	Cr\$	4.904,76
Junho de 1990	Cr\$	3.857,76
Março de 1990	Cr\$	3.674,06
Janeiro de 1990	NCz\$	1.283,95
Dezembro de 1989	NCz\$	788,18
Novembro de 1989	NCz\$	557,33
Outubro de 1989	NCz\$	381,73
Setembro de 1989	NCz\$	249,48
Agosto de 1989	NCz\$	192,88
Julho de 1989	NCz\$	149,80
Junho de 1989	NCz\$	120,00
Maior de 1989	NCz\$	81,40
Janeiro de 1989	NCz\$	63,90
Dezembro de 1988	Cz\$	40.425,00
Novembro de 1988	Cz\$	30.800,00
Outubro de 1988	Cz\$	23.700,00
Setembro de 1988	Cz\$	18.960,00
Agosto de 1988	Cz\$	15.552,00
Julho de 1988	Cz\$	12.444,00
Junho de 1988	Cz\$	10.368,00
Maior de 1988	Cz\$	8.712,00
Abril de 1988	Cz\$	7.260,00
Março de 1988	Cz\$	6.240,00
Fevereiro de 1988	Cz\$	5.280,00
Janeiro de 1988	Cz\$	4.500,00
Dezembro de 1987	Cz\$	3.600,00
Novembro de 1987	Cz\$	3.000,00
Outubro de 1987	Cz\$	2.640,00
Setembro de 1987	Cz\$	2.400,00
Agosto de 1987	Cz\$	1.970,00
Junho de 1987	Cz\$	1.969,92
Maior de 1987	Cz\$	1.641,60
Março de 1987	Cz\$	1.368,00
Janeiro de 1987	Cz\$	964,80
Março de 1986	Cz\$	804,00
Novembro de 1985	Cr\$	600.000,00
Maior de 1985	Cr\$	333.120,00
Novembro de 1984	Cr\$	166.560,00
Maior de 1984	Cr\$	97.176,00
Novembro de 1983	Cr\$	57.120,00
Maior de 1983	Cr\$	34.776,00
Novembro de 1982	Cr\$	23.568,00
Maior de 1982	Cr\$	16.608,00
Novembro de 1981	Cr\$	11.928,00
Maior de 1981	Cr\$	8.464,80
Novembro de 1980	Cr\$	5.788,80
Maior de 1980	Cr\$	4.149,60
Novembro de 1979	Cr\$	2.932,80
Maior de 1979	Cr\$	2.268,00

(conclusão)

Vigência a partir de	Moeda	Valor
Maio de 1977	Cr\$	1.106,40
Maio de 1976	Cr\$	768,00
Maio de 1975	Cr\$	532,80
Dezembro de 1974	Cr\$	415,20
Maio de 1974	Cr\$	376,80
Maio de 1973	Cr\$	312,00
Maio de 1972	Cr\$	268,80
Maio de 1971	Cr\$	225,60
Maio de 1970	Cr\$	187,20
Maio de 1969	NCr\$	156,00
Março de 1968	NCr\$	129,60
Março de 1967	NCr\$	105,00
Março de 1966	Cr\$	84.000,00
Março de 1965	Cr\$	66.000,00
Fevereiro de 1964	Cr\$	42.000,00
Janeiro de 1963	Cr\$	21.000,00
Outubro de 1961	Cr\$	13.440,00
Outubro de 1960	Cr\$	9.600,00
Janeiro de 1959	Cr\$	6.000,00
Agosto de 1956	Cr\$	3.800,00
Julho de 1954	Cr\$	2.400,00
Janeiro de 1952	Cr\$	1.200,00
Dezembro de 1943	Cr\$	380,00
Julho de 1943	Cr\$	300,00
Julho de 1940	\$	240\$000

Fonte: produzida por Gustavo Paez Ortega.

APÊNDICE C – Evolução da dívida pública brasileira

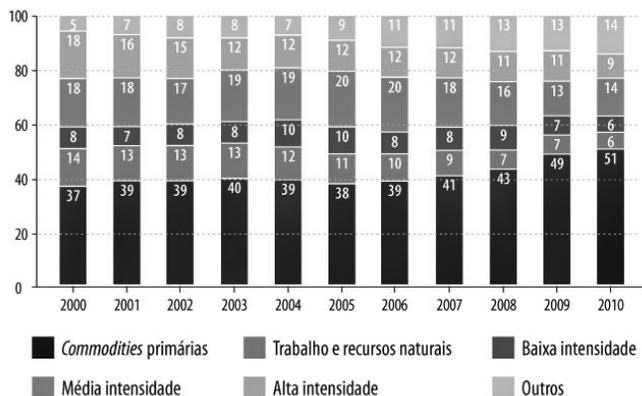


Fonte: Solow (2016).

APÊNDICE D – Exportações brasileiras e produtos

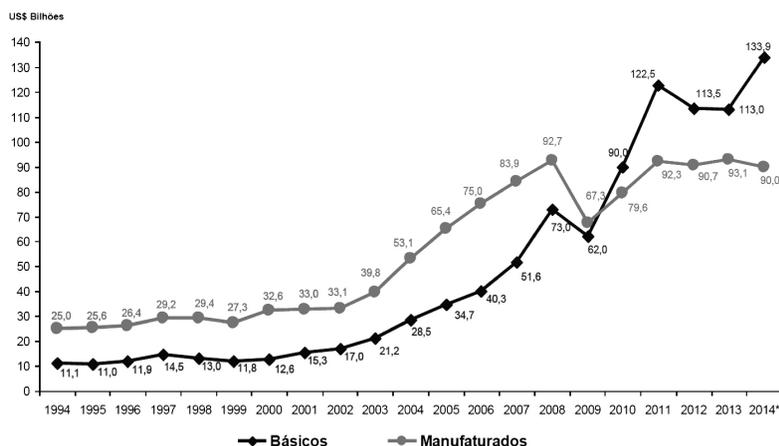
Índice de produtos complexos nas exportações é baixo

Brasil vende poucos produtos de alta tecnologia: entre 2005 e 2009, a participação oscilou de 0,5% para 0,49% do total exportado no mundo



Fonte: adaptado de Nigri e Alvarenga (2010, p. 8).

Evolução das exportações de produtos básicos e manufaturados US\$ bilhões



* Dados acumulados em 12 meses até junho
Fonte: IPEADATA

Fonte: Gomes e Cruz (2014, p. 14).

APÊNDICE E – O plano de cargos e salários do governo Thomé de Souza

Estrutura geral de cargos e salários do Governo Geral (1549-1552)

OFÍCIOS OU FUNÇÕES 1549-1552	SALÁRIO EM RÉIS	SALÁRIOS MÍNIMOS	SALÁRIO EM REAIS
Governador Geral (Tomé de Souza)	33.333,33	100,00	13.613,47
Bispo da cidade do Salvador	25.000,00	75,00	10.210,10
Capitão-mor do Mar da Costa do Brasil	16.666,67	50,00	6.806,73
Provedor-mor da Fazenda do Brasil	16.666,67	50,00	6.806,73
Ouvidor Geral e Chanceler	16.666,67	50,00	6.806,73
Escrivão do Provedor mor	8.333,33	25,00	3.403,37
Tesoureiro das Rendas do Brasil	6.666,67	20,00	2.722,69
Vigário Geral	6.666,67	20,00	2.722,69
Mestre das Obras da cidade do Salvador	6.000,00	18,00	2.450,42
Contador das Rendas do Brasil	5.833,33	17,50	2.382,36
Almoxarife do Armazém e Mant. de Salvador	4.166,67	12,50	1.701,68
Escrivão da Correição e Chancelaria	3.333,33	10,00	1.361,35
Escrivão do Tesouro	3.333,33	10,00	1.361,35
Mestre de açúcar	3.333,33	10,00	1.361,35
Pedreiro das Obras da cidade do Salvador	3.000,00	9,00	1.225,21
Escrivão dos Contos	2.916,67	8,75	1.191,18
Escrivão do Armazém e Mant. de Salvador	2.500,00	7,50	1.021,01
Físico e Cirurgião (médico)	2.000,00	6,00	816,81
Capitão e piloto	2.000,00	6,00	816,81
Meirinho d'ante o Ouvidor Geral	1.666,67	5,00	680,67
Calafate	1.600,00	4,80	653,45
Vigário das vilas	1.416,66	4,25	578,57
Carpinteiro	1.400,00	4,20	571,77
Escrivão do Governador	1.250,00	3,75	510,51
Tanoeiro	1.200,00	3,60	490,08
Pedreiro, cavouqueiro, ferreiro e serralheiro	1.200,00	3,60	490,08
Cônego da Sé	1.000,00	3,00	408,40
Barbeiro, escrivão da armada e marinheiro	900,00	2,70	367,56
Bombardeiro	800,00	2,40	326,72
Capelão	666,67	2,00	272,27
Espingardeiro, grumete e feitor da armada	600,00	1,80	245,04
Besteiro	550,00	1,65	224,62
Homem d'armas	500,00	1,50	204,20
Pagem	400,00	1,20	163,36
Moço do coro	333,33	1,00	136,00
Trabalhador comum	333,33	1,00	136,00

FONTE: DOCUMENTOS HISTÓRICOS, v 12, 13 e 35

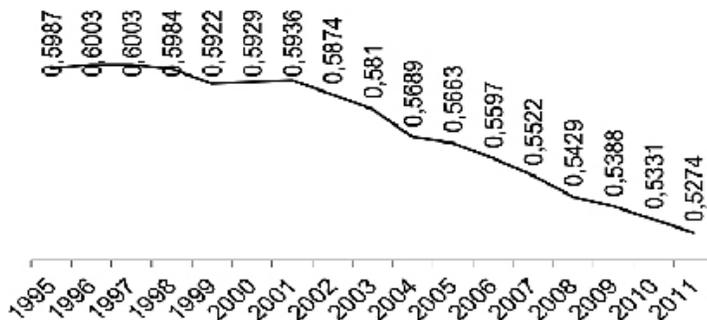
NOTA. A conversão dos ordenados e soldos em salários-mínimos e a transformação em reais, a partir do valor vigente em janeiro de 2000 - R\$136,00 - , resultam na estrutura salarial em valor atual.

Fonte: Coelho Filho (2000).

- ◇ O mestre de obras da Cidade do Salvador tinha o salário três vezes maior que o cirurgião geral;
- ◇ A relação entre o salário do governador e o salário mínimo era de 100 vezes;
- ◇ O mestre de açúcar e o pedreiro das obras de Salvador tinham salários superiores ao do cirurgião geral;
- ◇ Os salários do bispo, do ouvidor geral, do provedor-mor e do capitão-mor eram muito maiores do que os dos demais;
 - ◇ **ouvidor-mor**, responsável pela justiça;
 - ◇ **provedor-mor**, responsável pela carga tributária;
 - ◇ **capitão-mor**, responsável pela defesa.

APÊNDICE F – Índice de Gini

O Índice de Gini – ou seja, a desigualdade social no Brasil – regrediu desde os anos 1990 até o ano de 2014.



Fonte: adaptado de Pires (2017).

O jornal *El País* repercute os dados das Agências Internacionais:

Enquanto a nota de 0,754 do Brasil se mantém estagnada, preservando-o em um patamar considerado alto pela ONU, o número cai para 0,561 no indicador social. Analisando somente esse fator, o país seria rebaixado para a escala de países com índice médio. O IDH varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo). Quanto mais próximo de 1, maior é o índice de desenvolvimento do país. *Pela primeira vez desde 1990, quando o levantamento começou a ser publicado anualmente, o Brasil não elevou sua nota no ranking.*¹

As condições de desigualdade social foram agravadas a partir de 2014. Conforme o Índice de Gini:

◇ 2014 – 0,497

◇ 2015 – 0,493

◇ 2016 – 0,515

◇ 2017 – 0,561

.....
1 PIREs, Breiller. Brasil despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU. *El País*, Madrid, 21 mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html. Acesso em: 18 out. 2018.

ANEXO A – Há o que se comemorar no dia da consciência negra?

***Heider Alberto Costa**

Quando em 20 de novembro de 1695 os bandeirantes assassinaram Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, acreditavam eles no fim definitivo do guerreiro e da resistência negra.

Reverendo a história do Brasil décadas após de tê-la estudado na escola, percebe-se claramente que, propositadamente, ela sempre foi muito mal contada. Mas o simples fato de hoje poder identificar Zumbi como um grande herói negro brasileiro é sinal da vitória da luta travada por ele e indica que muito já se avançou nessa questão.

Neste dia de comemoração não serão poucos os que ingenuamente gritarão: Não existe racismo, somos todos iguais!

De fato há comprovação científica sobre a inexistência de raças diferentes na espécie humana, cientificamente só existe uma raça humana. Mas nossas relações sociais não nascem de postulados científicos. Se nossas vidas mudassem ao passo dos postulados científicos como poderíamos explicar a gigantesca presença da crença em Deus na sociedade? Já que a ciência não comprova a existência divina.

Portanto, para entender a essência da luta dos negros em busca de igualdade é imprescindível afastar-se da história oficial contada pelos antigos livros didáticos e dos rasos valores pautados na

meritocracia que tentam nos levar a crer que há igualdade de oportunidades e de tratamento das pessoas independentemente de sua aparência física.

A história não contada nos livros mais populares omite o gigantes esforço feito pelo estado brasileiro para “branquear” a sua população, isso mesmo, o estado brasileiro investiu pesado na tentativa de “diluir” a cor do negro em seu povo e assim alcançar uma sociedade mais altiva, mais branca. *O decreto Decreto nº 528*, de 28 de Junho de 1890, é um dos grandes exemplos da referida política governamental, vejamos um trecho:

PARTE PRIMEIRA (TEXTO ORIGINAL)

Considerando que faz-se conveniente a concessão de favores que animem a iniciativa particular e auxiliem o desenvolvimento das propriedades agrícolas, facilitando-lhes a aquisição de braços, de modo, porém, que seja attendida a conveniente collocação dos immigrants, decreta:

CAPITULO I – DA INTRODUCÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1.º E’ inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 3.º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

E como nada é por acaso, as intensas tendências de branqueamento e auto rejeição de traços ligados às origens africanas que são extremamente populares atualmente estão fortemente ligadas às teorias

raciais do século dezenove. No Brasil o “Dr.” Nina Rodrigues (1862-1906), um dos fundadores da medicina legal no país, descreve com requinte a ideologia da elite daquele século:

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminam a Raça Negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores. (RODRIGUES, 1933)

Dessa forma, não haveria como se esperar que uma sociedade fundamentada na exploração desumana do povo negro, no genocídio do povo indígena, em ideologias altamente preconceituosas e políticas de estado que financiaram o sucesso dos brancos e ignoraram totalmente a existência dos negros estivesse hoje impregnada de um sentimento de tolerância e de respeito às diferenças étnico-raciais.

E de fato a imensa maioria da sociedade não se encontra assim, pois o cotidiano do negro ainda não está próximo a uma condição de equidade com o do branco, é uma situação recorrente na vida dos negros, demonstrada claramente nos indicadores sociais da população negra.

Mas há que se considerar os avanços já alcançados, como por exemplo os dez anos de políticas afirmativas, a sanção da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade da inclusão da História da África e da Cultura Afro brasileira nos currículos escolares, a decisão unânime do STF sobre a legalidade e legitimidade das ações afirmativas e cotas para negros nas universidades públicas, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), A lei 12.711/2012, que prevê ingresso de negros, índios e pobres nas universidades públicas federais e a lei nº 12.990/2014 que

reserva 20% das vagas nos concursos públicos da União para candidatos negros.

Essas leis expressam um conjunto de políticas afirmativas, que possuem reavaliações periódicas, implantadas recentemente pelo estado brasileiro como forma de reparar erros históricos e de garantir condições compatíveis para o acesso da população negra à educação superior e a postos mais elevados no mercado de trabalho, para reduzir situações como da categoria bancária em que somente 24% é negro ou pardo, conforme indica o Censo da Diversidade da categoria de 2014. Sem deixar de avaliar o mérito, mas reconhecendo que em alguns âmbitos não se pode tratar com igualdade pessoas que tiveram condições de cidadania extremamente desiguais.

E como a luta e a resistência são celebradas neste 20 de Novembro, há muito a comemorar nesse dia, mesmo tendo um longo caminho a percorrer e muitas batalhas a travar!

ANEXO B – Como a ditadura perseguiu militantes negros

por Marsílea Gombata – publicado 18/09/2015 10h48,
última modificação 20/09/2015 09h27

Documento inédito mostra como a repressão monitorava integrantes do então embrionário movimento negro brasileiro
ACERVO UH/ FOLHA PRESS

Com medo de que a luta pela igualdade racial crescesse à luz de movimentos internacionais como o Panteras Negras e se voltasse contra a polícia, a ditadura passou a seguir os passos de militantes e reuniões do embrionário movimento negro brasileiro.

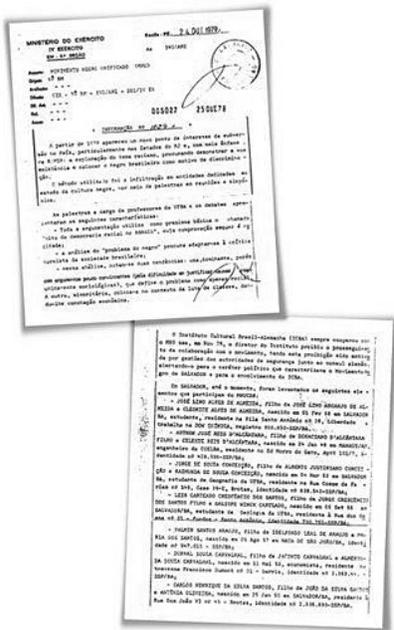
Documento de 24 de outubro de 1979 mostra como o IV Exército, no Recife, descrevia um foco de “problemas”. “A partir de 1978 apareceu um novo ponto de interesse da subversão no País, particularmente nos estados do Rio de Janeiro e, com mais ênfase, na Bahia: a exploração do tema racismo, procurando demonstrar a sua existência e colocar o negro brasileiro como motivo de discriminação”, diz o texto de sete páginas.

O relatório nunca antes divulgado revela que o “método” utilizado para a obtenção das informações deu-se pela “infiltração em entidades dedicadas ao estudo da cultura negra, por meio de palestras em reuniões e simpósios”, como a IV Semana de Debate sobre a Problemática do Negro Brasileiro, em abril de 1978 na Bahia. A temática das palestras, segundo os militares, tratava de

temas como “a tão falada democracia racial não passa de um mito”, “o racismo no Brasil é pior do que no exterior, porque é sutil e velado”, “a existência da Lei Afonso Arinos, contra o racismo, é prova de que ele existe”, “a Abolição da Escravatura foi imposta pelas necessidades da economia capitalista e não por uma preocupação sincera com a situação do negro”.

O documento havia sido solicitado em 11 de junho, por meio da Lei de Acesso à Informação, ao Comando do Exército, que oito dias depois respondeu não possuir arquivos sobre o monitoramento de ativistas negros. A Controladoria-Geral da União (CGU) encontrou, no entanto, o relatório no Arquivo Nacional, em Brasília, há duas semanas. Segundo o ouvidor-adjunto da CGU, Gilberto Waller, esta é a primeira vez que se encontra um documento confidencial elaborado exclusivamente para tratar do tema, quando o que se via até então eram trechos e citações a outros textos. “Vemos que o Estado se preocupou com o movimento negro a ponto de ter classificado as informações”, explica. “Na visão da CGU, em termos de acesso à informação, é um grande ganho conseguir algo de valor histórico tão relevante.”

O relatório, cujo rodapé alerta: “Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção de seu sigilo. Art. 12 do decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977”, cita a mobilização nacional em torno da formação do movimento contra a discriminação racial. “Os grupos do Movimento Negro de Salvador são: Ialê, Malê, Zumbi, Ilialê, Cultural Afro-Brasileiro. Esses grupos apresentaram no dia 8 julho de 1978, ‘moção de solidariedade aos integrantes do movimento paulista contra a discriminação racial, pelo ato público antirracista do Viaduto do Chá””.



O objetivo era evitar que a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos alcançasse o País.

O ato, segundo a socióloga Flavia Rios, autora da tese *Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e estado*, diz respeito à marcha que saiu naquele dia do Viaduto do Chá em direção ao Teatro Municipal para a criação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, que mais tarde se tornaria o MNU Contra a Discriminação Racial. “Ele é formado por ativistas de várias regiões do País, tem essa característica nacional”, conta a também coautora da biografia sobre a militante negra Lélia Gonzalez. “Havia uma preocupação da ditadura de que ideais do movimento armado Panteras Negras, por exemplo, e da luta dos direitos civis americanos pudessem chegar aqui. Por isso, o regime acompanhou vigilantemente manifestações políticas e encontros.”

O informe até pouco considerado inexistente fala ainda sobre uma “campanha artificial contra a discriminação no Brasil” e lembra que, “em virtude das restrições políticas”, o Movimento Negro de Salvador passou a realizar reuniões paralelas e a adotar organizações celulares, com base nos “centros de luta”, compostos de três integrantes. A capital baiana teria sete desses centros, cuja função era “mobilizar, organizar e conscientizar a população negra nas favelas, nas invasões (*de terras urbanas*), nos alagados, nos conjuntos habitacionais, nas escolas, nos bairros e nos locais de trabalho, visando a formar uma consciência dos valores da raça”.

Além do encontro nacional do Movimento Negro de Salvador, entre 9 e 10 de setembro de 1978, no Rio de Janeiro, os arapongas descrevem a Terceira Assembleia Nacional do MNU, em 4 de novembro de 1978, na capital baiana, com militantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Citam o Congresso Internacional da Luta contra a Segregação Racial entre 2 e 3 de dezembro de 1978, em São Paulo. E relatam o ciclo de palestras do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, no segundo semestre de 1978 em Salvador, do qual participaram opositores como o deputado federal baiano Marcelo Cordeiro e o paulista Abdias do Nascimento, professor emérito na Universidade de Nova York. Além do acadêmico, são citados militantes monitorados como José Lino Alves de Almeida e Leib Carteado Crescêncio dos Santos, além do senador baiano Rômulo Almeida e “agitadores angolanos no movimento negro, caracterizados como refugiados da guerra civil”.

Em relação ao teor da agenda do Movimento Negro à época, os repressores ressaltam que a pauta era composta de pontos como a necessidade de se contestar o regime, aprofundar o engajamento no movimento pela anistia, projetar no exterior a imagem do “mito da democracia racial brasileira”, escolher o 20 novembro para o

Dia Nacional da Consciência Negra, melhorar as condições de emprego da população negra, e buscar dar fim à sua marginalização na sociedade e à maior proporção de negros nas penitenciárias.

Estima-se que 42 dos 434 mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura eram negros.

Colofão

Formato 16 x 23 cm

Tipografia DTL Documenta

Papel Alcalino 75 g/m² (miolo)
Cartão Supremo 300 g/m² (capa)

Impressão Gráfica 3

Tiragem 300 exemplares

Hoje, muito mais do que na época da Revolta de Canudos, está a se cometer um crime, e não mais existe, no que tange às informações, a separação histórica da coordenada tempo.

Assiste-se passivamente a um verdadeiro genocídio, enquanto a mídia se ocupa de futricas políticas, de firulas jurídicas, da violência do dia a dia, do futebol, de celebridades, das vantagens de Miami e questões outras irrelevantes. Por muito mais razões do que teve Euclides da Cunha, temos que agir. Os fatos que atualmente ocorrem têm uma significação, “a significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo!”. E não basta apenas denunciar: é necessário revisitar a história do Brasil e refletir sobre ela, de modo a conhecer a nação em que vivemos.

Somente assim a ação efetuada será adequada e racional, quebrando um paradigma de 500 anos.

